

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

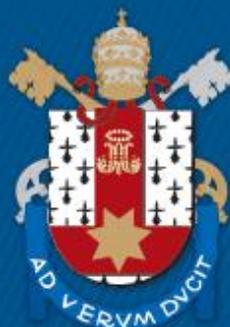
HENRIQUE PERIN

**ROQUE CALLAGE E OS ESQUECIDOS D'A *CIDADE*: A EXCLUSÃO SOCIAL
EM PORTO ALEGRE ATRAVÉS DO OLHAR DE UM CRONISTA (1925-1930)**

Orientadora: Prof^a Dr^a Luciana Murari

Porto Alegre
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

HENRIQUE PERIN

**ROQUE CALLAGE E OS ESQUECIDOS D'A *CIDADE*: A EXCLUSÃO SOCIAL
EM PORTO ALEGRE ATRAVÉS DO OLHAR DE UM CRONISTA (1925-1930)**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Luciana Murari

Porto Alegre
2017

Ficha Catalográfica

P445 Perin, Henrique

Roque Callage e os esquecidos d'A Cidade : a exclusão social em Porto Alegre através do olhar de um cronista (1925-1930) /

Henrique Perin . – 2017.

164 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciana Murari.

1. Roque Callage. 2. A Cidade. 3. Diário de Notícias. 4. Exclusão Social. 5. Crônicas. I. Murari, Luciana. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora doutora Luciana Murari pela compreensão, paciência, inestimável auxílio e orientação neste trabalho, além de sua leitura crítica, disponibilidade e atenção. Não posso deixar de agradecer também ao Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, aos professores e funcionários da Escola de Humanidades, à equipe da Revista Oficina do Historiador, do mesmo modo que a todos meus colegas de pós-graduação, e mesmo de graduação, durante esta jornada. Agradeço às equipes do Museu Hipólito José da Costa e Arquivo Histórico Moysés Vellhinho, além de toda a ajuda prestada pelo Instituto Delfos e pelo Acervo Júlio Petersen, ambos na Biblioteca Central Irmão José Otão, na PUCRS. Aos meus pais, Sérgio Luiz Perin e Claudina Judite Resmini Perin, pelo amor e apoio, assim como meus irmãos, Matheus Perin e Rodrigo Perin, meus avós, Antônio Resmini, Madalena Lorenzetti Resmini, Arcido Perin (*in memoriam*), Genil Maria Betinelli Perin, e demais parentes, tios, tias, primos e primas que ocupariam uma página apenas para citá-los. Não posso deixar de agradecer a uma série de amigos e amigas por todo o apoio e paciência durante estes dois anos de pesquisa. Nomeá-los pontualmente indubitavelmente pode acarretar na falta de alguém, por isso peço desculpas caso ocorra tal gafe: Carine Gerhardt, João Paulo Ibanez, Bename Reiss, Marcos Rangel, William Müller, Franciele Müller, João Luiz Duarte Filho, Alice Dias, Juliana Costa, Leonardo Wittmann, Marcus Wittmann, Marcos Santoro, Francisco Brust, Jakeline Silva, Davi Carboni, Fábio Nascimento, Fulvia Zega, Higor Rodrigues, Plínio de Macedo, Willen Schmidt, Giuliano Thadeu e Henry Soares.

RESUMO

A presente dissertação objetiva compreender como o jornalista, escritor e cronista Roque Callage percebeu o processo de exclusão social na cidade de Porto Alegre entre os anos de 1925 e 1930, e o relatou na coluna *A Cidade*, no jornal *Diário de Notícias*. O universo de excluídos e marginalizados que o cronista relata em seu espaço – operários, empregados, pedintes, flagelados, crianças pobres, suicidas, leprosos, imigrantes, apenas para citar alguns – ganha seu lugar na sociedade porto-alegrense por meio do olhar de Callage. A formação da imprensa no Rio Grande do Sul, assim como a intelectualidade das primeiras décadas do século XX e a constituição do *Diário de Notícias* em Porto Alegre, são pontos necessários para entender o ambiente que o cronista estava inserido. A relação de alteridade entre a população rica e a pobre, tendo como palco as ruas da cidade; as péssimas condições de trabalho dos empregados, do mesmo modo como os problemas de alimentação, moradia e saneamento para a população operária, são relatadas pelo colunista e analisadas através de conceitos de experiência de classes. Os flagelados, crianças pobres, os mendigos e morféticos, além dos serviços prestados por instituições de caridade, são resgatados e analisados segundo concepções de exclusão de sociólogos e teóricos de história social. Esta formação de experiências entre os grupos marginalizados, a percepção do cronista desta parcela da população e sua posterior publicação no espaço d’*A Cidade*, ajudam a formar o quadro de “esquecidos” através do qual Callage apresenta uma face distinta dos elegantes *footings*, *meetings* e *vernissages* da sociedade de Porto Alegre.

Palavras-chave: Roque Callage; *A Cidade*; *Diário de Notícias*; Exclusão Social; Marginalização; Porto Alegre; Crônicas.

ABSTRACT

The present dissertation aims to understand how the journalist, writer and chronicler Roque Callage perceived the process of social exclusion in the city of Porto Alegre between the years of 1925 and 1930 and related to the column *A Cidade*, in the *Diário de Notícias*'s newspaper. The universe of excluded and marginalized whose the chronicler wrote in his column - workers, employees, beggars, flagellates, poor children, suicides, lepers, immigrants, just to name a few - earns their place in Porto Alegre society through the look of Callage. The formation of the press in Rio Grande do Sul, as well the intellectuality era of the first decades of the twentieth century and a constitution of the *Diário de Notícias* in Porto Alegre, are essential to understand the environment that the chronicler was inserted. The relation of alterity between the rich and the poor population, having as stage the city streets; the bad working conditions of the employees, the problems of food, housing and sanitation for a working population, are reported by the columnist and analyzed through concepts of working class experience. The flagellates, poor children, beggars and morphetics, in addition to services provided by charities institutes, are rescued and analyzed according to exclusionary concepts of sociologists and social history theorists. This formation of experiences among the marginalized groups, a perception of the chronicler of this part of the population and its later publication in the column of *A Cidade*, help to form the picture of "forgotten" through which Callage presents a distinct presentation of the elegant meetings, footings and vernissages of the Society of Porto Alegre.

Keywords: Roque Callage; *A Cidade*; *Diário de Notícias*; Social Exclusion; Marginalization; Porto Alegre; Chronic.

SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	07
2.	COMENTADORES E CRONISTAS DE TODOS OS PALADARES: O REGISTRO DO COTIDIANO NOS JORNAIS.....	12
2.1	A crônica brasileira: um gênero com complexo de vira-lata.....	14
2.2	Quando a crônica não conta um conto.....	26
3.	PORTO ALEGRE, OS “MOÇOS DE TALENTO” E A IMPRENSA ENTRE DOIS SÉCULOS.....	31
3.1	O <i>Diário de Notícias</i> : seu “nascimento” e posterior incorporação aos Diários Associados (1924-1930).....	41
4.	O ESPAÇO D’A CIDADE, AS CRÔNICAS, AS OBRAS E O VIVER DE ROQUE CALLAGE.....	46
4.1	A cidade e o <i>flâneur</i>	51
4.2	As artérias da urbe e o desfile do luxo e da pobreza.....	56
5.	A CIDADE, A FOME, OS IMPOSTOS E OS ALUGUÉIS.....	65
5.1	A asfixiante carestia da vida.....	66
5.2	“Ah, patrão, aqui a coisa também anda preta”: a experiência de classe e as relações de marginalização de operários e funcionários do comércio.....	87
6.	OS “ESQUECIDOS” D’A CIDADE.....	107
6.1	Pobres, mendigos e desfavorecidos pelas ruas da cidade.....	114
6.2	No coração de Porto Alegre: o resplandecente amor ao próximo e os morféticos na capital.....	132
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
	FONTES.....	157

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como introduzir uma dissertação cujo *corpus* documental é constituído por crônicas? Seria demasiado escrever “a crônica de uma crônica”, parafraseando Gabriel Garcia Marquez, quando escreveu o “conto de um conto”? A brevidade de uma crônica, transfigurada como introdução, provavelmente não seja o recurso mais indicado para iniciar a apresentação de uma pesquisa acadêmica do porte de uma dissertação. Entretanto, o rumo que este trabalho tomou, desde o seu projeto, sua maturação e posteriormente seu desenvolvimento, permite que esta introdução tenha um tom um pouco menos engessado.

Escrever sobre a vida comum nas cidades (às vezes nem tão comum), utilizando crônicas como fonte primária, se em um primeiro momento apresenta a dificuldade de trabalhar com um material cujo objetivo inicial nunca foi sobreviver para a posteridade, ao mesmo tempo se oferece como um olhar específico da sociedade de determinada época (DE LUCA, 2006). Antes excluídos da historiografia por serem considerados representantes de ideologias e interesses políticos, a análise de periódicos aos poucos ganha relevância. Com a ampliação do espectro de pesquisa do historiador, assim como o aparecimento de novos temas e a alteração da concepção de documento histórico, passou-se a privilegiar outras fontes, dentre as quais se destacam os meios de comunicação. Os jornais do início do século XX são fontes importantes para o estudo dos costumes e dos espaços de socialização recorrentes do crescimento urbano e industrial do Brasil.

No caso de Roque Callage, o cronista d’*A Cidade no Diário de Notícias*, entre 1925 e 1930, viu Porto Alegre passar por vários empreendimentos com vistas a remodelar o espaço urbano, assim como inúmeras mudanças nas relações de sociabilidade da urbe. É possível citar obras como a abertura de novas vias (Avenida Júlio de Castilhos, por exemplo), o início da construção do Viaduto Borges de Medeiros, remodelação dos serviços sanitários e de fornecimento de água potável, apenas para citar as mudanças em âmbito de urbanização (MURARI, 2012). Já nas práticas sociais, o colunista relatou as diferenças entre a Porto Alegre “rica” e a Porto Alegre “pobre”, os aspectos de miséria presenciados nas artérias da capital, as cenas de dor e de desespero dos flagelados, enfim, um grande quadro de relações sociais que apresenta dois grupos de personagens: a fausta elite porto-alegrense, e aqueles que

muito propriamente chamou de “esquecidos”, em uma crônica veiculada no jornal *Correio do Povo*, em 1921.

Estes “esquecidos” de Roque Callage compõem um grupo heterogêneo – pedintes, leprosos, suicidas, crianças pobres, operários, imigrantes, etc. – o qual partilha de um mesmo problema: são “excluídos” socialmente, entregues à própria sorte; quando muito auxiliados por instituições caritativas de cariz privado. Das mais de 1500 colunas escritas por Callage ao longo dos cinco anos à frente de *A Cidade*, as quais assinou com seu “C.” característico, um número aproximado de 300 crônicas versaram sobre o tema de exclusão social, algumas diretamente, outras nem tanto. O montante, em um cálculo apressado, revela que 20% das colunas assinadas pelo colunista, trataram das relações sociais desiguais de Porto Alegre. Em uma cidade onde até a mudança de temperatura e a força dos ventos é mote para crônica (AC, 15/09/1925), esta quantidade de referências à exclusão e à marginalização, emerge com grande representatividade.

A pesquisa das colunas assinadas por Roque Callage foi realizada conforme o que Tânia de Luca sugere em *História dos, nos e por meio de periódicos* (2006): são tantas e tão variadas as possibilidades de trabalho com jornais e revistas como fonte, que não é viável apontar um método mais eficiente que o outro. Deste modo, ainda segundo de Luca, o pesquisador deve escolher a melhor técnica que lhe proporcionar os resultados desejáveis, mesmo que para isto seja necessário “criar” sua própria metodologia. A maneira mais prática de tratar o material pesquisado foi a leitura integral de todas as colunas, desde a primeira, veiculada no dia 1º de março de 1925, até a última, em 06 de dezembro de 1930. Um grande escopo de colunas foi selecionado como fonte primária deste trabalho, das quais apenas uma pequena parcela foi utilizada, sendo elas as mais representativas segundo critérios subjetivos utilizados pelo pesquisador. As ocorrências das citações, tanto as diretas quanto as indiretas, quando se referirem pontualmente à coluna *A Cidade*, serão grafadas, a partir deste momento apenas com as iniciais “AC”, com vistas de facilitar tanto a leitura quanto o desenvolvimento dos capítulos. A ortografia das crônicas, decretos, excertos de jornais, discursos e trechos de constituições também foi atualizada para uma melhor leitura.

Esta dissertação é composta, além das considerações iniciais e finais, de mais cinco capítulos. No capítulo primeiro são apresentadas as características da crônica, o desenvolvimento do gênero literário, tanto no Brasil quanto fora das fronteiras

nacionais. Do *feuilleton* francês no século XIX, geograficamente delimitado no rés-do-chão, até chegar Brasil, a crônica passou por mudanças tanto de conteúdo quanto de forma e estilo. A crônica como um “gênero menor”, assim como o relato do cotidiano, no qual o cronista ora eleva-se em um “pedestal” (BRASIL, apud PESAVENTO, 1999) para poder descortinar a cidade, ora coloca-se como *flâneur* e mantém-se na mesma altura das outras pessoas, além da proximidade entre a crônica e seu “primo”, o conto, são apresentados aqui.

O segundo capítulo é composto por uma breve análise sobre o contexto intelectual e literário no qual Porto Alegre esteve inserida durante a Primeira República. Os “moços de talento”, os irmãos Porto Alegre¹, Alcides Maya, Souza Lobo, e claro, Roque Callage, formaram o corpo intelectual da capital sul-rio-grandense. O desenvolvimento da imprensa gaúcha e principalmente porto-alegrense também é encontrado nesta seção, mesmo que *en passant*, do mesmo modo que as condições de surgimento do *Diário de Notícias* e sua posterior aquisição por Assis Chateaubriand e incorporação aos *Diários Associados*. No terceiro capítulo se constitui um breve levantamento biográfico sobre Roque Callage, sua trajetória como jornalista e escritor, seu engajamento político e seu papel na consolidação do gênero cronístico em Porto Alegre. O trabalho de Callage realizado no *Diário de Notícias*, sua condição de *flâneur* pelas ruas de Porto Alegre, e principalmente o espaço d’*A Cidade*, sua “casa” dentro do jornal, a janela através da qual avistava a inspiração que lhe oferece o centro da capital. Também é desenvolvida a relação entre a Porto Alegre “rica” e a “pobre”, visível através a sociabilização em espaços urbanos, como a Rua da Praia e outras artérias da capital. A alteridade entre os elegantes círculos sociais e o miserável abandono dos “esquecidos” é relatada com rara percepção pelo cronista.

No quarto capítulo são realizadas as primeiras discussões e análises acerca dos processos de exclusão aos quais os operários e os empregados comerciais são submetidos. Para tanto é utilizado o conceito de classe de Edward Thompson na tentativa de compreender de que modo os proletários podem ser agrupados em uma

¹ Os irmãos Achylles Joze Gomes Porto Alegre (1848-1926), Apolinário Joze Gomes Porto Alegre (1844-1904) e Apelles Joze Gomes Porto Alegre (1850-1904), apesar de serem de uma geração anterior à da *jeunesse dorée*, ou os “moços de talento”, participaram proficuamente da construção intelectual tanto de Porto Alegre quanto do Rio Grande do Sul. Os irmãos Porto Alegre fundaram escolas, jornais, institutos, foram professores, escritores, jornalistas, poetas e historiógrafos. Fundaram, junto a outros escritores e historiadores, como José Antônio do Vale Caldre e Fião, Lobo da Costa, Fontoura Xavier e Damasceno Ferreira, o Parthenon Literário, em 1868 (PESAVENTO, 1999).

parcela da população que passa pelas mesmas privações, e deste modo compartilham experiências semelhantes. Greves, paralizações, carestia de alimentos, abusos trabalhistas, falta de saneamento, de transportes, e mais uma série de fatores são relatados por Roque Callage em sua coluna e utilizados para formar este vasto compartilhamento de experiências.

Os conceitos de exclusão, principalmente de José de Souza Martins e Robert Castel, são utilizados para se compreender, no quinto capítulo, a maneira como os “esquecidos” de Roque Callage são apresentados em sua coluna. A marginalização e exclusão não são plenas para estes indivíduos descritos pelo colunista, que utilizam as sobras do sistema capitalista para sobreviver. Mendigos e leprosos são os principais componentes destes grupos. As instituições de caridade, os suicidas e as crianças pobres se fazem presentes neste capítulo, assim como a discussão sobre o desenvolvimento de cidadania no Brasil durante a Primeira República, principalmente através de José Murilo de Carvalho. As relações entre o conceito positivista de assistência social e a forma como a mesma é delegada para as iniciativas privadas é discutida sob o prisma de Alfredo Bosi. Por fim, a conclusão da pesquisa apresenta as considerações sobre todo o processo de análise do *corpus* documental, os protagonistas – e em alguns casos antagonistas – d’*A Cidade*, assim como as relações que se podem formar entre eles. A discussão tenta entrelaçar alguns pontos de convergência e entender de que modo o cronista percebia as mudanças sociais em Porto Alegre durante a segunda metade da década de 1920 e o primeiro ano da de 1930.

A popularidade da coluna assinada por Roque Callage, sua relação com os leitores e as impressões do cronista sobre a sociedade porto-alegrense foram determinantes para compreender a maneira como os periódicos tornam-se fontes fundamentais para os estudos dos mais diversos temas, como a sociabilidade de determinada época, as reformas urbanas de infraestrutura e saneamento das capitais, o trabalho industrial, etc. Tais temas, hoje, só obtiveram grande visibilidade graças à permanência de suas memórias nas páginas dos jornais. Esse alargamento do campo de pesquisa ocorre devido à capacidade dos impressos de reunir em suas páginas diversos espaços, editoriais e colunas variadas de representação social. A imprensa propicia não apenas a ampliação das fontes do historiador, mas principalmente a possibilidade de verificar e conhecer as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação

de determinadas classes, etc. (DE LUCA, 2006). A dimensão representativa da imprensa, ou seja, sua legitimação em representar os acontecimentos ocorridos na sociedade, assim como de reconstruir os fenômenos culturais e os estereótipos sociais, fazem dos jornais um catalizador e receptáculo de memórias.

2. COMENTADORES E CRONISTAS DE TODOS OS PALADARES: O REGISTRO DO COTIDIANO NOS JORNAIS

Uma imensa quantidade de jornais, tanto os de grandes tiragens quanto os de pequeno vulto, estes feitos artesanalmente e muitas vezes de vida efêmera, invadiu as principais – senão todas – capitais provinciais do Brasil entre o final do século XIX e início do XX. Pegando carona na incipiente modernização pela qual as grandes cidades passavam (Rio de Janeiro, então Capital Federal, São Paulo, Salvador, Paraíba, Porto Alegre, Belo Horizonte, entre outras), a imprensa de periódicos tornou-se um “negócio”, e desfrutou de um período de bonança até então inimaginável. Não mais necessitar-se-ia produzir, imprimir e publicar às escondidas na Europa, como no caso do *Correio Braziliense* (1808) de José Hipólito da Costa, ou mesmo abertamente, como a revista *Nitheroy* (1836), produzida por um quarteto de então aspirantes a romancistas, escritores e jornalistas, formado por F. S. Torres Homem, D. J. G. de Magalhães, M. de Araújo Porto Alegre e Pereira da Silva, além de outros colaboradores. Inúmeros mais periódicos poderiam ser enumerados – o que tomaria um capítulo inteiro apenas para nomeá-los –, entretanto não é esta a intenção desse acanhado preâmbulo (MEYER, 1992). Procura-se, aqui à guisa de introduzir este primeiro capítulo, elencar alguns pontos os quais serão apresentados e discutidos nas próximas páginas.

Inicialmente é proposto que se compreenda que não se está buscando realizar um “levantamento histórico” sobre a imprensa em Porto Alegre ou no Brasil, muito embora em algum momento tal esforço seja necessário. Aqui tratar-se-á principalmente do gênero da crônica, esta particular e típica “plantinha” brasileira praticada por nossos escribas. Não que não haja produções cronísticas em outros países ou continentes, pelo contrário; a crônica nasce em Paris, no *rez-de-chaussée* dos *feuilletons*. Mas não nos afobemos, tal ponto será apresentado mais adiante. Compreende-se, entretanto, que tal gênero encontrou guarida em solo nacional e floresceu, tornando-se nativo, com características próprias e muito peculiares (ibid.). Mas novamente a pressa singra: não há necessidade de anteciparmos os resultados da pesquisa. Voltemos, pois, a tratar do lugar da crônica dentro da imprensa e como esta se transformou entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX.

A concepção de imprensa como uma empresa capitalista, onde o lucro galgava novas esferas e maior visibilidade, modificou não apenas o modo como o jornal era

manufaturado, mas também sua concepção, visando arrecadar o crescente número de leitores citadinos. A crônica, neste cenário, surge se não com a aparência atual como a conhecemos, pelo menos com alguns vislumbres de suas cores. O espaço destinado a ela, inclusive, é determinado neste momento. Quando a imprensa começa a gerar lucro, a se profissionalizar, a utilizar fotografias, charges e veicular publicidades das mais diversas, apenas um lugar, normalmente o menos nobre, resta para o trabalho dos cronistas: o rodapé. Não que haja maiores problemas em escrever no rés-do-chão de uma página de jornal, afinal, jornalistas dificilmente se dão ao luxo de escolher a diagramação de suas publicações.

A crônica, então nascida na França, climatizada no Brasil e domiciliada, de início, no rodapé dos jornais, precisa ser esmiuçada. É necessário compreender o que faz da crônica uma crônica. O porquê de a crônica ser considerado um “gênero menor” também será analisado, assim como algumas diferenças pontuais entre este gênero e outro muito próximo, o conto.

A cidade de Porto Alegre, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, também será revisitada, principalmente nos pontos que discutem a relação entre a incipiente modernidade da capital e a imprensa porto-alegrense. Algumas das principais transformações pelas quais a capital gaúcha passou serão elencadas, como as administrações de José Montauray e Otávio Rocha, a transmutação da imprensa partidária em uma empresa, a condição peculiar dos cronistas porto-alegrenses, de sempre escreverem no presente através de suas reminiscências, e as gerações de jornalistas que se sucederam desde Pereira Coruja até Roque Callage.

Roque Callage, inclusive, não poderia ser furtado de seu lugar nesta pesquisa. O espaço da crônica de Callage n’*A Cidade*, no jornal *Diário de Notícias*, sua percepção do cotidiano, principalmente da massa de pobres, flagelados, excluídos e marginalizados da cidade, assim como um breve apontamento sobre sua vida, sua carreira intelectual e suas obras, também se faz presente neste capítulo. O *Diário de Notícias* também encontra aqui algumas páginas dedicadas a seu nascimento. Como a análise das crônicas de Callage cobre o período de março de 1925 a dezembro de 1930, esta pesquisa acerca do periódico se detém apenas entre dois fatos: seu surgimento, ainda como um projeto em 1924, e sua posterior venda à cadeia dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, em dezembro de 1930.

2.1 A crônica brasileira: um gênero com complexo de vira-lata

Quando se esboça a árvore genealógica da crônica brasileira, seus ancestrais e progenitores, é necessário colocar suas primeiras aparições nos *rez-de-chaussée* do *feuilleton* francês. Para essa empreitada, entretanto, será necessário recuar no tempo e ir além do moderno jornalismo iniciado no século XIX com o *Le Presse* e o *Le Siècle* e adentrar na etimologia do termo, calcada na mitologia grega. Não há a necessidade de especificar todas as acepções do termo “crônica” no mais variados períodos históricos e culturas – mesmo porque esta não é a proposta desta dissertação –, entretanto alguns elementos serão apresentados, mesmo *en passant*. Restariam então duas tarefas: definir com exatidão, ou ao menos até onde seja possível, suas propriedades e particularidades, e compreender o porquê deste gênero ser considerado “menor” dentro do rol de categorias literárias inicialmente proposto por Aristóteles. Um certo “complexo de vira-lata” que acompanha o gênero, parafraseando Nelson Rodrigues, permeia sua delimitação.

Crônica, poder-se-ia afirmar, seria uma corruptela do nome *Chronos*, Deus grego que personifica o “tempo” eterno e imortal e que “traz um fim a tudo que teve um começo”, além de “destruir tudo o que ele próprio cria” e acusado de consumir sua prole. Essa analogia do “tempo”, do qual *Chronos* é considerado seu deus, poderia ser ainda dissecada em três conceitos distintos (*khronos*, *kaïros* e *aiôn*), mas como esta pesquisa não tem a audácia de adentrar em grandes discussões mitológicas, por ora nos debruçaremos apenas no que se refere ao *khronos* como tempo cronológico e sequencial cuja passagem pode ser mensurada e associada ao movimento linear da vida terrena, com um início, meio e fim (BRANDÃO, 1986).

A mais usual tradução da palavra grega *khronos* remete, como explicado no parágrafo anterior, ao mito de *Chronos*, ligado à passagem do tempo, ao movimento sequencial e à efemeridade da vida. Tomemo-la como uma assertiva válida e pertinentemente desenvolveremos nossa argumentação a partir deste preceito. Entretanto, alguns dos primeiros usos do termo “crônica” como algo criado para relatar acontecimentos, eventos, etc., distam alguns milhares de anos entre a compreensão de *khronos* pela mitologia grega e sua apropriação pelos cronistas. Conforme Paulo Rónai (1994), apesar do conceito de “crônica” estar enraizado no imaginário dos leitores como uma composição relacionada à modernidade e publicada em revistas e jornais,

sua origem é um tanto mais antiga e designa uma narração histórica por ordem cronológica.

De um modo distinto, Hayden White, em *Meta-História* (1992), apresenta a crônica como um dos elementos que compõem a estrutura de uma narrativa histórica. Cinco seriam estes elementos constitutivos, os quais dois são considerados “primitivos” e três “não primitivos”: crônica e estória se configuram como os primeiros, enquanto que a elaboração do enredo, a argumentação e a implicação ideológica são colocados no segundo grupo. Interessa-nos, para esta explanação, compreendermos os dois que constituem a classe denominada de primitiva por White. Crônica e estória representam um processo de delimitação, seleção, e organização de dados e informações de cariz histórico, ainda “não processado”, cujo interesse final seria a transformação destes registros em informações mais acessíveis para um público de determinada estirpe. Conforme o próprio White:

(...) a obra histórica representa uma tentativa de mediação entre o que eu chamarei de campo histórico e, o registro histórico não processado e, outros relatos e um público. Em primeiro lugar os elementos do campo histórico são organizados numa crônica pelo arranjo dos acontecimentos que serão tratados na ordem temporal de sua ocorrência; depois a crônica é organizada numa estória pelo posterior arranjo dos eventos nos componentes de um “espetáculo” ou processo de acontecimento, que, segundo se pensa, tem início, meio e fim discerníveis. Essa transformação da crônica em estória é efetuada pela caracterização de alguns eventos da crônica em função de motivos iniciais, de outros em função de motivos conclusivos, e de ainda outros em função de motivos de transição (WHITE, 1992, p. 21).

A um conjunto de acontecimentos, quando submetido aos três motivos citados acima (iniciais, conclusivos e transição), ocorre a transformação da crônica para a estória. Para exemplificar: os motivos iniciais caracterizam-se como o simples registro de um evento inicial, que pode ser simplesmente uma data, um local e um personagem; os motivos de transição indicam ao público a suspensão de expectativas, ao menos temporariamente, quanto aos fatos nele contidos, como a mudança do caráter de um personagem, ou como a relação dúbia entre as personalidades de Dr. Jekyll e Mr. Hyde², por exemplo; por fim, os motivos conclusivos apontam o fim ou conclusão visível de determinado processo, como o final de um romance de Agatha Christie. A crônica de eventos é assim concluída e transfigurada em estória, permitindo realizar argumentações e questionamentos como se a mesma não passasse de uma estrutura sincrônica de

² O estranho caso do doutor Jekyll e do senhor Hyde (1886), escrito por Robert Louis Stevenson

relações (WHITE, 1992).

Estas estórias históricas às quais White se refere reconstituem sequencialmente as séries de eventos de uma maneira que as crônicas normalmente não fazem. Elas conduzem os processos sociais e culturais a partir de um início, passando pela argumentação e revelação de fatos, e culminando em uma conclusão, mesmo que provisoriamente. As crônicas, segundo o autor, normalmente mantêm seus finais em suspensão, e por regra, nem ao menos têm inícios. Simplesmente “começam” quando o evento é registrado pelo cronista, sem pontos culminantes, clímax ou anticlímax, ou mesmo resoluções; podem continuar por tempo indefinido. As estórias, por outro lado, são utilizadas pelo historiador a partir de uma hierarquia criada pelo mesmo, onde os eventos presentes nas crônicas são rearranjados e a eles atribuídos distintos valores e funções com o intuito de formar um conjunto coerente e linear de fatos, com início, argumentação e final (ibid.).

A crônica, a partir do século XVI e até meados do XIX, muitas vezes entrando inclusive no XX, eventualmente reserva um uso singular ao do praticado pela primeira vez nos *feuilletons* franceses: o relato de viagens. Talvez o principal exemplo deste gênero pode ser apontado na carta de Pero Vaz Caminha redigida ao rei de Portugal relatando com detalhes o dia-a-dia em território brasileiro – coincidentemente o primeiro texto em língua portuguesa escrito no Brasil. Mesmo que ignorasse estar escrevendo uma crônica, Pero Vaz de Caminha a produz no sentido primeiro da palavra (narração do tempo cronológico), o que lhe confere a honra de iniciar a documentação de uma historiografia nacional. O trabalho dos cronistas de viagem foi legitimado pela literatura que o considerou uma expressão representativa desta ação, culminando em um vasto compêndio de informações sobre o novo mundo. Com o correr dos séculos, principalmente após a industrialização da imprensa moderna, o termo crônica foi ganhando outros significados, assim como o cronista (OLIVEIRA, 2010).

A experiência do modelo francês no século XIX com o *feuilleton*, precursor da crônica, entretanto, é a que mais se aproxima da produção jornalística moderna. Essa matriz francesa – *Le Feuilleton*, *Mélanges* ou ainda *Variété* – tem um espaço específico dentro do jornal: a nota de rodapé (o *rez-de-chaussée*; rés-do-chão), geralmente na primeira página e cuja finalidade específica é ser um espaço vazio destinado ao entretenimento. Este lugar de variedades, propositalmente frívolo, constitui um aspecto muito próximo da crônica “à brasileira”, onde são aceitas as mais variadas modalidades

de diversão escrita, encontram-se piadas, receitas de cozinha, críticas literárias, literatura em fascículos, enfim, um espaço para novidades (MEYER, 1992).

Destarte, após estas breves linhas, algumas características do gênero cronístico podem ser apontadas: a palavra crônica chega ao português através de *khronos*, e este, por sua vez, tem sua origem em *Chronos*, deus do “tempo” e carrega a característica de prezar pela sequencialidade do movimento, pela efemeridade do vivido e do cotidiano. Não nos esqueçamos, porém, das crônicas como relatos de viagens, com a narrativa vinculada à cronologia; o relato de fatos pretéritos e atuais, a observação e registro dos fatos relacionados com o passar do tempo. O exemplo da carta de Pero Vaz de Caminha é essencial. Walter Benjamin, em *Sobre o conceito de história*, (1987), apresenta como tarefa do cronista buscar promover uma renovação no modo de escrever a história, como prática de salvação e redenção, sem limitar-se a apenas registrar os fatos, mas incluindo os detalhes, os pequenos acontecimentos:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos (BENJAMIN, 1987, p. 223).

A primeira tarefa apontada no início desta seção, entretanto, ainda não está plenamente respondida. Muito pelo contrário, apenas aranhamos a superfície. Iniciemos, pois, a partir de alguns pontos elencados nos últimos parágrafos: “passar do tempo”, “cotidiano”, “limite espacial” e “efemeridade”. Quatro momentos de intersecção, elementos comuns às crônicas que podem ser rastreadas até a etimologia da palavra em *khronos* e que estão presentes neste gênero literário que tão bem se acomodou nos veículos de imprensa no Brasil.

Paulo Rónai, em artigo publicado no livro *Crônicas brasileiras: nova fase* (1994), apresenta estas mesmas questões e as características ordinárias a todas as crônicas. A primeira é a “atualidade” da crônica. Seu ponto de partida necessariamente é algum evento de interesse geral ou mesmo um acontecimento específico, particular: um diálogo acidentalmente presenciado entre o abrir e fechar de portas de uma cafeteria, o discurso de algum pregador em meio ao seu séquito em via pública, a mudança dos ventos em uma tarde outonal, os ecos de uma revolução civil pelas ruas, enfim, os

acontecimentos “cotidianos”, ou nas palavras do próprio Rónai, “acontecimentos atuais”. No gênero praticado no Brasil, o “passado” encontra terreno estéril e impróprio para seu cultivo. Sua evocação, quando ocorre, é necessariamente motivada por algum estopim momentâneo (RÓNAI, 1994).

O “tamanho” da crônica e seus limites geográficos dentro das páginas impressas do jornal, também são apontados por Rónai (1994). Normalmente uma lauda, às vezes duas; no total, varia entre 30 e 60 linhas. É impensável conceber uma crônica com dez ou quinze páginas, por exemplo. Como o cronista tem à sua mercê sempre o mesmo espaço já delimitado dentro do jornal (não podemos nos esquecer do já citado o *rez-de-chaussée*, seu pé de chão, nos *feuilletons*), é imprescindível que o texto seja claro e livre de repetições. Conforme Rónai, às vezes a crônica dispõe apenas um “cantinho de jornal que é sempre o mesmo, sempre a mesma superfície de papel branco a encher de preto” (p. 214). Tal acanhamento geográfico tem como resultado certa “contenção” no afã literário de seu escritor, servindo, inclusive, como exercício para o aprimoramento de seu próprio estilo. Outra marca indelével da crônica é a ausência do rigor jornalístico. Mesmo intimamente ligado ao jornal, o espaço ocupado pela crônica dispensa o uso de jargões e clichés comuns à imprensa, ao engessamento de reportagens onde os primeiros parágrafos sempre respondem às mesmas perguntas (onde, quando, como, quem e por quê). O cronista desfruta de um “oásis” onde a língua falada, coloquial e corriqueira apresenta-se sem receio (ibid.).

A efemeridade e leveza com que a crônica é produzida e consumida não deixam de “escravizar alguns dos melhores autores”, segundo as palavras do próprio Rónai (ibid., p. 213). Vários cronistas iniciaram suas carreiras na literatura com obras de grande fôlego, como Fernando Sabino e Rachel de Queiroz (apesar de se notabilizarem em outros gêneros literários, ambos os autores contribuíram vorazmente com a confecção de crônicas), entretanto, a facilidade de produzir crônicas em periódicos, mostrou-se mais sedutora:

O que talvez explique a ojeriza de parte dos críticos é que a crônica escraviza alguns dos melhores escritores, desviando-os dos gêneros nobres da literatura em que se notabilizaram. Logo depois de um precioso romance de estreia, *O encontro marcado*, Fernando Sabino se deixou devorar pela crônica; Rachel de Queiroz, autora festejada de *O quinze*, *João Miguel*, *Caminho de pedras*, e *As três Marias* parece ter abandonado de vez o gênero que lhe deu fama, arrebatada pela crônica ela também. Há nessas críticas alguma censura aos próprios escritores que teriam preferido a facilidade ao esforço, o efêmero ao

duradouro.

Censura-se ainda, na crônica, a desigualdade da produção. É claro que um escritor obrigado a entregar suas duas laudas toda semana (quando não diria dia sim dia não, no caso dos jornais diários) não possa produzir tantas obras-primas. Mesmo esse gênero leve, que talvez nem seja um gênero, depende, com efeito, de inspiração, Mas coletâneas que representam uma seleção feita pelos próprios autores, remedeiam em certa medida esse inconveniente (RÓNAI, 1994, p.213-4).

Mais que apenas um texto escrito em um canto do jornal, a crônica também exerce a função de documento sociológico, mesmo involuntariamente. Enquanto os demais gêneros literários focalizam apenas determinadas faces da sociabilidade, às vezes preocupados unicamente com aspectos psicológicos, o texto cronístico abrange a totalidade da vida em sociedade, discorrendo com naturalidade por temas como costumes, urbanização, moda, filantropia, música, clima, industrialização, política, literatura, exclusão social e uma infinidade de outros assuntos (ibid.).

Essa premissa também é apontada por Viviane Mahieux em *Urban Chroniclers in Modern Latin America: The Shared Intimacy of Everyday Life*³ (2011), mesmo que indiretamente. Apesar de não rotular a crônica como um documento sociológico, Mahieux a utiliza como fonte primária para compreender as drásticas mudanças marcadas pela modernização da economia, industrialização e crescimento urbano em cidades como Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro e Cidade do México. O foco da autora se volta para o trabalho dos cronistas nas décadas de 1920 e 1930, na evolução dos meios de comunicação e as correntes mudanças na configuração literária latina do século XX devido às novas relações de consumo entre escritores e leitores. De modo mais pontual, Mahieux condiciona a experiência dos cronistas com a cultura de massa à maior acessibilidade do público leitor, assim como a proliferação do número dos meios de comunicação e de suas tiragens. Interessa-nos, entretanto, o trabalho realizado no primeiro capítulo da obra supracitada, onde é explorada a flexibilidade do reposicionamento do gênero cronístico dentro do cotidiano dos centros urbanos na América Latina, assim como a relação do escritor e do leitor, e o papel da crônica na construção e nas modificações do urbano, temas que serão abordados com mais propriedade nos próximos subcapítulos.

Analisando crônicas publicadas por jornais em grandes cidades da América Latina nas primeiras décadas do século XX, Mahieux apresenta uma consistente

³ *Cronistas urbanos na moderna América Latina: a intimidade compartilhada do dia-a-dia*. Tradução livre.

pesquisa acerca do desenvolvimento do gênero dentro dos jornais, as percepções dos cronistas sobre a sociedade e em muitos casos suas preocupações e impressões com as mudanças advindas da crescente urbanização e modernidade das cidades. Escrever crônicas em jornais diários, entretanto, demanda adaptar o estilo jornalístico, por natureza engessado, como citado anteriormente. Há a necessidade de escrever para toda uma gama de públicos, que inclui tanto o erudito quanto o que não consegue ler, mas "ouve" nos cafés, nas salas das pensões e nos diversos ambientes de sociabilidade. Dentro deste contexto, os cronistas desenvolveram a consciência que entre seus leitores incluíam os mais diversos níveis de educação, idade e gênero. Sua produção cronística se voltava – e principalmente se adaptava – ao crescente interesse de seu público pela leitura diária do jornal. A cumplicidade dos cronistas com os leitores, entretanto, não era delimitada por uma única razão (a comercialização de jornais), mas também apresentava-se como uma expressão artística ligada à vanguarda burguesa, e por isso uma forma autônoma de arte:

For the chroniclers of the 1920s and 1930s, writing for the daily press meant adapting to the needs of a diverse and not necessarily erudite audience. It also meant developing a constant awareness of a mixed middle-class reading public in which women played a growing role as cultural consumers, and in which a single text had to appeal to readers with varying levels of education. While this complicity with a broad readership had its pragmatic reason - selling texts - it also manifested an avant-garde stance regarding the autonomy of art. In *Theory of Avant-Garde*, Peter Bürger describes the institution of art in bourgeois society in terms of its autonomy, or "its (relative) independence in the face of demands that it be socially useful". European avant-garde movements would attack this definition by proposing art as an expression that cannot be dissociated from "the life praxis of men". This association between art and praxis questions the autonomy of art and implies that artistic creation and reception are no longer perceived as individual processes but rather as collective happenings. In a similar manner, the chroniclers I read here choose to intertwine the process of writing with the flow of everyday life, challenging the distinction between a communal experience and the solitary gaze that characterized the bourgeois conceptualization of the artist⁴ (MAHIEUX, 2011, n.p.).

⁴ Para os cronistas das décadas de 1920 e 1930, escrever para a imprensa diária significava adaptar-se às necessidades de uma audiência diversa e não necessariamente erudita. Também significava desenvolver uma consciência constante de um público misto de leitura de classe média, no qual as mulheres desempenhavam um papel crescente como consumidores culturais, e em que um único texto tinha de atrair leitores com diferentes níveis de educação. Enquanto essa cumplicidade com um leitor amplo teve sua razão pragmática – vendendo textos – também manifestou uma postura vanguardista em relação à autonomia da arte. Em *Teoria da Vanguarda*, Peter Bürger descreve a instituição da arte na sociedade burguesa em termos de sua autonomia, ou "sua independência (relativa) diante das demandas de que seja socialmente útil". Os movimentos vanguardistas europeus atacariam essa definição propondo a arte como uma expressão que não pode ser dissociada da "práxis da vida dos homens". Esta associação entre arte e práxis questiona a autonomia da arte e implica que a criação e recepção artísticas não são mais percebidas como processos individuais, mas como acontecimentos coletivos. De maneira semelhante, os cronistas que leio aqui optam por entrelaçar o processo de escrita com o fluxo da vida cotidiana, desafiando a

Do mesmo modo como o documento sociológico de Rónai, Mahieux apresenta a crônica, segundo os movimentos de vanguarda europeus, como uma "expressão que não pode estar dissociada da vida como práxis dos homens", dando guarida à concepção do professor húngaro. A autora, inclusive, concebe a crônica como algo mais que um gênero, mas uma prática cuja função engloba um sentido duplo: a leitura e a escrita de um texto que é ao mesmo tempo jornalístico, literário e urbano (MAHIEUX, 2011).

A delimitação da crônica como documento de uma época, mais especificamente como um relato documental da sociedade carioca na virada do século XIX para o XX, também é apontada por Margarida de Souza Neves (1992). A ficção e o registro histórico se relacionam de modo amigável, constituindo um discurso polifacético que expressa as mudanças oriundas da incipiente modernidade, vivenciadas pelos contemporâneos como um momento de transformações, que culminaram no período conhecido como *belle époque*. As crônicas são documentos, então, pois carregam a característica de serem “monumentos” de um tempo social que denota a noção de “progresso” comum à época. Um segundo aspecto pode ser assinalado quando se trata a crônica como documento: sua matéria prima é o cotidiano construído através da seleção do autor e o que o leva a preferir determinados fatos e abandonar outros. Mesmo partindo de uma seletividade arbitrária, as crônicas se apresentam como “imagens de um tempo social” e “narrativas do cotidiano”, consideradas assim construções de um imaginário, e deste modo, documentos.

A dificuldade em definir com exatidão as características que constituem uma crônica não é exclusividade de Paulo Rónai. Em *Enigma e Comentário* (1987), Davi Arrigucci Jr. se propõe a realizar a árdua tarefa de dissecar esta “companheira quase que diária do leitor brasileiro”, que, aparentemente de fácil identificação, “é difícil de definir, como tantas coisas simples” (p. 51). Os principais pontos pelos quais Arrigucci Jr. permeia se aproximam aos já elencados: a procedência do termo grego *khronos*, a representação temporal de eventos, a “documentação” de determinada época, espaço geográfico em periódicos e a leveza e estilo próprios, pertinente não apenas ao gênero, mas muitas vezes delimitado pelo cronista. A estas características, aprofundadas pelo autor no correr do capítulo “Fragmentos sobre a crônica”, é articulado mais um elemento que ainda não foi propriamente nomeado, o papel do narrador.

distingão entre uma experiência comunitária eo olhar solitário que caracterizou a conceituação burguesa do artista. Tradução livre.

Como acima mencionado, na crônica é compreendida a continuidade do gesto humano no passar do tempo. No princípio, segundo Arrigucci Jr., a crônica trouxe a narração de fatos históricos a partir de uma ordem cronológica – as crônicas ibéricas medievais –, constituindo o relato de uma sociedade, o passar dos anos e o documento de uma época, ou ainda, segundo as próprias palavras do autor, “um meio de inscrever a História no texto” (p. 52). Partindo desta premissa, da capacidade da crônica em transcrever em texto fatos históricos, surge a figura do cronista como narrador. Este narrador, normalmente voltado aos casos populares e tradicionais, utilizando sua memória, resgatava a experiência de determinada sociabilidade, integrando a tradição oral à literatura culta – o que não se mostrava como regra, pois os cronistas medievais normalmente asseguravam uma perspectiva religiosa às suas crônicas (ARRIGUCCI JR., 1987).

A crônica moderna, por sua vez, é um pouco diferente deste gênero histórico cuja origem pode ser rastreada desde o século XIII. Quando hoje tratamos deste gênero, referimo-nos, especialmente no caso brasileiro, ao relato, ou muitas vezes comentário, de fatos corriqueiros, do dia-a-dia; ocorrências atuais que abastecem o escopo de notícias de jornais, principalmente após sua transformação em empresas, no início do século XX. A crônica virou uma seção de jornal, mas não um simples apêndice do mesmo. Sua origem é europeia, ou mais especificamente francesa, como anteriormente tratado, mas logo floresceu de modo distinto no Brasil, tomando um rumo próprio e peculiar, com relativa autonomia. Sua atenção está voltada ao moderno, aos fatos diários, perto do chão, do cotidiano, normalmente indo dos grandes acontecimentos aos microscópicos, quase efêmeros. A linguagem é simples e comunicativa, quase como um bate-papo, uma conversa despreziosa junto aos amigos, escorado no balcão de um botequim:

(...) a crônica é ela própria um fato moderno, submetendo-se aos choques da novidade, ao consumo imediato, Às inquietações de um desejo sempre insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna, tal como esta se reproduz nas grandes metrópoles do capitalismo industrial e em seus espaços periféricos. À primeira vista, como parte de um veículo como o jornal, ela parece destinada à pura contingência, mas acaba travando com esta um arriscado duelo, de que, às vezes, por mérito literário intrínseco, sai vitoriosa. Não raro ela adquire assim, entre nós, a espessura de texto literário, tornando-se, pela elaboração da linguagem, pela complexidade interna, pela penetração psicológica e social, pela força poética ou pelo humor, uma forma de conhecimento dos meandros sutis de nossa realidade e de nossa história. Então, a uma vez só, ela parece penetrar agudamente na substância íntima de seu tempo e esquivar-se da corrosão dos anos, como se nela se pudesse

sempre renovar, aos olhos de um leitor atual, um teor de verdade íntima, humana e histórica, impresso na massa passageira dos fatos esfarelado-se na direção do passado (ARRIGUCCI JR., 1987, p. 53).

A crônica está localizada na intersecção entre literatura e jornalismo. Daí resulta o tal “hibridismo” que Telê Porto Ancona Lopez (1992) confere ao gênero. A crônica é descompromissada de grandes aspirações, mesmo porquê prescinde do rigor presente na averiguação de informações, algo característico dos textos jornalísticos. O “passar do tempo”, filtrado pelo cronista, enriquece a maneira como o leitor se relaciona com a coluna; sempre tendo como origem um fato real, ou acontecimento do cotidiano, o autor restitui emoções ou lembranças de situações, de modo curto e leve. Normalmente colorido com um tom mais pessoal, o texto cronístico nasce da espontaneidade e prima pela simplicidade. O assunto da crônica é ao mesmo tempo “tudo” e “nada” – pode-se trocar “tudo” e “nada” por “útil” e “fútil”, sem alteração no resultado final. O interesse e a motivação do cronista são os únicos responsáveis pela delimitação do tema, oferecendo sua compreensão dos acontecimentos que as manchetes veicularam sem emoção. Outra característica da crônica é a sua liberdade quanto à rigidez muitas vezes exaltada do jornal. Como é livre, o gênero abarca qualquer assunto. Deixa o engessamento das construções jornalísticas para ter a matiz de conversa fiada, despreocupada como o tagarelar de dois velhos amigos (LOPEZ, 1992).

Em sua acepção original, a crônica tem como função pretender o registro cronológico e a narração de fatos e acontecimentos. A partir de meados do século XIX, entretanto, sem esquivar-se de seu caráter de ferramenta de registro, incorpora uma qualidade moderna: a do lugar subjetivo do narrador. O cronista, investido de narrador do cotidiano, mistura (normalmente não de modo proposital, mas por ser uma característica particular ao seu trabalho) o ficcional com o real. Confunde-se às vezes; narra fragmentos de uma história menor, distante dos grandes acontecimentos, mas com tal maestria e singularidade, que o atrito entre o caráter circunstancial e o literário, algo característico da crônica, tende a dissolver-se e nota-se a relação ambígua desta tensão com o fato ao qual a crônica se refere:

Muito próximo do evento miúdo, o cronista deve de algum modo driblá-lo, se não quiser naufragar agarrado ao efêmero. Buscando uma saída literária, as margens de sua terra firme são bastante imprecisas: ele pode estender a ambiguidade à linguagem e às fronteiras do gênero, sem perder o nível de estilo adequado às pequenas coisas que trata. Com isso, às vezes a prosa da crônica se torna lírica, como se estivesse tomada pela subjetividade de um

poeta do instantâneo, que mesmo sem abandonar o ar de conversa fiada, fosse capaz de tirar o difícil do simples, fazendo palavras banais alçarem voo (ARRIGUCCI JR., 1987, p. 55).

Já o segundo ponto levantado, o “tamanho” da crônica, demanda um pouco mais de trabalho. A dificuldade em definir com exatidão o gênero da crônica se revela ao compreender que sua origem está ligada à narrativa individual e subjetiva, caracterizada por manter uma forma híbrida, algo que a torna facilmente confundível com outros recursos literários. A palavra “gênero” não é utilizada apenas na esfera da literatura; de maneira geral ela comporta a ideia de uma “origem”, como denota seu equivalente em latim, da qual deriva. A delimitação do termo não é uniforme, sendo possível referir-se à epopeia, poesia lírica e ao drama, por exemplo, como três grandes gêneros, ao mesmo tempo que a novela, o romance e a crônica também carregam a alcunha de gêneros. É possível perceber, assim, como um único conceito abarca coisas distintas, as quais constituem um problema que remonta há séculos: a distinção de gênero na literatura. Começando com a *Poética* de Aristóteles, a significação do que seria gênero, provoca uma série de discussões. Quando tenta-se facilitar a identificação quanto ao gênero textual, é possível iniciar com a premissa de que uma obra pertença a uma determinada categoria por uma série de características cuja existência é significativamente presente em determinado compêndio. Afirmar que uma determinada escrita pertença unicamente a um gênero é uma tarefa de alto risco, pois todo texto participa de um ou mais gêneros; é sempre possível compreender e encontrar gêneros – ou subgêneros – dentro dos próprios gêneros. Participar, entretanto, não é o mesmo que pertencer (OLIVEIRA, 2010).

Relegada a uma posição inferior à do romance, poesia e drama, a crônica moderna é considerada um “gênero menor”, originário a partir da profissionalização da imprensa e que se encontra sempre um passo atrás de seus pares. Mas por que “menor”? Ou melhor, quais as características que lhe faltam para ser alçada aos grandes gêneros literários? Não há a intenção de realizar qualquer discussão teórica quanto ao assunto, mas sim entender o porquê da crônica estar um degrau abaixo de outros gêneros. Tentando responder à primeira questão, não seria equivocado afirmar que a crônica é considerada um “gênero menor” devido à natureza de sua inspiração. Ao se alimentar do mundano e do cotidiano para tecer sua narrativa, afasta-se dos grandes personagens, dos heróis e das grandes histórias, diferentemente das características dos “gêneros maiores” da literatura grega (ibid.).

Outras características que tornam problemática a definição da crônica são o seu meio de suporte, o jornal, principalmente com a popularização e profissionalização da imprensa, além de sua semelhança em relação a outros gêneros, como o conto, a carta, o ensaio e mesmo os relatos de viagens. Por ser um gênero que tende ao hibridismo, a crônica é comumente confundida com outros recursos literários. O ensaio, por exemplo, conforme Afrânio Coutinho (1997), partilha com a crônica de algumas características: são de curta extensão e não seguem nenhuma sistematização; ambas se destacam por manterem-se inacabados, onde os assuntos não se esgotam.

A crônica não é pretensiosa, não tem a intenção de durar, de se cristalizar. Mesmo porque é da natureza do jornal, seu suporte, ser descartado no dia seguinte à sua publicação. Assim a alcunha de “gênero menor” ganha sentido. Como as crônicas não são escritas com o intuito de serem organizadas em compêndios, e constituem-se principalmente de *faits divers*⁵, tornando-se quase que imediatamente descartáveis, não há a presunção de galgar um status mais elevado. Esse descompromisso lhe concede a liberdade para experimentar formas de linguagem mais simples, assemelhadas com conversas entre compadres, mais próximo do coloquial. Os gêneros elevados dificilmente oferecem a possibilidade, por meio de suas narrativas estruturadas e complexos personagens, de compreender o desenlace do enredo de modo direto e simples. O cronista, através de um texto leve, desprezioso e muitas vezes irônico e sarcástico, livra-se da seriedade e da solenidade, explorando os meandros de um discurso às vezes satírico, às vezes fútil, mas normalmente efêmero (OLIVEIRA, 2010).

Antônio Cândido (1992) percorre um caminho muito parecido para explanar o fato de a crônica ser um “gênero menor”. Ao se ajustar “à sensibilidade de todo o dia”, a crônica se compõe através de assuntos aparentemente soltos, de coisas sem necessidade, o que não lhe assegura assento ao lado de grandes romancistas, poetas e dramaturgos:

“Graças a Deus”, – seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. (...) A magnitude do assunto e a pompa da linguagem podem atuar como disfarce da realidade e mesmo da verdade. A literatura corre com frequência este risco, cujo resultado é quebrar no leitor a possibilidade de ver aso coisas com retidão e pensar em consequência disto. Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos cadentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas (CÂNDIDO, 1992, p. 13).

⁵ *Faits Divers*: “fatos diversos”, em francês. Atualmente a expressão é utilizada para designar histórias policiais (ROUGEMOUNT, 1993).

Pode-se referir à crônica de modo mais abrangente, delimitando-a como uma história em prosa, contada por um narrador, ou mesmo conceituá-la a partir de suas características, como a linguagem simplória, seu tom leve, estilo direto, etc. Outro motivo pelo qual considera-se a crônica como um gênero menor é a proximidade de suas características com a comédia, gênero proposto por Aristóteles na obra *Poética*. O princípio de agradar ao público a qualquer custo, de submeter-se ao seu gosto e de diverti-lo, são objetivos compartilhados pela crônica e pela comédia aristotélica, e nada mais cômico que dar a ele personagens próximos da vida real, com defeitos, falhas de caráter e as mais diversas deformidades. Ao aproximar o personagem das comédias ao homem comum, um protagonista que não só existe, mas é facilmente encontrado no dia-a-dia, Aristóteles delimitou o conceito deste gênero como algo que trata de coisas inferiores, menores (OLIVEIRA, 2010). A brevidade e efemeridade, tão comuns às crônicas, assim como sua proximidade com a comédia aristotélica, a utilização personagens comuns e mundanos, de fatos corriqueiros, e a pretensão de não serem redigidas para publicações posteriores, fazem da crônica um gênero menor, ou parafraseando Nelson Rodrigues, um gênero com complexo de vira-lata.

2.2 Quando a crônica não conta um conto

As particularidades que definem as diferenças entre uma crônica e um conto, apesar de inúmeras, são de difícil delimitação. Um ponto fundamental, entretanto, é o conceito de “narrativa que registra o circunstancial”, enunciado por Jorge de Sá, no livro *A crônica* (2005). O autor parte do exemplo da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel⁶, onde é assinalado o exato momento no qual o embrião da estrutura da crônica, como gênero literário, nasce no Brasil. Este texto de Caminha é posto, assim, como um indelével espécime da excelência do cronista, pois recria com engenho e arte, tudo o que se registra no contato direto entre as duas culturas, a europeia e a americana, e fiel às circunstâncias, emaranha todos os elementos disponíveis – o contato entre o europeu e o “selvagem”, seus costumes, as características da flora e fauna, etc. – para que seu texto transforme, ao final, a pluralidade de retalhos em uma unidade significativa (DE SÁ, 2005).

⁶ Datada de 1º de maio de 1500, a íntegra da carta foi “redescoberta” em 1773 e desde então reproduzida em diversas publicações.

Crônica e conto encontram-se próximos apenas na delimitação da brevidade de sua narrativa. Diferentemente de um conto, cuja densidade específica centra-se na exemplaridade de um instante da condição humana, sem realizar juízo de valores morais, a crônica é o resultado de uma equação onde o jornalismo se soma à literatura e marca o registro circunstancial realizado por um “narrador-repórter” que relata um fato para um público específico. A crônica, assim, passa por um processo de limitação, em que a ideologia do veículo de imprensa corresponde ao interesse de seus consumidores, que por sua vez são direcionados pelos proprietários do periódico⁷. O limite espacial da crônica, dentro de uma página de jornal, é apresentado como mais uma diferença em relação ao conto, já que a economia de espaço, usualmente delimitado pela presença de reportagens e publicidade, lhe oferece a oportunidade de florescer sua riqueza estrutural (ibid.).

A crônica, embora não apresente a densidade de um conto, caracteriza-se pela liberdade de seu autor, que pode transmitir a aparência de despreocupação e aparente superficialidade no desenvolvimento de seu texto. Esta formatação muitas vezes flerta com a de uma reportagem, mas diferentemente desta última, o cronista dá a impressão que se mantém na superfície de seus próprios comentários, evitando dar corpo a um personagem ficcional que possa se passar por narrador. O autor, assim, torna-se o próprio narrador de sua crônica e tudo o que escreve tem a aparência de realmente ter ocorrido, como se os leitores estivessem à frente de uma reportagem (ibid.).

A aparência de simplicidade deste gênero não significa que não haja a possibilidade de rebuscamentos e floreios em sua elaboração, mas decorre do fato que a crônica herda do jornal diário a precariedade e a efemeridade do que nasce no começo de uma leitura e termina antes de acabar a própria página, no instante em que o leitor encerra sua relação diária com o jornal. A crônica, assim como o jornal, nasce, vive e morre em um período de 24 horas (ibid.). Quando se procura o significado do termo “crônica”, o dicionário Houaiss nos apresenta o seguinte verbete:

(...) compilação de fatos históricos apresentados segundo a ordem de sucessão no tempo, um texto literário breve, em geral narrativo, de trama quase sempre pouco definida e motivos, na maior parte, extraídos do cotidiano imediato, uma prosa ficcional, relato com personagens e circunstâncias alentadas, evoluindo com o tempo (...). Atualmente abrange um noticiário social e mundano. Originalmente a crônica

⁷ Recomenda-se, para esta situação, os preceitos de “Indústria Cultural”, criados por Theodor Adorno e Max Horkheimer (2002).

limitava-se a relatos verídicos e nobres; entretanto, grandes escritores a partir do século XIX passam a cultivá-la, refletindo, com argúcia e oportunismo, a vida social, a política, os costumes, o cotidiano etc., do seu tempo em livros, jornais e folhetins (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 877).

Este gênero se caracteriza por representar um relato de acontecimentos sociais, políticos ou culturais, onde o autor se coloca no papel de personagem (narrador) em um determinado espaço temporal, composto por um número reduzido de personagens e muitas vezes carregado de humor, onde a pressa de escrever se junta a um dialogismo equilibrado entre o coloquial e o literário. O coloquialismo, quando deixa de ser a transcrição exata de uma frase para transforma-se em um diálogo, apresenta-se como a mais clara característica da crônica. Outro ponto marcante da crônica é a opinião explícita pelo escritor, em que também se destaca o cunho jornalístico (FERRO; FERRO, 2013).

Após estas primeiras páginas, algumas características já podem ser apontadas para delimitar as fronteiras da crônica em relação aos outros gêneros. Inicialmente ela não é um conto, um ensaio, carta ou relato. Pode apresentar características em comum com todas estas categorias, mas seu hibridismo, o fato de andar tanto ao lado do texto jornalístico quanto ao lado da literatura, dificultam (ou facilitam, dependendo da motivação do pesquisador) sua denominação. É consenso que a palavra “crônica”, oriunda de *khronos*, determina o passar do tempo cronológico; ou melhor, a narração do passar cronológico do tempo. Se a crônica “narra”, então é necessário um narrador. Esta é a segunda certeza. Também pode-se apontar o jornal, principalmente a partir de 1836, com o *Le Presse*, o primeiro dos grandes periódicos franceses, fundado por Émile de Girardin, e depois copiado por Ductacq, quando criou o *Le Siècle*, como seu principal suporte de veiculação. (MEYER, 1992).

A relação entre o folhetim e a crônica é elencada por autores como Marlyse Meyer (1992), Antônio Holdfeldt (2016) e Felipe Pena (1996). Citando alguns trechos de *O Folhetinista*, uma das Aquarelas de Machado de Assis, é possível notar que ao escrever esta crônica, Machado de Assis não apenas demonstra a maestria estilística, mas também se percebe o cuidado com a pesquisa acerca da origem do gênero, delimitando corretamente na França, e definindo de forma clara os certames e os desafios do cronista. Segundo Antônio Hohlfeldt (2016) este texto, veiculado na revista *O Espelho*, em 1859, constitui “um verdadeiro manifesto sobre a nacionalização da

crônica”.

Uma das plantas europeias que dificilmente se têm aclimatado entre nós, é o folhetinista.

Se é defeito de suas propriedades orgânicas, ou da incompatibilidade do clima, não o sei eu. Enuncio apenas a verdade.

Entretanto, eu disse — dificilmente — o que supõe algum caso de aclimação séria. O que não estiver contido nesta exceção, vê já o leitor que nasceu enfezado, e mesquinho de formas.

O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno; falo do jornal.

Espalhado pelo mundo, o folhetinista tratou de acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais. Se o têm conseguido por toda a parte, não é meu fim estudá-lo; cinjo-me ao nosso círculo apenas.

Mas comecemos por definir a nova entidade literária.

O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudônimo, o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação.

O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal. (...)

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar de colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espanja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política.

Assim aquinhoado pode dizer-se que não há entidade mais feliz neste mundo, exceções feitas. Tem a sociedade diante de sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo, e a bas-bleus para aplaudi-lo.

Todos o amam, todos o admiram, porque todos têm interesse de estar de bem com esse arauto amável que levanta nas lojas do jornal a sua aclamação de hebdomadário.

Entretanto, apesar dessa atenção pública, apesar de todas as vantagens de sua posição, nem todos os dias são tecidos de ouro para os folhetinistas. Há-os negros, com fios de bronze; à testa deles está o dia... Adivinhem? O dia de escrever!

Não parece? Pois é verdade puríssima. Passam-se séculos nas horas que o folhetinista gasta à mesa a construir a sua obra. (...)

Não é este o único abuso que se dá. É costume de outros levantarem o folhetim como a chave de todos os corações, como a foice de todas as reputações indeléveis.

E conseguem...

Na apreciação do folhetinista pelo lado local temo talvez cair em desagrado negando a afirmativa. Confesso apenas exceções. Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se, nas suas divagações sobre o *boulevard* e café Tortoni, de que está sobre um *mac-adam* lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio de um deserto.

Alguns vão até Paris estudar a parte fisiológica dos colegas de lá; é inútil dizer que degeneraram no físico como no moral.

Força é dizê-lo: a cor nacional, em raríssimas exceções, tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil. Entretanto, como todas as dificuldades se aplanam, ele podia bem tomar mais cor local, mais feição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional, tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa (MACHADO DE ASSIS, [1859] 1955, v. 1).

Assim como o jornal (ou mais especificamente o folhetim) é seu meio de circulação, também é dali que a crônica se abastece. O noticiário dos periódicos é sua grande fonte de informação, seu ponto de partida. Mas não é o único. As conversas nos cafés, alguma frase solta nos corredores das redações, os círculos de sociabilidade, enfim, a “ação humana”, e às vezes mesmo situações que pareceriam banais, como as mudanças meteorológicas, são seu alimento diário. Não se pode esquecer que esta “ação humana”, através do prisma do cronista, reflete na constituição da crônica como um documento sociológico de determinada época, apesar do caráter dialógico de “útil” e “fútil” que o mesmo emprega em seu espaço. Buscando o efêmero, e desprezioso quanto à sua longevidade, a crônica não se deixa impregnar de vaidades: ela sabe que no dia seguinte à sua publicação estará embrulhando peixes na feira. A “semente estrangeira” de Machado de Assis não apenas se aclimatizou em solo brasileiro, mas floresceu e tal qual a evolução darwinista, tornou-se planta nativa com características muito particulares.

3. PORTO ALEGRE, OS “MOÇOS DE TALENTO” E A IMPRENSA ENTRE DOIS SÉCULOS

Embora não haja a necessidade de realizar um minucioso resgate histórico sobre a formação da cidade de Porto Alegre para a compreensão e manutenção de ritmo desta pesquisa, alguns pontos, principalmente a partir dos primeiros anos do século XX e a crescente modernização da metrópole, inclusive o cenário propiciado para o crescimento dos veículos de imprensa na capital, precisam ser apresentados. A construção social do espaço urbano, como bem cita Charles Monteiro (1992), modificou-se ao longo de quase dois séculos, mais precisamente entre os anos de 1740 e 1920: inicia-se a expansão da vida pública, os espaços de sociabilidade tornam-se não apenas mais procurados, mas também necessários. Os cafés, as redações, o *footing* na Rua da Praia (Rua dos Andradas), os cinemas, teatros, as confeitarias, livrarias, clubes, cassinos, cabarés, enfim, um número significativo de ambientes públicos passa a ocupar um relevante papel no cotidiano da cidade. No cerne desta mudança, em que a sociabilidade de Porto Alegre se modifica e se especializa, pode-se estabelecer alguns marcos, como a administração de José Montauray (1897-1923), marcada pela realização de melhorias no saneamento básico, iluminação, eletricidade, e transportes, e a sequente intendência, conduzida por Otávio Rocha (1924-1928), a qual notabilizou-se especialmente pela remodelação urbana da cidade (MONTEIRO, 1992).

Não apenas Porto Alegre, mas o Rio Grande do Sul, durante o final do século XIX e os primeiros anos do XX, passou por significativas mudanças: a Revolução Federalista de 1893, por exemplo, quando a instabilidade política nos primeiros anos da neófito República no Brasil permitiu que se articulassem dois polos, com os cafeicultores paulistas de um lado e os militares positivistas de outro (PESAVENTO, 1993); a crise pecuarista, após o fim da 1ª Guerra Mundial, tomou assento em todas as instâncias do Estado, e conseqüentemente ocorreu a reformulação dos grupos sociais então vigentes, com a ascensão de produtores agrícolas da região norte do Rio Grande do Sul, da burguesia comercial e industrial e de uma incipiente classe média; a Revolução de 1923, a última grande revolta entre chimangos e maragatos, pôs em disputa frações da classe dominante pela eleição da então presidência estadual (MONTEIRO, 1992). O Rio Grande do Sul estava começando a transfigurar-se de um estado majoritariamente rural para uma unidade da federação cuja capital possuía “ares

de metrópole”.

Retomando a administração Otávio Rocha, a partir de 1924 Porto Alegre passa pela reformulação da organização de seu espaço urbano. As transformações envolveram principalmente o espaço central e a infraestrutura da urbe, além de suas vias de acesso ao porto e aos arrabaldes da cidade. O desenvolvimento da capital, durante as primeiras décadas da república brasileira, esteve atrelado à sua função portuária como distribuidor de produtos importados, tanto do exterior (Alemanha, Itália, Argentina, etc.) quanto do mercado interno, como São Paulo e Rio de Janeiro, além da renda obtida com o desenvolvimento da agricultura das áreas de colonização, do comércio e da indústria (MONTEIRO, 1992).

Quando a década de 1920 iniciou, as mudanças em diversas esferas de sociabilidades demandaram um novo e distinto planejamento para Porto Alegre, já que seu espaço urbano apresentava uma função dupla, sendo cenário e protagonista de transformações políticas e sociais. Tentou-se criar, então, meios de oportunizar condições para um pleno desenvolvimento econômico da capital do Estado, além de atualizá-la nas cidades mais desenvolvidas do Brasil e tentar integrar as camadas populares urbanas aos valores e às formas de sociabilidades burguesas. O projeto social de modernidade pregado por Otávio Rocha reorganizou o espaço global da cidade e promoveu o desenvolvimento da indústria, catapultado pelo crescimento da população operária e a ascensão de novos grupos sociais (ibid.).

Essa reconfiguração social em Porto Alegre que se iniciou nas intencções de José Montauray e Otávio Rocha, com novos grupos assumindo maior relevância para o desenvolvimento cultural, econômico e político da cidade, contribuiu para o crescimento do número tanto de intelectuais – homens de letras, ou mesmo uma espécie de *intelligentsia* porto-alegrense – quanto de veículos de imprensa. Alguns dados corroboram com esta situação, como o aumento da população na cidade, que em 1872 contava com 43.998 habitantes e em menos de 50 anos, em 1920, passou a ter 179.263⁸ cidadãos, as decrescentes taxas de analfabetismo no Rio Grande do Sul (no mesmo período, em 1872 o Estado apresentava a taxa de 74,6% de analfabetos⁹, diminuindo

⁸ Números obtidos no sítio <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00> em 12/04/2017.

⁹ Fonte. IBGE, Censo Demográfico 1940, o qual reproduz os dados dos Censos anteriores.

para 53,8% em 1920¹⁰) e o crescente número de veículos de imprensa, que entre os anos de 1890 e 1920, contava com o *Jornal do Comércio*, *A Gazetinha*, *Correio do Sul*, *O Independente*, *Correio do Povo*, *Jornal da Manhã*, *A Federação*, *Gazeta do Comércio*, *Diário Mercantil*, entre tantos outros. O aumento da população e a crescente massa de alfabetizados, assim como o grande número de jornais na capital, tanto matutinos como vespertinos, são indicadores de que Porto Alegre estava mudando. O passado rural do Estado, mesmo encontrando guarida na imprensa e na literatura praticada na capital, aos poucos deu lugar aos assuntos urbanos, onde Porto Alegre tornou-se cenário e ator para seus escritores e cronistas (PESAVENTO, 1999).

Sandra Jatahy Pesavento, em *O Imaginário da cidade* (1999), esclarece que os cronistas que escreviam sobre Porto Alegre sempre se voltavam para o passado, para uma cidade mais “nostálgica”. Eles escreviam no “presente”, mas com seu olhar no “passado”, o que acarretou em uma característica *sui generis* presente em um significativo número de espaços de crônicas e colunas escritos pelo corpo intelectual da época: o peso do rural sobrepondo-se ao urbano, sendo Porto Alegre vista como uma “cidade-paisagem”. Cada geração de jornalistas, escritores, cronistas e poetas, reconfigurou suas impressões e memórias a partir do presente vivido. A lista dos que discorrem sobre este tema abarca desde Pereira Coruja, escrevendo no final do XIX sobre as sociabilidades do início do mesmo século, passando pelos irmãos Porto Alegre – Achylles, Appeles e Apolinário –, Damasceno Ferreira, Fontoura Xavier, Otávio Dornelles, Souza Lobo, Marcelo Gama, Roque Callage e muitos outros (ibid.). Achylles Porto Alegre, em *Palavras ao vento – Crônicas* (1925), cita do seguinte modo a Porto Alegre nos últimos anos do século XIX:

Há uns quarenta anos a nossa cidade vivia um completo abandono. Tinha assim os ares de um povoado da roça.
As nossas praças serviam apenas de depósito de lixo e outras imundícies.
A praça do Portão, apesar de estar plantada no coração da cidade, não escapava a essa lei, que atacava tudo. Era um largo malcuidado, com valos abertos pelas enxurradas e com um ou outro monte de lixo que apodrecia ao ar livre (PORTO ALEGRE, 1925, p. 37).

Achylles Porto Alegre escreve, em 1925, sobre as últimas duas décadas do século XIX. Como o próprio autor delimita, “há uns quarenta anos” Porto Alegre ainda tinha um aspecto campesino, os “ares de um povoado da roça”. Sandra Pesavento

¹⁰ Fonte. BRASIL, Recenseamento Geral 1920.

especula sobre esta característica peculiar aos cronistas e escritores gaúchos, de enxergar a cidade atual sempre com os olhos no passado. O mesmo percebe-se com Pereira Coruja, em *Antigualhas* (1996), onde o político e professor gaúcho repassa vários aspectos da sociabilidade porto-alegrense do final do século XVIII e início do XIX, chegando até a metade deste último, mas sem ultrapassar esta marca:

Dizia-se e afirmava-se mesmo sem ser 1º de abril ou Sábado de Aleluia, que debaixo das Pedras Brancas existia de longa data uma grande serpente, que quando se remexia causava vendavais e tempestades, e que quando em 1811, mais ou menos em uma manhã, houve um pequeno tremor de terra que quebrou muitos frascos dos taverneiros, foi porque a tal serpente se pôde virar para o outro lado, e finalmente que quando ela se poder ver livre das grandes pedras que a oprimem, a cidade será arrasada e será então o fim do mundo.

O segundo acontecimento é que quando em 1831 se instalou aqui na rua do Rosário entre a da Ponte e a de S. Jerônimo, nas casas de Graciano Leopoldino, a 1ª Loja Maçônica com o título de Filantropia e Liberdade, a que o povo chamou – Maribondina, os sócios marimbondos que a ela concorriam pretextavam o exercício da caridade e da beneficência; era porém engano manifesto, porquanto o que eles iam afazer era falar com o diabo (...).

Quem não quiser acreditar nas duas notícias supra, consulte os velhos daquele tempo, e afianço que não só não negarão, mas até acrescentarão com pés de verdade outras histórias (CORUJA, 1996, p. 33).

Assim como Achylles Porto Alegre, Pereira Coruja escreve sobre a capital a partir de suas memórias e lembranças. A cidade e o modo de escrever sobre a mesma, entretanto, começa a se modificar. Novos personagens ocupam o espaço deixado pelos antigos escritores e aos poucos se perde esta ligação com o rural, transformando o modo como se compreende a urbe.

É possível delimitar estas gerações de intelectuais gaúchos radicados em Porto Alegre (apesar do grande número de “filhos da cidade”, um expressivo contingente de escritores e jornalistas são oriundos de diversas cidades do interior do Rio Grande do Sul, como Roque Callage, natural de Santa Maria, os irmãos Porto Alegre, de Rio Grande, e mesmo Caldas Júnior, sergipano de nascimento) através de grupos, os quais muitos se sucederam, e locais de sociabilização. Quanto às gerações de intelectuais de Porto Alegre, Sandra Pesavento (1999) as divide em dois grupos: o primeiro seria formado por Achylles Porto Alegre, Fontoura Xavier e Damasceno Ferreira, parnasianos originários do Parthenon Literário, nascidos na primeira metade do século XIX; o segundo grupo, a *jeunesse dorée*¹¹, a “boêmia literária”, os “moços de talento”

¹¹ Juventude dourada. Tradução livre.

ou ainda “geração Correio do Povo”, foi sucedida por várias subgerações, na sua grande maioria de escritores nascidos entre 1860 e 1880, que vivenciaram a incipiente questão urbana. Alguns de seus expoentes foram Mário Totta, Zeferino Brasil, Paulino Azureña, José Picorelli, Alcides Maya, Roque Callage e Souza Lobo. Ainda seria possível citar o “grupo dos sete”, dentro desta *jeunesse dorée*, formado por Felipe d’Oliveira, Álvaro Moreyra, Eduardo Guimaraens, Homero Prates, Carlos Azevedo Antônio Barreto e Francisco Barreto. Esta boêmia literária, cujas obras, crônicas e trabalhos foram sistematicamente publicados tanto nos jornais Correio do Povo e Gazeta do Comércio, assim como na Livraria Americana e na Livraria do Globo, apresentou a sensibilidade necessária para compreender as mutações da metrópole, assim como o papel e o material de trabalho da crônica e do cronista: a vida na cidade, o rés-do-chão, mas por meio de um ponto de observação diferente. O cronista seria assim um espectador privilegiado da urbe, uma pessoa que não apenas consegue ver a sociabilidade das ruas, mas reconhece seu ritmo e sua sintonia:

Feliz o cronista que pode colocar o seu espírito um pouco mais longe de si mesmo, e do seu trabalho formar um pedestal um pouco mais alto, de onde lhe seja dado descortinar, nítido, o quadro que os pequenos detalhes baralham e confundem. Feliz, porque, raramente as contingências nos cercam e nos oprimem (...). E então, olhada destas alturas a vida pacata desta cidade apresentaria um outro aspecto que não se pode apresentar isoladamente de cada uma das múltiplas modalidades de seu viver cotidiano (BRASIL, 1926, p. 4).

Quando se compreende esta característica do cronista “ideal” pintado por Azureña Brasil, que se encontra em um ponto de observação acima da cidade, mas escrevendo a partir do rés-do-chão, a tarefa de formar uma imagem de Porto Alegre através de crônicas que relatam seu cotidiano se torna mais branda. O corpo de intelectuais que escreveu sobre Porto Alegre, tendo como espaço os jornais da capital, auxiliou na construção desta imagem, principalmente no período de transição entre os dois séculos e na urbanização da cidade.

Estes novos escritores e jornalistas que sucederam a geração do Parthenon Literário, se por um lado escreveram crônicas sobre Porto Alegre, acerca dos primeiros traços de urbanidade da capital, por outro, a dimensão simbólica de sua produção é muito mais extensa que a realidade que ela pode expressar. Quando algum cronista escreve sobre o abandono de vias públicas, como a Voluntários da Pátria ou o Caminho

Novo¹², não está apenas documentando “em miúda letra de forma¹³” um acontecimento específico em Porto Alegre, mas sim oferecendo o vislumbre através de uma brecha, um pequeno buraco de fechadura pelo qual é possível compreender as transformações da cidade. Roque Callage publica, na coluna *A Cidade*, na primeira edição do jornal Diário de Notícias, em 1º de março de 1925, um dos variados aspectos que este espaço proporcionou aos leitores do periódico: as mudanças na urbanização de Porto Alegre.

A transformação por que vai passando pouco a pouco Porto Alegre, tem feito desaparecer do coração da “urbs” alguns de seus antigos aspectos tradicionais. Um deles, por exemplo, a velha Praça da Harmonia, agora destruída pelos blocos de pedra, pela atividade civilizadora de obras do Cais do Porto. Há quem recorra à enternecedora poesia melancólica daquele recanto, onde a sombra de suas árvores debruçadas sobre o rio, se refletia, por noites de luar no espelho tranquilo do Guaíba. Sob a carícia dos velhos plátanos e das velhas figueiras esquadrelhadas, quantos segredos, quantos mistérios, quanta coisa se disse; quanto plano se tramou... Era ali então que muitos dramas da vida, tinham o seu início ou o seu desfecho, idílios inocentes, cenas de amor, aventuras perigosas, algumas perigosíssimas, todos os pequenos arrebatamentos das paixões humana encontravam por entre o sombreado das árvores, sobre o recosto do gradil do pequeno cais primitivo, um ponto romanticamente aprazível propiciatório por certo dos escaldamentos impetuosos do coração (AC, 01/03/1925, p. 5).

A experiência vivida pelos cronistas ao se deslocar pela cidade são o ingrediente principal de seus relatos. Conforme a capital se atualiza, maior é o contraste percebido entre o centro, o coração da urbe, e os bairros mais afastados. A modernização da capital dos gaúchos, nas primeiras décadas do século XX, mostra traços peculiares: por exemplo, a cidade apresenta um dos melhores índices de alfabetização do Brasil (IBGE, 1940), conta com três livrarias, dois teatros, e quatro faculdades para uma população de 74 mil habitantes, entretanto há energia apenas no centro da cidade e esta não possui tratamento de esgotos ou abastecimento de água (AGUIAR, 2011).

Enquanto Porto Alegre apresentava um certo “ar cultural”, seu núcleo urbano se mostrava acanhado, órfão de serviços públicos (PESAVENTO, 2001). A cidade, apesar de provinciana, não deixava de ofertar assuntos para a pena de seus cronistas, mesmo com a falta de assuntos, de fatos e de “novidades”, às vezes darem o tom das crônicas nos jornais:

¹² AC, 10/05/1925, p. 5.

¹³ AC, 03/03/1925, p. 5.

(...) Porto Alegre, exatamente por ser uma cidade de província que, se tem pouco de capital, não deixa de ter outro pouco de aldeia, é uma cidade que oferece margem para os comentadores e cronistas de todos os paladares registrarem diariamente as suas impressões, quer sob o ponto de vista social e intelectual, quer sob o administrativo. Os cronistas poderão faltar – pois não é coisa das mais agradáveis ser-se cronista obrigado – mas os assuntos nunca faltarão. Tudo está em procurá-los com o interesse e os cuidados devidos. Só não terá assunto quem não se quiser dar a esse trabalho, aliás facilímo. A prova está na própria *A cidade* de hoje. Pois fiquem sabendo que ela nesta ocasião aparece com grandes dificuldades. Tudo o que acima dissemos foi conversa fiada, devido à falta de assunto (AC, 01/07/1926, p. 5).

Reconstruir os registros da urbanidade através de alguns traços ou colunas que os escritores, ensaístas, cronistas, jornalistas, professores, enfim, o corpo de intelectuais de Porto Alegre, nesse período de transição de sociabilidades o qual a urbe passou, não é uma tarefa tão simples. Progressivamente impondo-se à sensibilidade e sujeita à ação da pena do cronista, a cidade apresentou-se de maneiras distintas através de um suporte específico: o jornal. Os jornais já faziam parte do dia-a-dia dos porto-alegrenses na virada do século XIX para o XX; haviam se tornado essenciais companheiros nos bondes, nas praças, nos cafés, nos armazéns e nas residências. Tanto em Porto Alegre quanto no Rio Grande do Sul, a imprensa pode ser dividida em dois regimes jornalísticos específicos: o político e o informativo (RÜDIGER, 1993). Enquanto o primeiro período, caracterizado por publicações de cunho político, pode ser demarcado entre os anos de 1827, quando D. Pedro II extingue a censura no Brasil, o que acarreta no crescimento exponencial da imprensa nas províncias, e 1912, com o surgimento das clichérias, as antecessoras das gráficas, o segundo, voltado à informação, mostra-se embrionário com o *Correio do Povo*, em 1895, e estabelece-se com a industrialização da imprensa, com as citadas clichérias (HOLDFELDT, 2006).

No Rio Grande do Sul, o nascimento da imprensa tem como data o ano de 1827, com a criação do *Diário de Porto Alegre*, e está ligado ao processo político que acaba culminando na Revolução Farroupilha (1835-1845). Subsidiado pelo então presidente da Província, Salvador José Maciel, o principal objetivo do periódico foi servir como porta-voz do governo quando do agravamento das contradições entre a Corte e as províncias, onde, por um lado, a classe senhorial brasileira sentia-se desprivilegiada devido ao forte poder do partido português no aparelho estatal. A crescente modernização de Porto Alegre, aliada às condições de civilidade, assim como a formação de um público letrado cada vez mais significativo, significava uma maior circulação de boatos e informações contraditórias através de jornais panfletários e folhas

radicais, o que punha em xeque o próprio exercício do governo (RÜDIGER, 1993). Assim, em maio de 1827, por meio de uma ata provincial:

O presidente propôs que, na Província, havendo, talvez, mais do que em nenhuma outra do Império, necessidade de estabelecimentos que concorram pronta e eficazmente para dar ao Estado cidadãos instruídos, se reclamasse (...) uma imprensa na Capital que, facilitando a comunicação dos pensamentos, servisse também ao governo para estampar suas publicações (Atas do Conselho Administrativo da Província, 6ª Sessão, 10/05/1827, apud RÜDIGER, 1993, p. 19).

O *Diário de Porto Alegre* constituiu-se, conforme Francisco Rüdiger (1993), em um boletim oficial cuja finalidade se restringia a publicar atos administrativos e dar publicidade ao Governo. Apesar das restrições às quais se propunha, o jornal serviu como um propulsor para a criação de novos veículos, principalmente impulsionados pelo desejo das classes burguesas em "responder" ao órgão oficial. Não apenas o curso político no Rio Grande do Sul, em constante agravamento, como o surgimento de novas tipografias e as necessidades da vida econômica - notícias sobre os mercados, taxas de câmbio, etc. -, ajudaram a alavancar o surgimento da imprensa. Segundo Rüdiger, "a mola propulsora da imprensa foi o processo político em curso; o estágio da vida econômica forneceu-lhe penas a pré-condição".

Em um período de oito anos após a criação do *Diário Porto Alegrense*, o Estado contava com 32 outros periódicos, com tiragens máximas de 400 exemplares e periodicidade tanto semanal, quanto diária, embora estes últimos tivessem uma circulação mais efêmera. Suas vendas eram feitas apenas por assinaturas, ou diretamente nos escritórios das tipografias. Com mais destaque pode-se citar o *Sentinela da Liberdade*, *O Noticiador*, *O Constitucional Rio-Grandense*, e *O Mercantil do Rio Grande*. Todos os jornais eram guiados por conceitos políticos, apresentando textos com forte cunho doutrinário, ideológico e opinativo, cuja linguagem virulenta não poupava ideias nem pessoas. Neste primeiro momento, os periódicos eram utilizados apenas como meio de divulgação ideológica; as circunstâncias políticas determinavam seu desenvolvimento, não os conceitos jornalísticos. A relativa estagnação das atividades jornalísticas no período pós Revolução Farroupilha, comprova este fato (ibid.).

Os homens de imprensa do período, entretanto, não eram os políticos, mas os donos das tipografias, que acumulavam os cargos de proprietários, diretores e editores

dos jornais. Como a montagem de uma oficina não exigia grandes esforços financeiros – muitos dos materiais eram comprados de segunda mão, direto do Rio de Janeiro – as tipografias constituíam-se como empreendimentos de artesões especializados, que não raro ascendiam à condição de pequenos empresários, tornando-se pequenos burgueses. Alguns personagens como Claude Dubreuil, compositor francês que introduziu a tipografia no Rio Grande do Sul em 1827 e ligou-se sucessivamente às várias facções políticas no período anterior à Revolução Farroupilha, teve relevante importância nos anos seguintes com a criação de diversos periódicos (o *Sentinela do Sul*, entre 1831 e 1836, *O Pobre*, em 1832, *O Artilheiro*, em 1834, apenas para citar alguns). Cândido Augusto de Mello também pode ser citado. Em 1851 fundou *O Pelotense*, primeiro jornal da cidade de Pelotas, e em 1858 transferiu-se para Porto Alegre onde montou a oficina que publicou *O Conciliador*. Entre os pioneiros do jornalismo gaúcho, outro nome importante foi Izidoro P. de Oliveira, que introduziu o jornalismo em Bagé, fundando *O Bageense* e *A Aurora*, ambos em 1861 (RÜDIGER, 1993).

Os jornais sul-riograndenses no século XIX veiculavam quase que exclusivamente literatura política, onde o jornalismo moderno, com o *status* de "empresa" não encontrava guarida. Não havia um conceito preciso e definido de jornalismo, assim como não havia um estatuto próprio a figura do "jornalista". As matérias e reportagens eram compostas fora do contexto dos jornais, restringindo assim as atividades tipográficas dos "jornalistas" à mera paginação e veiculação de materiais cujos conteúdos não passavam por sua interferência. Quando muito, acrescentavam alguma nota e preenchiam os espaços vazios com pequenos anúncios e breves notícias sobre a vida da comunidade ou a chegada e partida de navios dos portos de Rio Grande (VIANNA, 1977).

Paulatinamente, os partidos políticos começam a montar suas próprias empresas e assumem inteira responsabilidade pelo lançamento de seus periódicos, tirando as decisões editoriais das mãos dos proprietários das gráficas. A partir desta mudança, os jornais passaram a ter, mesmo que pouco especializada, uma organização editorial, surgiram as primeiras redações e progressivamente os políticos tomaram as posições dos tipógrafos como jornalistas. O jornalismo gaúcho tornou-se, então, com os periódicos atrelados aos partidos políticos, não só um suporte para a doutrinação partidária da opinião pública, mas também desenvolveu a concepção de que a função dos jornais é veicular de modo organizado a os conceitos e termos dos partidos para a

sociedade civil. Tal ciclo de mudanças favoreceu, assim, a passagem de produção artesanal de jornais para uma forma manufaturada, baseada na tecnologia e no maquinário (RÜDIGER, 1993).

A segunda fase apontada por Rüdiger, a qual Nelson Sodré denomina como “grande imprensa”, onde os veículos de comunicação paulatinamente se transformam em empresas, caracteriza-se pela transição dos pequenos jornais tipografados, de estrutura simples, aos veículos mais elaborados, com estruturas complexas e equipamentos gráficos necessários para suprir suas necessidades (SODRÉ, 2007). Quando os grandes jornais da capital se especializam, modificando seus planos de direção, automaticamente sua circulação, seu corpo de leitores e de anunciantes é alterado, o que os torna os maiores difusores de crônicas, poesias, contos e romances escritos pelo corpo de pessoas letradas de então. Atrelados às mudanças sociais de Porto Alegre, assim como ao crescimento da urbe, os jornais – especificamente os com maior circulação nos primeiros anos do século XX: *Jornal do Commercio* (1865-1912), *Correio do Povo* (1895-), *Gazeta do Comércio* (1901-1911), *A Manhã* (1920-1922) e *Diário de Notícias* (1925-1979) – passam a contar com um número maior de colaboradores e ampliam seu número de editorias. Abordando não apenas os aspectos políticos de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul ou do Brasil, as reportagens passam a tratar de assuntos de interesse econômico, assim como os de cariz cultural, esportivo, social, policial, notícias internacionais e colunas assinadas por jornalistas.

Quando os primeiros anos do século XX apontam no Rio Grande do Sul, ocorre a transição para um novo regime jornalístico, se consolidando no espaço antes reservado para os periódicos de cunho político-partidário. A especialização das relações sociais ajudou a moldar a maneira como os leitores consumiam os jornais, estes, cada vez menos dependentes do campo político, progrediram e abrangeram outras áreas, como por exemplo a linha editorial voltada à temas cotidianos, como no caso d’*O Diário*, fundado em Porto Alegre, em 1911. Seu editorial, datado de 15 de junho de 1911, salientava o esforço do jornal em “tratar apenas dos problemas político-sociais atinentes ao Rio Grande do Sul”. O jornalismo gaúcho passou, entre os últimos anos do século XIX, especificamente com a fundação do *Correio do Povo*, em 1895, e na segunda década do XX, com o *Diário de Notícias*, em 1925, por uma reformulação que pode ser classifica como a “vanguarda” na comunicação no Estado (RÜDIGER, 1993). A produção jornalística em Porto Alegre, no período 1911-1930, contou com 81

periódicos, e destacou-se pelo aperfeiçoamento técnico e editorial das redações (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986). Uma nova fase de estruturação, assim, ocorreu na medida em que os grandes jornais deixaram seu cariz político e passaram a se comportar como empresas, dando espaço à publicidade, aos diversos editoriais e ao registro imparcial de informações.

3.1 O *Diário de Notícias*: seu “nascimento” e posterior incorporação aos Diários Associados (1924-1930)

Tornam-se necessárias algumas páginas para estabelecer o surgimento do *Diário de Notícias*, visto que esta pesquisa se debruça sobre o escopo de crônicas assinadas por Roque Callage e veiculadas pelo jornal. Apesar de o *Diário* funcionar durante 54 anos, entre 1925 e 1979, como sua incorporação aos *Diários Associados* ocorreu no mesmo período no qual Callage se desligou de suas atividades como cronista do veículo, não há a necessidade de se estender além de seu nascimento, sua estrutura e os fatos que proporcionaram sua aquisição por Assis Chateaubriand, em dezembro de 1930.

O *Diário de Notícias* teve sua edição de estreia veiculada no dia 1º de março de 1925, entretanto sua fundação ocorreu em 23 de outubro de 1924, com a criação da Sociedade Anônima Gráfica Porto-alegrense. Seu primeiro corpo diretor foi constituído por Leonardo Tudra, ex-diretor do *Correio do Povo*, Raul Pilla, Raul Ribeiro, Adroaldo Mesquita da Costa, Pedro da Silva Pereira e José Pedro de Moura, tendo entre seus fundadores e principais colaboradores Roque Callage, Juvenal Mendisco, Raul Ribeiro, entre outros. O jornal foi lançado com o “apoio velado da Livraria do Globo”, e em 1928 a empresa se transformou em S.A. *Diário de Notícias*, passando a fazer parte da rede dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand em dezembro de 1930 (OLIVEIRA, 2008).

As edições eram compostas por 12 ou 16 páginas, em formato *standard* (41,5 cm x 64 cm), com metragem de oito colunas de cinco centímetros cada, e impressas na rua dos Andradas, na Gráfica Porto-alegrense. Seu primeiro número foi impresso em “uma velha rotoplana que pertenceu ao Diário Alemão; esse jornal havia fechado com a guerra de 1914” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/03/1975). Com a periodicidade de seis dias por semana (o jornal só não era impresso nas segundas-feiras), o *Diário de Notícias*

trouxe, em sua primeira edição, o artigo-manifesto que permeou a linha editorial do periódico, o qual apresentava ampla disposição para se contrapor aos antigos discursos praticados pelos novos jornais, que buscavam, assim como os “velhos políticos”, inundar seus programas com promessas vazias e sedutoras. Ao salientar que pregaria um “jornalismo moderno”, o editorial do *Diário* apresentou-se “liberto de todo o vínculo partidário, para percorrer a sua estrada à margem da política e acima dos partidos” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/03/1925). O *Correio do Povo* noticiou a primeira edição do *Diário* com a seguinte nota:

Como estava anunciado, circulou, anteontem, nesta capital, o primeiro número do Diário de Notícias, dirigido pelo nosso colega de imprensa, Dr. Francisco de Leonardo Truda. (...) O novo matutino apresentou-se, numa edição de dezesseis páginas. Com todas as suas seções bastante desenvolvidas (CORREIO DO POVO, 03/03/1925, apud DE GRANDI, 2005, p. 22).

O principal objetivo do jornal, quando de sua criação, era proporcionar a minuciosa e segura cobertura jornalística ao público, buscando esclarecer e levar opinião aos seus leitores sempre que situações, fatos e problemas de interesse geral estejam em pauta, sendo uma “tribuna aberta ao eco de todas as opiniões legítimas” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/03/1925). Ainda em seu editorial de estreia, o jornal afirmava que seus colaboradores gozavam de plena liberdade de opinião nos artigos correspondentemente assinados, sendo esta uma “consequência natural e lógica da liberdade”, com a qual os autores seriam seus exclusivos responsáveis:

Iniciando, hoje, a sua publicação, o *Diário de Notícias* cumpre o dever de saudar os seus colegas da imprensa desta Capital do Estado, cujo desenvolvimento tanto se tem assinalado nos últimos tempos.

Procurando pôr-nos à altura desse progresso é nossa aspiração fazermos um jornal de feição moderna que informe segura e minuciosamente o público, capaz de esclarecer a opinião toda a vez que problemas de interesse geral estejam em foco.

Não temos a pretensão, de apresentar, hoje, um número perfeito. Muitas e muitas dificuldades apresenta a organização de uma empresa jornalística e a feitura de um jornal novo, para que desde logo, este se possa apresentar sem falhas e sem lacunas.

Um e outras, porém haverão de pôr todo o empenho em corrigi-las. Nem queremos, também, prometer em demasia ou anunciar projetos grandiosos de futuro. O que podemos assegurar é que havemos de fazer quando em nós esteja para merecer o apoio público e corresponder à simpatia que nos seja dispensada.

O *Diário de Notícias* será uma tribuna aberta ao eco de todas as opiniões legítimas. Por isso, deixaremos aos nossos colaboradores plena liberdade de opinião, nos artigos que devidamente assinarem. Dos conceitos emitidos, como consequência natural e lógica da liberdade que lhe deixamos, serão os

autores exclusivos responsáveis, não se solidarizando com eles a redação. Podemos, com satisfação anunciar que o *Diário de Notícias* conta já com um brilhante corpo de colaboradores. Já nos asseguraram, com efeito, seu concurso os Srs. Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, Dr. Alcides Dias Antunes, Alcides Maya, Dr. Alcides de Souza Ramos, Dr. Antão de Faria, Dr. Argemiro Dorneles, professor Assuero Garitano, Dr. Ataliba Figueiredo Paz, Dr. Brasil Sefton, Dr. Celeste Gobato, Darcy Azambuja, Eurico Rodrigues, Dr. Francisco R. Smich, Dr. Henrique de Casaes, João Pinto da Silva, Dr. Lauro de Oliveira, Dr. Maurício Cardoso, Dr. Ney Cabral, Cônego Nicolau Marks, Paulo Arinos, Dr. Raul Moreira, Dr. Raimundo Viana, Dr. Renato Barbosa, Dr. Rubens de Barcelos, Dr. Thomas Mariante e Dr. Washington Martins (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/03/1925, p. 1).

O jornal ainda contou, além da opinião e das colunas assinadas por seus redatores, com os serviços da *United Press*, agência de notícias norte-americana, além de correspondentes particulares. Inserido no contexto de dinâmicas mudanças sociais da capital gaúcha, o *Diário de Notícias* surgiu com a proposta de exercer o papel de catalizador para a concretização da exigência de uma “atividade civilizadora”, denunciando o sensacionalismo que confunde a “noção de jornalismo moderno” (THORSTENBERG, 2003). A tal “modernidade” pregada pelo jornal mostrou-se mais contundentemente com o rompimento político-partidário de seu corpo diretivo e editorial, o qual delegava a terceiros as colunas e opiniões de cunho abertamente político e posicionado, desde que devidamente assinadas. Esta posição crítica e imparcial do periódico foi um dos motivos que levou às recorrentes crises financeiras da empresa, e posteriormente à sua venda ao conglomerado *Diários Associados*. Como grande parte da renda dos periódicos nos primeiros anos do século XX estava ligada às doações de partidos políticos, o *Diário de Notícias*, ao se desvincular de posições editoriais permeadas por cunho partidário, tinha nas propagandas, na venda de espaços para “reclames”, sua principal fonte de lucros (OLIVEIRA, 2008). A publicidade, inclusive, foi alvo de críticas de Callage, principalmente as patrocinadas pelo “Professor Hindu”, cartomante que “logra armar sua tenda e explorar a vontade dos incautos”. O cronista ataca especificamente seus reclames, “os seus anúncios, verdadeiros amontoados de sandices sem nexos, de torpes grosserias, de aberrações e imbecilidades de toda a ordem” (AC, 17/09/1927).

Com o Movimento de 1930, quando Getúlio Vargas tomou o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, Assis Chateaubriand passou a receber incentivos e recursos para a ampliação de sua cadeia de jornais, que esteve à disposição da causa aliancista¹⁴ e

¹⁴ Durante o movimento revolucionário de 1923, Roque Callage esteve do lado contrário de Borges de Medeiros, o que ocasionou sua prisão no café “A Barrosa”, conhecido ponto Assisista da capital gaúcha;

apoiou a candidatura de Vargas à presidência, em 1929. Neste mesmo ano a aquisição do *Diário de Notícias* começou a ser alinhavada. Em 1927 houve a primeira tentativa de Chateaubriand de comprar o *Diário*, ao saber que o periódico passava por grave crise financeira. Conforme Fernando Morais, em *Chatô: o rei do Brasil* (1994):

Chateaubriand achou que era hora de colocar um pé no Rio Grande do Sul. O que os donos do jornal lhe ofereciam era uma subscrição de ações para o aumento do capital da empresa que lhe daria o controle absoluto do diário. O negócio estava na eminência de ser fechado quando o jovem deputado gaúcho Osvaldo Aranha conseguiu brechar as negociações. Aranha temia que por trás da ambição de montar uma cadeia nacional de jornais e revistas estivesse oculto algum plano político de Chateaubriand com vistas à sucessão de Washington Luis, em 1930. O suposto candidato podia até não ser o próprio jornalista, imaginava o deputado. Mas, com jornais estrategicamente plantados em algumas capitais brasileiras, aquele nortista baixinho poderia complicar os projetos que um pequeno grupo de gaúchos, liderados por Getúlio Vargas, tramava para as eleições presidenciais de 1930. O melhor era não correr riscos, e Aranha preferiu, por segurança, fazer agora a compra do Diário de Notícias (ibid., p. 173).

Getúlio Vargas utilizou os veículos de Chateaubriand como plataforma para divulgar sua candidatura às eleições de 1930, enquanto o empresário aproveitou-se do apoio político e financeiro do político gaúcho e da Aliança Liberal para adquirir mais jornais à sua rede. Com o incentivo de grande parte dos periódicos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, Chateaubriand transformou seus veículos de imprensa em propagandistas políticos, militando abertamente pela causa aliancista. Em menos de um ano, com apoios políticos e financeiros, e contando com a audiência de grande parte da população, duplicou sua rede de impressos:

Primeiro teve de superar a enorme antipatia que alimentava por Osvaldo Aranha ('um incendiário permanentemente zangado') e convencê-lo da importância, para o movimento, de que ele, Chateaubriand, assumisse a propriedade e modernizasse o letárgico Diário de Notícias, de Porto Alegre. Envolvente e astucioso, Chateaubriand, não apenas conseguiu contornar o azedume do gaúcho, como os primeiros cinquenta contos dados a Leonardo Truda, dono do jornal (de um total de quatrocentos contos que custara o Diário de Notícias), saíram do caixa da Aliança Liberal e foram pagos pessoalmente por Osvaldo Aranha – o mesmo que meses antes abortara o negócio, temendo que aquilo fosse uma tentativa dos mineiros de pôr os pés no Rio Grande (MORAIS, 1994, p. 140).

quando libertado, voluntariou-se às forças rebeldes e trabalhou como correspondente do Correio do Povo na frente de disputa. Desta experiência se originaram os relatos que posteriormente foram publicados na obra *O Drama das Coxilhas*, através da Editora Monteiro Lobato. Em 1930 Callage deixou seu último livro, *Episódios da Revolução*, no qual discorre sobre o movimento de 1930 liderado pelo Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1993).

Em dezembro de 1930, impossibilitado de continuar com suas publicações, o *Diário de Notícias* é adquirido por Assis Chateaubriand e passou a integrar a rede dos *Diários Associados*, iniciando sua adequação às diretrizes de seu proprietário, alinhado ao governo provisório de Getúlio Vargas. O *Diário de Notícias* organizou a primeira Feira do Livro de Porto Alegre, incorporou a TV Piratini e a Rádio Farroupilha ao seu conglomerado de veículos; manteve-se em circulação até o ano de 1979, quando encerrou suas atividades. De 1925 a 1930, a crônica de Roque Callage na coluna *A Cidade* foi não apenas um dos espaços mais populares do *Diário de Notícias*, mas um dos que melhor se estabeleceu na imprensa sul-rio-grandense, voltado para a remodelação do espaço urbano e as demandas sociais e populares relacionadas (MURARI, 2010).

4. O ESPAÇO D'A CIDADE, AS CRÔNICAS, AS OBRAS E O VIVER DE ROQUE CALLAGE

Com rara maestria, Roque Callage, intelectual, jornalista, cronista e escritor de nostálgicos contos regionalistas acompanhou, na coluna *A Cidade*, no jornal *Diário de Notícias*, as reformas modernizadoras em Porto Alegre, assim como as consequências que a mesma gerou. Em um momento histórico em que a percepção da ruptura com o passado despertava tanto o entusiasmo pelas novidades quanto o temor da perda das referências culturais, a implantação do sentido da modernidade envolvia não apenas as dimensões técnico-produtivas, mas também valores, comportamentos e práticas, ao passo que o ritmo das transformações sociais nem sempre era coerente com as expectativas criadas. Neste contexto, *A Cidade* desempenhou o papel de púlpito na qual o jornalista expunha suas posições a respeito dos mais variados temas, desde que considerados relevantes para o dia-a-dia de Porto Alegre: a vida artística, a manutenção e a transformação da infraestrutura urbana, os serviços públicos, o comportamento e os hábitos populares, a criminalidade, os flagrantistas da Rua da Praia, os assuntos discutidos nas rodas dos cafés, o consumo e a carestia, a transformação do comportamento feminino, a política regional e nacional e, por vezes, a má sorte da população mais carente, os excluídos e marginalizados. Nas palavras de Alcides Maya, em carta dirigida à coluna, *A Cidade* era:

...um pequenino caleidoscópio urbano, que tem a vastidão de abranger, sob múltiplos, breves, coloridos e práticos aspectos, todos os problemas, tão esquecidos entre nós, da velha data, referentes ao desenvolvimento e ao primor de certos serviços de urbanismo e cultura social (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/05/1931, p. 5).

Exercendo a função de meio de intermediação entre seus leitores e os diversos órgãos públicos da capital, *A Cidade* constantemente recebia cartas – muitas vezes publicadas em sua integralidade – solicitando melhorias dos serviços municipais. Isso quando não interpelavam pessoalmente, nas ruas, seu autor. Infelizmente a morte prematura de Roque Callage, em 1931, aos 42 anos, interrompeu a proeminente carreira do cronista (MACHADO, 1975). Durante a análise das quase duas mil publicações, veiculadas durante um período que se aproxima de seis anos no *Diário de Notícias*, é possível encontrar apontamentos – muitas vezes subjetivos – de suas posições políticas

e sociais. O tema dos menores abandonados, pobres operários, flagelados de enchentes, mendigos, enfim, as mais variadas formas de exclusão e marginalização dos indivíduos pela sociedade porto-alegrense, são encontrados em algumas crônicas, as quais demonstram um claro posicionamento social. A totalidade das publicações d'A *Cidade* foi analisada e foram identificados diversos temas pelos quais seu autor se aventura. Dentre o grande escopo de crônicas, a discussão acerca dos marginalizados na sociedade porto-alegrense das primeiras décadas do século XX, assim como as manifestações de solidariedade e compaixão ante as diversas categorias de desafortunados que povoavam a cidade, ganharam relevante espaço na coluna.

O engajamento social de Callage transparece em inúmeras de suas crônicas onde os personagens são os indivíduos colocados à margem da sociedade porto-alegrense. Os “esquecidos”, como o próprio autor os define, em uma coluna veiculada pelo *Correio do Povo*, em 25 de março de 1921, ao tratar do grande número de analfabetos em solo brasileiro – “Há de fato lugares por aí afora completamente abandonados, sem um centro escolar que possa ministrar as primeiras luzes aos nossos irmãos esquecidos, vítimas por consequência de uma indiferença crucial pelo seu destino na sociedade e na Pátria”. Retirados da coletividade da capital, aqueles que em muitas ocasiões eram “invisíveis” aos olhos tanto dos poderes públicos quanto da sociedade em geral, encontravam espaço na coluna *A Cidade*, expediente que o autor utilizou em mais de um momento para instigar a solidariedade, compaixão e filantropia dos porto-alegrenses. Inúmeras são as categorias de excluídos que a crônica do autor compreende. Os órfãos, as crianças pobres e abandonadas chamavam a atenção de Callage, principalmente no período próximo ao Natal, quando o autor elucida o contraste entre a tristeza dos desafortunados frente às chamativas vitrines, decoradas para as festas de final de ano, e a alegria das crianças ricas:

Os filhos de rico já sabem previamente o que lhes toca nessa distribuição generosa de festas.

– Mamãezinha, diga ao Papai Noel que eu quero aquela boneca que fala, aquele carrinho e mais um macaco bem grande montado num elefante.

E já sabe a pequenina que, ao despertar da manhã de 25, encontrará tudo aquilo embaixo da cama, ao lado de seus sapatinhos de ouro.

Agora, os pobrezinhos, que gostam também de brinquedos, que têm olhos também para contemplar todas essas maravilhas que enfeitam os sonhos das crianças, contentam-se apenas em ver. Em ver apenas, porque os pequeninos pobres, sem berço e sem sapatinhos embaixo da cama, não têm direito aos presentes do céu. Fica-lhes, entretanto, a esperança radiosa de que no ano próximo, Papai Noel, tão amável e pródigo para com as criancinhas ricas,

Nascido em Santa Maria, em dezembro de 1886, Roque Callage, diferentemente dos jovens escritores e jornalistas porto-alegrenses, não ingressou em nenhum dos cursos superiores presentes na capital. Após concluir o curso primário em uma escola pública em sua terra natal, começou a trabalhar no comércio aos 14 anos, procurando a instrução intelectual de forma autodidata em seu tempo livre. A veia jornalística e literária mostrou seus primeiros indícios através de participações em semanários locais, os quais vale destacar *A Sogra*, *O Estudante*, *O Bohemio* e *O Popular*, este último, de propriedade de Avelino Pereira, onde o jovem Callage publicou textos marcados pela influência da prosa de Eça de Queirós. Em Santa Maria, Callage também tomou assento na redação do jornal *O Estado*, dirigido por Andrade Neves Neto; em 1907, além de redator do jornal, assumiu o cargo de professor de língua portuguesa no Ginásio Ítalo-Brasileiro (MARCHIORI, 2000).

Sua obra de entrada no mundo literário foi *Prosa de Ontem* (1908), publicado ainda em Santa Maria e dedicado a Andrade Neves Neto e à “mocidade inteligente e generosa” da cidade. Renegado pela crítica e pelo próprio autor, o compêndio de contos apresenta, em 69 páginas, forte influência de Eça de Queirós, inspiração da juventude de Callage. Em 1910 sua segunda obra, *Escombros*, encontrou maior receptividade dos círculos intelectuais gaúchos, o que lhe valeu trânsito nos mesmos, embora possa ser encontrado neste segundo livro o mesmo autor romântico do primeiro, um escritor que ainda não havia encontrado sua própria voz. Quando *O Bohemio* encerrou seus trabalhos, Callage mudou-se para São Gabriel, cidade de Alcides Maya (com quem estabeleceu forte amizade), onde deu continuidade aos seus estudos da cultura sul-riograndense, suas lendas e costumes. A proximidade com Alcides Maya, a experiência com o convívio com os peões e tropeiros da região, ajudaram a redirecionar sua produção literária, o que pode ser conferido em sua terceira obra, *Terra Gaúcha*, de 1914. Durante seu período em Santa Maria, trabalhou nos jornais *A Tribuna*, *O Comércio* e *Diário da Tarde*, e estabeleceu matrimônio com Anita Banali (ibid.).

No ano de 1916, Callage procurou vazão para suas aspirações intelectuais na cidade do Rio de Janeiro, onde acumulou as funções de funcionário da Biblioteca Nacional com o trabalho em diversas redações, como *A Notícia*, *A Tribuna*, *A Noite* e *A Gazeta*. Após quase dois anos na capital da república, retornou a Porto Alegre, onde

ingressou na redação do *Correio do Povo*. Sua volta ao Rio Grande do Sul culminou com a retomada de seus estudos sobre a tradição gaúcha, assim como a publicação de duas novas obras, em 1920: *Crônicas e Contos*, e *Terra Natal*. Assim que surgiu o Realismo, gênero literário caracterizado por valorizar e interpretar a realidade do Brasil, o regionalismo gaúcho passou pela sua grande mudança. Temas como a Campanha, o gaúcho fora de seu ambiente, o folclore, os costumes e mesmo a paisagem como protagonista, foram explorados ficcionalmente por escritores como Alcides Maya, Simões Lopes Neto, e com uma noção um pouco distinta de regionalismo, o próprio Roque Callage (MOREIRA, 1982). Com a Revolução de 1923, estabeleceu-se ao lado do assistidas, enviando notas ao *Correio do Povo* direto do *front* de batalha, o que forneceu o material para a publicação de *O Drama das Coxilhas*, um apaixonante relato da defesa dos ideais da Revolução de 23 (MARCHIORI, 2000).

Enquanto aproveitava uma breve estada em São Paulo, entre fins de 1923 e início de 1924, a fim de acompanhar a impressão de *O Drama das Coxilhas* pela editora de Monteiro Lobato, proferiu inúmeras conferências literárias tanto na capital do Estado quanto em cidades interioranas. Após os breves mas proveitosos meses em solo paulista, retornou ao Rio Grande do Sul para assumir seu lugar na redação do *Correio do Povo*, periódico que trocou pelo *Diário de Notícias*. Levado pela amizade que mantinha com os dois diretores do jornal, Leonardo Truda e Pedro Moura, já na primeira edição do jornal pôde ver-se a marca de Callage ao assinar a coluna *A Cidade*, locada ora na terceira, quinta ou sexta página do periódico, no caderno *Ecos e Notas*. Ali desempenhou a função de cronista por mais de cinco anos, quando se exonerou de suas funções no *Diário de Notícias* no final de 1930 para exercer a função de inspetor federal de ensino, na cidade de Rio Grande. Ao retornar à capital gaúcha, voltou a colaborar com o *Correio do Povo*, entretanto, faleceu em 23 de maio de 1931, vítima de tuberculose (MACHADO, 1975). Na ocasião de seu passamento, no dia 24 de maio de 1931, a coluna *A Cidade* publicou a seguinte crônica:

“A Cidade” cumpre, hoje, o doloroso dever de registrar a morte de Roque Callage.

Dentre os escritores gaúchos das últimas gerações, nenhum talvez, através de suas produções literárias, houvesse demonstrado com maior abundância o seu amor ao Rio Grande.

Roque Callage foi um enamorado da terra gaúcha.

Toda a sua atividade intelectual convergia para um ponto único: o seu querido, o seu amado Rio Grande.

Pelo canto, pela crônica, pelo ensaio, pelo artigo de jornal, pela conferência,

em páginas de puro colorido regional, ele retratava o torrão natal, em sua história, em suas tradições cavaleirescas, em seus costumes característicos (AC, 24/05/1931, p. 5).

No dia 26 de maio de 1931, mais uma nota foi publicada no *Diário de Notícias*, esta assinada por Walter Spalding, amigo de longa data. A nota também foi publicada na quinta página:

Sábado, 23 de maio.

Chovia torrencialmente. O céu carregado de densas nuvens parecia coberto de luto. A Natureza toda estava triste. E choravam nos pingos d'água, e gemia na voz do vento, a nênia dolorosa, o adeus ao amigo que partia: Callage.

Pobre amigo!

Quem o conhecia, na sua simplicidade toda gaúcha, sempre satisfeito, com um constante sorriso nos lábios – satisfação e sorriso que eram, nos últimos tempos, o véu tristonho que ocultava os sofrimentos que a asma lhe causava, - quem o conhecia, quem uma vez lhe falava, ficava, desde logo, cativo.

Callage foi um apaixonado pelo Rio Grande do Sul. Tudo para a sua terra natal, para o rincão estremecido, para o pago amado. E foi, por isso, aqui em Porto Alegre, o mais perfeito e legítimo representante do nosso gaúcho lá de fora. Nem mesmo o Rio de Janeiro, por onde andou vários anos em companhia de Alcides Maya, o seu mestre, como dizia, - conseguiu modificá-lo. Votou como fora: gaúcho no físico, gaúcho no moral.

Simple, modesto, imensamente bom e complacente, Roque Calagem fugia ao burburinho, tinha horror às “panelinhas literárias”, aos elogios baratos, - bajulações e “engrossamentos” – como ele mesmo dizia.

Lembro-me ainda do que me disse na redação do *Diário de Notícias*, em 1925, numa das minhas, então, habituais visitas (AC, 26/05/1931, p. 5).

Roque Callage, morto aos 43 anos, deixou, além de sua esposa Anita, dois filhos, Alcides e Carlos. Sua produção literária, entretanto, abarca uma fértil fonte de pesquisa ainda muito pouco explorada. Na vastidão de crônicas assinadas por Callage – apenas entre março de 1925 e dezembro de 1930, na coluna *A Cidade*, foi constituído um universo de aproximadamente 1800 publicações –, onde os mais variados temas foram apresentados, além da miríade de possibilidades inesgotável para a dissertação de temas pelo cronista, também foram publicados os livros, *Rincão*, em 1924, *Vocabulário Gaúcho*, em 1926, *Quero-quero*, em 1927, *No Fogão do Gaúcho* em 1929, e *Episódios da Revolução*, em 1930 (MACHADO, 1975). Este último, mais que um relato dos acontecimentos que levaram o Rio Grande do Sul a liderar o movimento de outubro de 1930 que colocou Getúlio Vargas ao comando do país, foi uma propaganda da Revolução. Celebrando a vitória revolucionária e afirmando ser a missão do Rio Grande – agora unificado, com os “maragatos” e os “pica-paus” unidos por um ideal superior – reestabelecer a grandeza da pátria (MURARI, 2010).

Callage ainda pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e além de ser um dos fundadores do *Diário de Notícias*, e considerado um dos “novos que irromperam brilhantemente no primeiro decênio do século atual (século XX)”, manteve estreita amizade com Monteiro Lobato, Cassiano Ricardo, Alcides Maya, Plínio Salgado e Amadeu Amaral. Walter Spalding (1926) considera Roque Callage como uma das mais completas personalidades da literatura gaúcha dos incipientes séculos XIX e XX; na lista de atividades exercidas por Callage, elencadas por Spalding, constam a de cronista, historiador, lexicógrafo, vocabularista, sociólogo e jornalista. Em 1932, um ano após seu passamento, foi publicado um panegírico¹⁵ onde seus amigos mais próximos, ao prestarem sua homenagem, traçaram o perfil de um homem intelectual, que “compreendia o conflito que se estabelecera no processo civilizatório do Rio Grande: de um lado, o progresso simbolizado na máquina; do outro, a coxilha, com o cavaleiro errante” (THOSTENBERG, 2003).

4.1 A cidade e o *flâneur*

Elencadas e dissecadas as características que produzem sentido a uma crônica, precisa-se tratar de outro tema, tão difícil de definir quanto o primeiro: o papel da cidade na escrita dos cronistas. Michel de Certeau apresenta esta “cidade” através de um discurso urbanístico permeado pela possibilidade de três operações. A primeira se caracteriza pela produção de seu próprio espaço, reprimindo as poluições físicas, mentais e políticas que poderiam comprometer sua organização racional; a segunda seria a substituição de resistências indetermináveis e ferrenhas oferecidas pelas tradições por um sistema sincrônico, onde estratégias científicas devem substituir as estratégias de quem se aproveita das oportunidades ofertadas que sugerem a reprodução de opacidades da história, de lapsos de visibilidade; e por fim, a criação do sujeito anônimo que é a própria cidade, fornecendo uma maneira de conceber e construir o espaço tendo como alicerce um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e interligadas (CERTEAU, 1994).

A mitificação da cidade, do centro urbano, ocorre em decorrência de uma visão perspectiva (e prospectiva) que constitui uma projeção ao mesmo tempo de um passado

¹⁵ Roque Callage: homenagem que lhe presta um grupo de amigos ao comemorar-se o primeiro aniversário de sua morte (1932).

obnubilado e de um futuro ainda incerto. Esta concepção onde se amalgamam o passado e o futuro, a prospecção e a perspectiva, transformam o conceito de cidade em algo tangível, antes inclusive do próprio conceito de cidade ser capaz de dar origem a uma figura particular. Unir “cidade” ao seu conceito não os torna idênticos, mas aproveita-se a simbiose entre ambos para compreender o planejamento de um centro urbano. Ao mesmo tempo pensa-se na pluralidade do real e da urbe, efetivando-se o modo como se pensa este plural, como é possível articulá-lo (CERTEAU, 1994). Segundo o próprio autor, “O desejo de ver a cidade precedeu os meios de satisfazê-lo. Planejar uma cidade é tanto pensar a própria pluralidade do real quanto efetivar essa maneira de pensar o plural; é saber como articulá-lo e ser capaz de fazê-lo”. Parafraseando Angel Rama (1985) dentro de uma cidade sempre há uma outra cidade, elaborada pela elite urbana sobre o espaço e seus habitantes.

Raymond Williams, em *O campo e a cidade* (2011), associa a cidade A concepção de um centro de realizações, de saber, de comunicações, modernidade e luzes. Muito próximo à percepção de Williams, de que nas sociedades urbanas inglesas do início do século XX a literatura permaneceu rural – ao menos por uma geração –, em Porto Alegre tal ocorrência mostrou-se similar. A capital gaúcha, ao crescer e expandir-se a partir de 1752 com os lendários 60 casais açorianos, diversificou-se e tornou-se mais complexa. Este processo de crescimento urbano deixou marcas na malha urbana, vestígios materiais e escritos que ajudam a compreender o modo como a cidade se expandiu e se modernizou, principalmente através dos textos que remetem à urbe e à suas transformações, assim como as expectativas e as sociabilidades de Porto Alegre (PESAVENTO, 1999).

Os cronistas, escribas modernos cujas atividades em Porto Alegre podem ser resgatadas desde o início do século XIX com a *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)* de Auguste de Saint-Hilaire, passando pela *Antigualhas* (1881) de Pereira Coruja e culminando n’*A Cidade* (1925-1930) de Roque Callage, desempenharam papel de relevante importância para a tarefa de juntar as peças que montam o mosaico literário da cidade. Antes de pensar no cronista como um mero “memorialista” dos hábitos e costumes das cidades, é necessário compreender que sua atividade vai muito além de transcrever algumas poucas linhas e publicá-las em um periódico. Os cronistas, normalmente originários de classes médias, pequenos burgueses que sobreviviam da publicação de contos, crônicas, reportagens, e não raro da licenciatura, formavam um

grupo heterogêneo cuja diversificação de vozes muito se aproximava do que Bakhtin denomina “babelismo da escrita” (PESAVENTO, 1999).

Estes escritores, jornalistas e cronistas que exerceram suas atividades na Porto Alegre das primeiras décadas do século XX, quando suas posses – e de suas famílias – permitiam, realizavam algo próximo a uma “peregrinação” ao Rio de Janeiro. A então capital federal, a cidade que não apenas era “maravilhosa”, mas também o centro cultural da *belle époque* brasileira, atraiu várias gerações de aspirantes a escritores do Rio Grande do Sul (e alguns já consagrados e estabelecidos). Alcides Maya, Álvaro Moreyra, Ernani Fornari, e claro, Roque Callage, foram alguns dos gaúchos que ao menos por um breve período se aventuraram em solo carioca (PESAVENTO, 1999). Conforme Viviane Mahieux (2011), os cronistas eram “intelectuais autodidatas que trabalhavam com o que tinham em mãos, apresentando o que potencialmente seus leitores também poderiam acessar: a vida heterogênea da cidade¹⁶”. A experiência de morar no Rio de Janeiro da década de 1920, com suas grandes avenidas abertas, seus *boulevards* e sua efervescente vida cultural, não se furtaria de deixar marcas profundas na formação literária de quem pôde desfrutá-la. Se os escritores e cronistas gaúchos já utilizavam as histórias do cotidiano como ingredientes para seus textos, agora, mais do que nunca, o conceito de *flâneur* enraizou-se em sua produção. Suas crônicas, inspiradas principalmente na experiência proveniente da estada no Rio de Janeiro, e em alguns casos em Paris, se originam dos passeios nas avenidas de Porto Alegre, no caminhar sem destino e muitas vezes sem propósito pelas ruas e becos da cidade, assim como no convívio com as pessoas e com o cuidado de buscar a sensibilidade do “ritmo” da cidade (ibid.).

A história começa no nível do chão, com passos. São miríades, mas não compõem uma série. Não se pode contá-los porque cada unidade tem um caráter qualitativo: um estilo de apreensão tátil e apropriação quinestésica. Sua massa fervilhante é uma coleção inumerável de singularidades. Suas trilhas entrelaçadas dão sua forma aos espaços. Eles tecem lugares em conjunto. A esse respeito, os movimentos pedestres formam um desses “sistemas reais cuja existência de fato constrói a cidade” (CERTEAU, 1994, p. 24).

A urbe oferecia assim um espaço formado não apenas com seu substrato tangível, seu construto de madeira, alvenaria, aço e vidro, mas também para uma cidade

¹⁶ Chroniclers were self-made intellectuals who worked from what was at hand, showcasing the potential of what their readers could also access: the heterogeneous life of their city.

construída a partir da literatura e dos jornais. Ou melhor, uma cidade construída de letras. O papel do *flâneur*, o “caminhante despreocupado”, tão bem representado por cronistas como João do Rio e Lima Barreto, no Rio de Janeiro, Roque Callage, Francisco Riopardense de Macedo, Pereira Coruja, entre outros, apenas para citar alguns escritores de Porto Alegre, representou importante fator para a compreensão da multiplicidade de “cidades” existentes dentro de uma metrópole. O *flâneur*, assim, é compreendido segundo Walter Benjamin (2004) como uma pessoa que faz do espaço urbano, da rua e da multidão seu espaço fundamental. Ele é resultado da modernidade, da vida acelerada da cidade, a qual atravessa, perdido em pensamentos, e busca nas ruas o material para compor sua arte: ele observa pessoas, feiras, ruas, praças, aglomerações, multidões, toma como sua residência os becos que cortam as artérias da cidade, enfim, vive no limite entre o pequeno burguês e o vagabundo e consome tudo o que se origina da ação humana na urbe.

A rua transforma-se na casa do *flâneur*, que se sente em casa entre as fachadas dos prédios, como o burguês entre as suas quatro paredes. Para ele, as tabuletas esmaltadas e brilhantes das firmas são adornos murais tão bons ou melhores que os quadros a óleo no salão burguês; as paredes são a secretária sobre a qual apoia o bloco de notas; os quiosques de jornais são as suas bibliotecas e as esplanadas as varandas de onde, acabado o trabalho, ele observa a azáfama da casa. A vida em toda a sua diversidade, na sua inesgotável riqueza de variações, só se desenvolve entre as pedras cinzentas da calçada e contra o pano de fundo cinzento do despotismo: este é o pensamento político secreto da forma de escrita a que pertenciam as fisiologias (BENJAMIN, 2004, p. 35).

Se Porto Alegre é o cenário, fonte de inspiração e material primário d'A *Cidade*, a *flâneurie* de Roque Callage pode ser considerada o motor de sua crônica. Como não conseguia se manter estático em um único lugar - prova disso é o grande número de colunas onde há a referência do próprio autor sobre seu andar pela cidade -, Callage experimentou as mudanças da urbe e seus desafios diários na tentativa de se tornar uma capital moderna; a multiplicidade de tarefas exercidas pelo colunista em seu espaço diário, seu papel como repórter da cidade e cronista da vida urbana, se aproxima das exigências editoriais propostas pelo jornalismo enquanto empresa. O *flâneur* Callage pode ser compreendido a partir de dois pontos, não distintos, mas próximos. O primeiro é a relação entre o "passar" de Callage, seu atento *footing* na Rua da Praia (na época já rua dos Andradas, mas cuja antiga designação se mantinha para o colunista), e a despreocupada reflexão, muitas vezes próxima ao *voyeurismo*, praticada por Charles

Baudelaire pelas ruas de Paris. Assim como Baudelaire, Callage conhece a cidade sobre a qual escreve, o movimento da multidão, a simplicidade e a complexidade dos transeuntes. Os vários aspectos do centro, do coração de Porto Alegre, como suas ruas, becos, vielas, etc., transparecem quando o cronista se refere à "agitada artéria" da cidade, figura constante em inúmeras colunas (THORSTENBERG, 2003).

Esta tentativa de aproximação entre o *flâneure* de Baudelaire e de Callage aparece de modo mais contundente a partir da tentativa do cronista gaúcho em observar a alma da cidade, pois conforme o próprio autor, "(a minha) alma é a alma da cidade" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17/07/1925). Este último trecho vai ao encontro do segundo ponto para compreender a tarefa de *flâneur* de Callage: a apropriação do mesmo método praticado por João do Rio ao revelar a importância da análise do cotidiano carioca das primeiras duas décadas do século XX. O cotidiano da cidade do Rio de Janeiro durante a *belle époque*, a efervescência das ruas da então capital federal (e cultural) do Brasil foi descrita pelo jornalista carioca com maestria e precisão. O mesmo pode ser compreendido com *A Cidade* de Callage. Partindo da rua, não apenas do centro de Porto Alegre mas também de seus bairros mais afastados, de seus arrais e arrabaldes, o cronista analisou e registrou com indisfarçável prazer o movimento das ruas (THORSTENBERG, 2003):

São João! Esse é o nome não do Batista, o precursor de Jesus, morto pela volúpia satânica e delirante de Salomé, mas, simplesmente, do mais populoso, do mais progressista dos bairros de Porto Alegre. A sua vida constitui exemplo magnífico de atividade e de trabalho, é uma vida à parte do resto da capital, tal o enorme conjunto de fatores locais que atuam na sua existência, completando a sua independência e intensidade (Diário de Notícias, 07/04/1925, p. 1).

A modernização, assim como seus aspectos positivos e negativos, encontrou guarida nas linhas d'*A Cidade*. O olhar característico do *flâneur* é inconfundível através da pena de Callage:

Já não há mais maneira de conter-se a fúria com que os automóveis correm no centro da cidade. Se esse abuso ainda constituísse exceção de um que outro chofer, para quem a vida do transeunte pouco vale, ainda vá. Mas, não. São todos ou quase todos que por aí andam com verdadeiro excesso de velocidade, ameaçando céus e terras na vertiginosidade da carreira. Qualquer pessoa improvisa-se em guiadora de automóvel, e ei-la então a voar por todas as ruas mais centrais, mais movimentadas (Diário de Notícias, 05/07/1925, p. 1).

Os marginalizados e excluídos de Porto Alegre, assim como os personagens das crônicas de Lima Barreto, vêm à tona na coluna de Roque Callage. O cotidiano de miséria e preconceito social se apresentou de inúmeras formas através da escrita do cronista, de seu andar pelo centro da cidade:

Porto Alegre já tem os seus terríveis contrastes, os seus aspectos dolorosos de miséria. Esses quadros mais flagrantes se tornam, mais em relevo aparecem exatamente nos grandes dias de alegria e prazer, quando a alma da multidão esquecida de tudo vibra de entusiasmo, de satisfação incontida, entregue ao delírio ruidoso das comemorações populares. Não raro nessas ocasiões surgem pelas ruas os mais chocantes e os mais tristes episódios da vida. São misérias que se patenteiam, são chagas vivas que se mostram com todo o horror da sua realidade. Ainda anteontem contemplamos um quadro desses, tão cruelmente desumano, mas que nem por isso deixa de ser tão comum na hora que passa (Diário de Notícias, 18/02/1926, p. 1).

O cronista, transvestido como *flâneur*, percebe a cidade não apenas como um espaço ou cenário de transformações, mas também como um local de sociabilidades. Um “vasto empório de miscelâneas”, conforme Roque Callage. Assim como as janelas no Rio de Janeiro de João do Rio definem a rua, e esta, por sua vez, define o Rio como uma “pequena Paris” (ANTELO, 2013), as ruas – principalmente a Rua da Praia – definem a Porto Alegre de Callage.

4.2 As artérias da urbe e o desfile do luxo e da pobreza¹⁷

A rua, em consequência das transformações capitalistas pelas quais as cidades brasileiras passaram ao longo do século XIX, assumiu um novo posto no imaginário social. Como reflexo da urbanização, a rua adquiriu uma nova identidade, tornando-se não apenas uma via, um caminho traçado para se deslocar de um ponto para outro, mas sim um novo espaço para socialização. Sua antiga função de “separar casas”, assim como suas formas, mudou conforme o tempo – antes acanhadas e estreitas, medievais, na Europa; coloniais e paulatinamente mais largas na América, foram redesenhadas, higienizadas e embelezadas. Tornaram-se o espaço destinado a representar o progresso ou atraso da cidade moderna (PESAVENTO, 1994b).

¹⁷ Termos como “artérias” e “veias” designando ruas, avenidas, espaços urbanos e sistemas de saneamento, são utilizados desde o século XVIII por projetistas que tomavam o sistema sanguíneo como modelo para o tráfego da urbe (SENNET, 2003).

Em Porto Alegre, durante sua *Belle Époque*, nenhuma via representou tão bem a sociedade sulina quanto a Rua dos Andradas, popularmente conhecida como Rua da Praia. Local de socialização, de *footing* e *flirt*, “a principal e mais elegante artéria da cidade, o escoadouro de todos os fenômenos e surpresas que por aí aparecem” (AC, 24/04/1925), a Rua da Praia foi o elemento catalisador do imaginário urbano porto-alegrense, atraindo a atenção e servindo como inspiração para escritores, jornalistas e cronistas. Através do *trottoir*, percebe-se a transposição do tempo; o “presente” tornando-se “futuro”, e o “progresso” como uma visão otimista da sociedade (PESAVENTO, 1999).

Ao serem partilhadas de modo mais igualitário, as ruas assumiram um caráter duplo: ao mesmo tempo em que nas principais artérias centrais das cidades as parcelas mais abastadas da sociedade ganhavam seu espaço, as classes menos favorecidas eram empurradas para os becos, para a margem das grandes avenidas. Essa polarização também é visível em outras situações, como as diferenças observadas em uma dada via, composta por diversos espaços privados, sejam elas as casas residenciais ou comerciais; assim como diversos outros artefatos materiais, como o calçamento, os pontos de luz, o saneamento, as árvores, enfim, os inúmeros elementos que a compõem e que marcam a rua como um lugar social e economicamente diferenciado (TANNO, 2009). A Rua da Praia, para Roque Callage, por ser uma vitrine por onde se passa “a vida de Porto Alegre, nos seus múltiplos aspectos e nas suas feições mais contraditórias” (AC, 24/04/1925), torna-se igualmente uma rua para os ricos e para os pobres. Um lugar onde a elegância do *footing* convive com a miséria e a pobreza. O “moderno” e “elegante” se confundem com o bizarro e o grotesco; a rua, n’*A Cidade*, é um lugar onde “uma loura e gentil senhorita deixava ver em público, caídas pelas espáduas, as delicadas tranças de uma cabeleira tão loura e linda como a sua própria possuidora” (AC, 26/11/1925) compartilha o mesmo espaço de “um homem com chifres visíveis” (AC, 24/07/1925). Este contraste é característico da rua, que se transforma com o impacto do capitalismo e faz aflorar uma vasta gama de atores sociais, povoando-a e compartilhando seu espaço. Todos se transformam, assim, em multidão (PESAVENTO, 1996).

Enquanto *flâneur* em Porto Alegre, Roque Callage se apropria do espaço urbano, transformando as ruas da cidade em sua casa. Como aponta Luciana Murari (2014), o cronista apresenta algumas das características da *flânerie*, como o movimento fragmentário e descontínuo, os aspectos vários da urbe desfilando n’*A Cidade*, e a

contínua busca da beleza no prosaico do cotidiano. O cenário que Callage utiliza como pano de fundo (e em muitos casos como protagonista) é a socialização em torno dos becos e avenidas da capital, suas “artérias”, como define o jornalista em inúmeras de suas crônicas.

A Rua da Praia, através d’*A Cidade*, apresenta duas faces que se em um primeiro momento aparentam serem díspares, quando compreendidas de modo mais amplo, tornam-se necessárias: o elegante e seu contraponto, o grotesco; o rico e seu oposto, o pobre. Para exemplificar, no mesmo espaço que as elegantes senhoras praticam seu *footing*, um camelô se exhibe com uma cobra enrolada no pescoço, enquanto que um “cão sarnoso” fareja os pés de um mendicante (AC, 08/01/1928). Este contraste, entre o “elegante” *footing* e o espetáculo apresentado pelo camelô, assim como a cena do cachorro lambendo os pés de um mendigo, quando compreendida através da alteridade que tais elementos denotam, ajuda a preencher o “caleidoscópio” e “a sucessão de quadros em Cosmorama” que o autor retrata em sua coluna (AC, 08/01/1928). Luciana Murari (2014) aponta “a rua” como espaço de encontro nas crônicas de Callage, principalmente a Rua da Praia, onde se percebia a:

demonstração da diversidade do espaço urbano, abrigando não apenas o que a cidade tinha de mais esnobe, como também os mendicantes – deficientes físicos, leprosos, crianças, autênticos dependentes da caridade pública ou não – e um imprevisível freak-show, exibição de aberrações físicas humanas e animais que desafiavam a credibilidade pública.

A rua, para Callage, é o espaço tanto da “futilidade” de algumas práticas das pessoas mais bastadas, quanto do mundano, dos horrores e da pobreza que permeiam significativa parcela da população de Porto Alegre; da vida na capital, em seus mais diversos contrastes. Como principal espaço para a sociabilidade, a rua – e mais uma vez a Rua da Praia – apresenta-se como um ambiente propício para a multiplicidade de atrações da cena urbana. A preferência de Roque Callage pela Rua da Praia não é exclusividade do autor, apesar da necessidade do mesmo em percorrê-la, devido à “demanda ao trabalho”, como explicado em crônica impressa em março de 1926. O clamor exultante pela principal avenida do centro de Porto Alegre também é descrito em uma carta endereçada à coluna *A Cidade*, na qual “uma encantadora missivista” mostra-se “embevecida diante do esplendor sem par da natureza do Silvestre e da Tijuca ou diante da movimentação formidável da *calle* Florida”, mas não esconde a saudade dos

logradouros de Porto Alegre, principalmente da Rua da Praia. “É que os olhos andavam por lá e a alma estava aqui”, alega a leitora, pois “não há recanto do mundo que se compare a Porto Alegre” (AC, 17/07/1925). Em Porto Alegre, duas revistas especializaram-se em retratar, por meio de crônicas, esta sociabilização “elegante”, tanto na Rua da Praia quanto nos clubes e salões da capital: a *Kodak*, na década de 1910, e a revista *Máscara*, nos anos 1920. A *Kodak*, criada por Lourival Cunha, procurou representar em porto Alegre a expressão de uma postura moderna, próxima à presenciada no Rio de Janeiro. A *Máscara*, fundada em 1918 e atuante na década de 1920, seguiu os mesmos passos da *Kodak*, apresentando os *vernissages* e os *meetings* dos “elegantes e chics” altos círculos da sociedade.

A sociedade porto-alegrense, se por um lado apresentava um movimentado jet set, com eventos comemorativos, bailes, peças de teatro, discussões pertinentes às mudanças literárias, etc., como retratado através da revista *Máscara* (1925), por outro, apesar de menor visibilidade, existia o drama diário dos “pobres” e “menos afortunados”, apenas para utilizar alguns termos empregados por Roque Callage. Um exemplo pode ser compreendido através da veiculação das informações sobre as recorrentes chuvas em agosto de 1925. Enquanto o *Diário de Notícias* veiculou reportagens focadas nas perdas materiais da população, nos transtornos que o aguaceiro provocou nas ruas da cidade (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29/08/1925), e Callage, em sua coluna, apresentou em detalhes os problemas que a chuva trouxe para o centro de Porto Alegre, a revista *Máscara*, por meio de prosa assinada pelas iniciais “P.B.”, preocupou-se com a elegante presença feminina na cidade, que, devido às torrentes de chuva, furtou à vista e apreciação de seu cronista:

A cidade acidentada dos elegantes, dos chics, dos mundanos – divina flor do sonho – sob as chuvas impertinentes do mês de agosto, não perdeu seu encanto de sempre - fascinação de mulher, cujos nervos de cigarra são as cordas de um violino, chorando leves, vivemos a ingênua alegria dos espíritos contemplativos que ficam apenas no desejo inócuo de alcançar alguma coisa no terra-terra da vida, no bruaá dos dias em tumulto. (MÁSCARA, 1925, v.7, n.8, p. 12).

A diferença é nítida quando se compara a prosa de P.B. com a crônica de Roque Callage. O cronista do *Diário de Notícias* focou-se no lamaçal causado pela intempérie, que causou grandes prejuízos e transtornos em diversas vias da capital, onde há pontos “em que o trânsito pedestre é feito mesmo com grandes dificuldades, com absoluto

cuidado, sob pena de se ficar atolado” (AC, 30/08/192, p. 5). O cronista inicia a publicação apontando o transtorno que a mudança climatológica provoca em Porto Alegre, para depois indicar o equívoco que a visão da estrutura viária da cidade pode oferecer:

Com as chuvas que têm caído nestes últimos dias, efeito de uma brusca transmutação de tempo, a lama vai aumentando e dominando por toda parte. Quem vê alguns magníficos trechos de calçamento na parte mais central da cidade poderá por um momento pensar que a nossa população jamais terá que sofrer as consequências da lama nas épocas de chuva, como sempre acontece nos meses de agosto e setembro. Puro engano, porém. Alguns passos, mais dentro da própria zona urbana, e o suplício das ruas enlameadas começa então a cercar o mísero transeunte por toda a parte (AC, 30/08/1925, p. 3).

A conceituação de ruas, avenidas e praças se modificou gradativamente; novas técnicas e materiais foram utilizados para reformular o espaço urbano, entretanto, em alguns casos, alguns antigos problemas persistiam. Prova disto é o desenvolvimento do transporte urbano, atrelado às mudanças nas ruas e avenidas da capital, que ajuda a explicar o modo como a cidade se expandiu. A utilização de energia elétrica permitiu que os carros de boi e as carretas dessem lugar aos bondes elétricos, e na esteira dessa inovação, os automóveis reivindicaram para si um espaço na urbe. A imagem da carreta puxada pela tração animal, quando comparada ao moderno automóvel, contrapõe-se à imagem moderna que Porto Alegre quer transparecer. Excluídos da região central da capital, os carreteiros se deslocaram para os arrabaldes da cidade, como os bairros São João e Floresta, e mesmo para setores limítrofes do centro, como o Caminho do Meio. Roque Callage, buscando ouvir o relato destes indivíduos quanto aos transtornos proporcionados pelos buracos e atoladouros na cidade, parte do centro para a praça à qual estão locados, no Caminho do Meio. O cronista os encontra e argumenta, quando um carreteiro se queixa da “má sorte” que os levou para fora do centro, que as carretas “estragam as ruas, afundam o calçamento e dão uma nota triste de atraso”, predominando, no lugar do boi de carga, o motor e o automóvel, modernos meios de transporte (AC, 12/05/1929, p. 5). Por conta do rompante de modernidade de Callage, seu interlocutor retruca: “frescos meios, patrício! Então vancê não sabe de nada. Há dois dias que a nossa boiada não faz outra coisa senão ajudar a arrancar tatu ali no tal Menino Deus...” (AC, 12/05/1929, p. 5).

A imagem moderna do automóvel, em relação ao “passadismo” da carreta, pode ser compreendida como uma oposição entre o “rico” meio de transporte, comum entre

as parcelas mais abastadas da população porto-alegrense dos anos 1920 e 1930, e a “pobre” locomoção das camadas mais humildes. Mais um aspecto referente ao automóvel pode ser elencado: a “futilidade” que as empresas automobilísticas aplicam, em algumas situações, ao meio de transporte. A “baratinha” da marca Dodge, pintada de dourado, citada na crônica de Callage, deixa transparecer, no comentário de “alguém com razoável bom senso” o aspecto fútil de uma sociedade onde o “ter” é tão importante quanto o “mostrar”:

Está exposta na simpática agência Dodge, situada ali na Praça da Alfândega, uma “baratinha” da mesma marca, ricamente, faustosamente niquelada.

Esse trabalho, que tem chamado a atenção do público, vale como uma recomendação à importante e conhecida fábrica que soube transformar um simples tipo comum de seus carros, num luxo verdadeiramente estonteante, digno de algum Marajá extraviado no pacatismo provinciano desta leal e valorosa cidade...

Gente houve que ficou tonta, ofuscada diante daquela maravilha inigualável. Alguém, que, parara diante da exposição, comentava o caso com razoável dose de bom senso:

- A primeira coisa que faz uma pessoa de muito dinheiro e de algum bom gosto, é comprar um finíssimo automóvel de luxo, de absoluto conforto, como os há verdadeiramente admiráveis de diversas marcas. Nesse fato, sim, a distinção pessoal se revela imediatamente; mas fingir ouro e bronze na armadura de uma baratinha, cujo motor é perfeitamente igual aos não bronzeados e não dourados que aquela acreditada fábrica vende aos milhares é muita vontade de se expor ao ridículo ou de se antecipar ao Carnaval!... (AC, 31/10/1926, p. 5).

O crescente número de empresas que realizavam o transporte de cargas e passageiros (a Companhia Força e Luz, posteriormente a Carris, sem contar um significativo número de empreendimentos particulares), assim como as três grandes revendedoras de automóveis presentes na capital sulina – além da Dodge, a Ford e a Chrevrolet mantinham escritórios em Porto Alegre –, estimularam o aumento de veículos motorizados circulando na cidade (SCALI, 2005). Apesar do primeiro veículo a transitar em Porto Alegre tenha sido em 1906¹⁸, foi durante a administração de Otávio Rocha, na década de 1920, que ocorreram as principais mudanças nas vias urbanas, alargando-as, melhorando seus calçamentos e criando novas avenidas para o trânsito do crescente número de veículos automotores. Os automóveis de passeio, um “luxo” para a população burguesa, representavam o que havia de mais moderno em Porto Alegre, passando a adquirir um espaço cada vez maior nas páginas dos periódicos (MONTEIRO, 1995).

¹⁸ Para mais detalhes sobre o advento da indústria automobilística em Porto Alegre, consultar “Automobilismo gaúcho levantando poeira”, de Gilberto Menegaz (2002).

Os aspectos fúteis da sociedade porto-alegrense também aparecem em outras crônicas, contrastando a riqueza e a pobreza na capital. A Cidade, do dia 21 de março de 1926, relata o caso de duas mulheres, que à hora do *footing*, são vistas pela Rua dos Andradas elegantemente vestidas, entretanto sem meias. “Com as pernas completamente nuas”, como escreveu o cronista. O fato, entretanto, não é inédito; Callage lembra que o mesmo havia ocorrido há poucos meses, e que apesar de “ser um caso de calor”, também é um caso de moda “futurista”.

Tais mudanças foram notadas inclusive nas sociabilizações das ruas. Anteriormente praticado, mas com maior frequência a partir de meados da década de 1920, o *footing*, enquanto prática social comum nas grandes cidades brasileiras no fim de siècle, designa o passeio a pé por determinadas ruas da cidade, tendo como objetivo nada mais que a distração e o flerte (TANNO, 2009). O *footing*, o flirt, entre outras socializações, tão comuns em Porto Alegre, também tiveram seu espaço (e em muitos casos precederam à capital gaúcha) em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Roque Callage apresenta o elegante e intenso *footing* na Rua dos Andradas, quase hipnotizante devido ao “mundo de carinhas bonitas” das mulheres que por ali passam (AC, 01/06/1928). Há uma ressalva, porém: se os “sábados luminosos” são destinados ao passeio pela principal avenida do centro da capital, é apenas devido à presença feminina, enaltecida pelo cronista, que o *footing* se torna prazeroso. O aspecto mais elegante da rua contrasta com o mais mundano:

O “*footing*” é de tal intensidade nesses sábados luminosos que muitas vezes o trânsito se interrompe e a gente sem querer fica parado, com cara de trouxa, olhando, bestificado, aquele mundo de carinhas bonitas, de olhares brejeiros, de sorrisos marotos e provocantes, que são realmente a única delícia, a única razão de ser daquele pedaço delirante da capital. Porque, na verdade, a Rua da Praia sem o encanto das mulheres é quase uma zona estragada onde a vadiagem faz ponto fixo, tapando o mostruário das “vitrines”, atravancando as portas das casas do comércio e onde, também, os jogadores, os gatunos de marca conhecida, os batedores de carteira e os exploradores da indústria do lenocínio fazem parada, interrompendo os passeios, prejudicando o trânsito da gente honesta. Mal da cidade, mal daquela artéria, se não fora a raça feminina que, nos sábados da moda, ali se ostenta no seu magnífico esplendor. (AC, 01/06/1928).

A beleza feminina, constante objeto de exposição n’*A Cidade*, ocupa o espaço da rua, local de preferência para a sociabilidade e propício para a sedução e o encontro. A presença feminina nas crônicas de Roque Callage (MURARI, 2014) pode ser resumida, em inúmeras situações com o que o cronista delimita como “mulher-paisagem”, nas

quais o simples ato de subir em um bonde, por exemplo, torna-se um fato para a observação masculina, visto que ocorre uma maior exposição do corpo feminino (AC, 24/07/1925).

O espetáculo da rua reflete a transformação da urbe, e conseqüentemente a reorganização da sociabilidade. As novas práticas burguesas, assim como a consolidação de diferentes ordenamentos sociais, contribuem para que outros atores sociais redefinam os espaços urbanos e imponham códigos de postura mais condizentes com o *status* que Porto Alegre adquire (PESAVENTO, 1994b). As vias, ruas e avenidas expressam, devido à sua diversidade de aparências, delimitações sociais até então imperceptíveis; imperceptíveis não devido a suas similitudes, mas por não serem consideradas dignas de registro. A revista *Máscara*, reconhecida por retratar os “mais exclusivos círculos” de Porto Alegre, exalta a excelência de “elegantes e luxuosos salões”, os quais a elite porto-alegrense aquilata com sua presença (MÁSCARA, 1925). Callage também escreve sobre a elegância dos cidadãos da capital durante seu *footing*, mas incorre na ressalva que tal luxo poderia ser melhor empregado, além de atentar para os contrastes observados entre a população rica e a pobre.

A Rua dos Andradas (para só citar a rua em que mais somos forçados a andar diariamente em demanda ao trabalho, sem tempo, portanto, para o “footing” ali obrigado a uma certa hora) apresenta a cada momento, de trecho em trecho, flagrantes da indigência comovedora, dolorosas cenas da miséria material.

Exatamente por ser a rua elegante da cidade, onde o luxo e o fausto se mostram, nos mais ricos e custosos trajes, em muitos dos quais a importância de um simples enfeite bastaria para dar de comer a um pobre por espaço de um mês inteiro, exatamente por isso, mais chocante se tornam ao nosso olhar esses tremendos contrastes que a cada passo se nos deparam à rua. (AC, 11/03/1926, p. 4).

A mendicância, em contraste com o “luxo e o fausto”, manteve recorrência na *A Cidade*. Callage não se furta em relatar os aspectos da miséria que encontra nas ruas da capital, como na ocasião em que recorre à imprensa para mostrar o conjunto de fatores que dão a Porto Alegre um aspecto de miséria, de uma cidade invadida por mutilados de toda a sorte cuja principal atividade é pedir esmolas. O número de verdadeiros necessitados, ressalta o colunista, é três vezes inferior à contingência de “aleijados que infestam as ruas” suplicando pela caridade alheia (AC, 13/03/1925, p. 5). O enredo se repete em outra crônica, onde a cidade oferece um “aspecto sombrio, doloroso e deselegante” com o crescente número de mutilados que comparecem às ruas,

principalmente aos sábados, para implorar pela caridade pública. “Não há ponto no centro que não surjam esses quadros dolorosos”, afirma o cronista, que percebe a cidade – a região central, para ser mais específico – como “um vasto hospital onde se agita um mundo de indivíduos incapazes para o trabalho ou que pelo menos a necessidade e, o vício assim os tornou” (AC, 18/08/1925, p. 5).

Por ocasião da comemoração do carnaval em 1926, Callage relata a cena em que uma senhora cega, pedinte, interpela um folião e apela à sua caridade. A alteridade entre os dois personagens é gritante: o primeiro personagem é uma senhora, deficiente visual, conduzida por uma criança, que solicita uma esmola ao segundo personagem, “um cidadão de bom porte e de boa carteira”, segundo relato do cronista. O cenário é novamente a Rua da Praia, na altura da Praça da Alfândega. O quadro se torna mais relevante, com maiores contrastes, pois o ambiente do carnaval, propício aos folguedos, “quando a alma da multidão esquecida de tudo vibra de entusiasmo, de satisfação incontida”, se entrega ao “delírio das comemorações populares” (AC, 18/02/1926, p. 4). O encontro entre os dois personagens foi relatado da seguinte forma:

O homem olhou-a com absoluto desprezo e por fim, já ao subir no elegante auto que o esperava, apresentou a sua escusa:
- Dinheiro não lhe dou. Isso não são horas de pedir esmolas. Se quiser se divertir, tem aqui – e deu-lhe um tubo vazio de lança-perfume!...
A pobre cega se reverenciou agradecida.
- Deus Nosso Senhor lhe ajude. Cada um dá o que tem...
Aí ficam registrados esses dois dolorosos aspectos de miséria: a miséria física que pedia e a miséria moral que negava (AC, 18/02/1926, p. 4).

No cenário da vida urbana, Porto Alegre teve várias faces. Em um mesmo local de socialização, podia-se encontrar a elegante senhorita, durante seu *footing*, e a abjeta miséria nos “aleijões” que inundam as ruas de Porto Alegre, principalmente a Rua da Praia (AC, 13/03/1925). Criadores de diferentes ambiências, os diversos personagens sociais que povoam a capital ajudaram a estabelecer os contrastes que Roque Callage percebeu entre a população da cidade. De um lado, a burguesia, a camada rica, mais abastada da sociedade, ou simplesmente a figura feminina, personagem constante em sua coluna e epíteto de beleza; do outro, os excluídos, os pobres que se mostram pelas ruas com suas misérias e deformidades.

5. A CIDADE, A FOME, OS IMPOSTOS E OS ALUGUÉIS

Dentre a abundância de indivíduos e de categorias apontadas por Roque Callage em sua coluna no *Diário de Notícias*, em nenhum momento a alcunha de "excluídos" é utilizada. Termos como "pobres", "infelizes" e "esquecidos" são os mais presentes, abarcando inúmeras composições. "As classes pobres" (AC, 25/04/1925, p. 5), "a bolsa do pobre" (AC, 20/07/1927, p. 4), "o pobre operário" (AC, 15/08/1926, p. 5), são apenas alguns exemplos da adjetivação que o cronista imprimia às classes laboriosas que figuravam com frequência na redação de seu espaço.

Três grupos podem ser identificados dentro de uma categorização de exclusão. O primeiro é composto pelos trabalhadores pobres, em sua grande maioria operários de fábricas, funcionários de casas de comércio e trabalhadores imigrantes; pessoas que apesar de contarem com alguma renda financeira, são exploradas por meio das condições precárias de labor, à baixa remuneração e aos problemas decorrentes, como o alto valor de alimentos, os exorbitantes impostos prediais e os altos custos do transporte para a população operária. O segundo grupo, muito mais abrangente, comporta os indivíduos vítimas de catástrofes naturais (as enchentes no subúrbio, principalmente nos bairros São João e Gravataí, ganham especial destaque na coluna de Callage), as pessoas que sofrem de doenças, a mendicância, as crianças pobres em contraste com as ricas, especialmente durante as festas de final de ano - e neste ponto o cronista redige uma coluna de cunho autobiográfico -, os suicidas, os animais abandonados e os que sofrem maus tratos, as parcelas de "desprotegidos" e "esquecidos" da sociedade, enfim, um grupo que passa por processos de exclusão, mas conforme José de Souza Martins, apesar de não contribuir diretamente com o sistema de produção capitalista, aproveita-se das "sobras" deste sistema (2015). O terceiro grupo se constitui de indivíduos ou parcelas da população que sofrem de algum tipo de marginalização e são assistidas por instituições como o Pão dos Pobres e a Instituição Pedro Chaves de Barcelos. As instituições piás e de caridade, assim como significativa parcela da população porto-alegrense que cede seu tempo e seus esforços em prol desta causa, também recebem particular atenção de Callage.

Um quarto grupo também poderia ser delimitado, constituído por ladrões, assaltantes, aliciadores, praticantes de "bruxaria" e cartomancia, conforme o próprio colunista, assim como prostitutas e as vítimas de drogadição. A decisão de não inclui-

los, entretanto, parte do fato de que Roque Callage não os compreendia como vítimas de exclusão. Os "águias" (laráprios), relatados em um grande número de crônicas, não são indivíduos que o próprio percebe como necessitados de ajuda.

5.1 A asfixiante carestia da vida

O ano de 1925 reservou os primeiros apontamentos de Callage sobre aos "pobres, os trabalhadores, os lutadores" quando o assunto remeteu ao valor de alimentos, mais especificamente ao custo da carne na capital gaúcha. O assunto se estendeu por anos neste espaço, onde o jornalista escreveu sobre as diferenças entre o custo do gado em Porto Alegre e em outras cidades do interior do Rio Grande do Sul com menor "vocaçã" para a criação dos muares. Callage revela trechos de um diálogo ocorrido na noite de 14 de julho de 1925 com uma "pessoa interessada pelas coisas da cidade":

Pessoa que se diz interessada pelas coisas da cidade e que acompanha todos os movimentos e todas as questões locais, mormente aquelas que afetam o interesse público, nos abordou anteontem, à noite, na rua para falar no aumento do preço da carne.

- Então você atacou os marchantes por aumentarem cem réis no preço da carne verde, quando no Rio de Janeiro, quase que na mesma ocasião, ela é elevada para 2\$000 o quilo!...

- Perfeitamente. Mas o que tem que ver o preço de lá com o preço daqui?

- Ora, isso quer dizer que a carestia do gado é em toda a parte; logo, não procede sua queixa contra o aumentozinho de cem réis. Depois, isso nada é, comparado com o aumento de tantas coisas mais. O meu amigo devia era reclamar contra a barbaridade de preço pelo qual se estão pagando certos artigos de luxo, mas indispensáveis para quem desejar andar com decência... Quer saber de uma coisa? Minhas filhas, ainda no mês passado, compraram meias de seda de primeira qualidade a 20\$000. Hoje, meu amigo, (puxando do bolso uma nota de compra), está aqui, veja: 30\$000 o par! Isto é um despropósito, é uma barbaridade, não sei mesmo onde vou parar!... Reclame contra isso, para ver se assim baixa um pouco de preço, e deixe o cem réis da carne sossegado, que nada é comprado com o que lhe estou dizendo (AC, 15/07/1925, p. 5).

Com franca ironia (elemento comum em sua produção jornalística e literária), Callage interrompe o diálogo para se posicionar de modo aberto ao lado de quem o aumento no valor da carne se mostraria mais dispendioso: o trabalhador, o "pobre". Assim como em toda sua produção enquanto timoneiro da coluna *A Cidade*, o jornalista não se furtou em solidarizar-se com o elemento mais frágil da discussão.

Cortamos a conversa. Com tal lógica não há quem resista. Cem réis para ele não era nada, comparado ao preço das meias das filhas; e reclamar contra o preço da carne, é um absurdo, porque ela vai também ser elevada no Rio de Janeiro.

Essa lógica é de ferro. Que se aguentem os pobres, os trabalhadores, os lutadores, os sacrificados de todas as ganâncias; que se amolem, que se lixem os modestos chefes de famílias, os que trabalham o dia inteiro para ganhar o pão de cada dia ou para terem um pedaço de carne magra para comer.

Para estes não tem a menor importância o aumento de cem réis no preço da carne. O que tem importância, o que é preciso, o que é justo, o que é uma necessidade palpitante, é o reclamar-se contra a carestia do luxo, para que baixe o preço de meias de 30, em benefício das pernas que pagavam a 20.

Está certo... C. (AC, 15/07/1925, p. 5).

A ironia de Callage, elemento explícito nesta crônica, denota uma das faces de seu posicionamento frente às necessidades de significativa parcela da capital: a preocupação com a população mais necessitada, cujo esforço do labor diário poucas vezes consegue proporcionar a alimentação de sua família. Em outras oportunidades o cronista postou-se em defesa da redução do custo da carne praticado pelos "marchantes" em Porto Alegre. Em abril do mesmo ano, no segundo mês de circulação d'*A Cidade*, Callage trouxe a primeira informação acerca do assunto, quando escreveu sobre a carestia de alimentos que assolava a urbe. Por ser um assunto de grande interesse da cidade, já que é uma situação que abrange "todo o mundo, a quem afeta diretamente a gravidade do problema da alimentação, problema esse que se vai tornando dia a dia, mais seriamente complicado, mais complicadamente insolúvel" (AC, 18/04/1925, p. 5), o cronista solicita não apenas o apoio, mas o irrestrito interesse da população. A fatia da sociedade que mais profundamente sentiria as altas dos valores, seria, como defende Callage, novamente a parcela mais humilde, com menor poder aquisitivo:

A carestia! A carestia! Ainda esse é um assunto palpitante de todas as rodas preocupadas com as atuais consequências da vida cara. Não é só a operosa Associação Comercial dos Varejistas que se reúne para tratar do assunto, para discutir a questão, para resolver o caso.

(...)

Confrontem seus preços atuais com os preços da semana passada. Nenhuma medida, nenhum remédio para esses abusos, sem a menor justificativa. O pobre que gema, que aguarde com as consequências, com o peso tremendo de tudo isso, enquanto que os açambarcadores... Nem é bom falar (AC, 18/04/1925, p. 5).

Roque Callage também elencava a possibilidade de a população porto-alegrense ter suas necessidades alimentares sanadas, prova disso é a discussão acerca do custo da

alimentação em Porto Alegre. A contenda se estendeu durante todo o período que Callage assinou *A Cidade*, sendo inclusive cético quanto à criação de um sindicato pela “classe privilegiada” dos negociantes de carne:

Quando há meses surgiu em Porto Alegre o Sindicato dos Marchantes, tivemos oportunidade de fazer, através desta modesta coluna, vários comentários a respeito, e entre esses o de ficarmos com a certeza plena de que a novel agremiação sindicalista só cuidaria de pugnar pela alta da carne verde que já por tão elevado preço era vendida aqui.

Foi o quanto bastou para que um ilustre membro da referida corporação criticasse sem dó nem piedade os nossos comentários, e terminando por afirmar que pelo contrário, o Sindicato iria, espontaneamente, sem descurar dos seus interesses, defender os interesses da própria população.

Da benemerência dessa atitude já tem o público a prova... Acaba de prevalecer a ideia que o referido Sindicato trazia oculta desde a sua fundação, isto é, de elevar para 200 réis a mais, o quilo daquele alimento de primeira necessidade.

Realiza-se, assim, sem o menor obstáculo, o sonho dourado de uma classe privilegiada que outra coisa não tem feito senão esfolar o público com mais frequência do que os magarefes esfolam o boi nos matadouros.

(...)

Dessa forma o público não tem para os marchantes outra função senão a de marchar. É o cavalinho marchador da porta, sempre pronto ao marche-marche da impune marchanteria gananciosa que aí vive sem obstáculos, sem peias a sacrificar a bolsa do povo.

(...)

O público, portanto, que tenha resignação e paciência, tanto mais que ele num ponto é como o próprio boi: ignora a força que tem. C. (AC, 19/04/1929, p. 3).

Novamente ao lado da população necessitada, o cronista chega a sugerir a criação de matadouros emergenciais para que a Intendência de Porto Alegre possa proporcionar o alimento mediante um valor adequado. Durante as últimas décadas do século XIX, funcionou em Pedras Brancas, atual município de Guaíba, um matadouro municipal. Criado em 1860, o edifício do arrabalde acumulou as funções de escritório e sede da Charqueada de Guaíba a partir de 1905, sendo posteriormente doado ao município quando de sua emancipação, em 1926 (SECRETARIA, 2017). A sugestão de reativar o matadouro é expressa tanto pelo cronista, que alega ser suficiente “contratar um competente para dirigir o serviço e aproveitar o matadouro” (AC, 19/10/1926, p. 5) como por seus leitores, em duas oportunidades (AC, 24/03/1926; AC, 27/05/1927, p. 5).

Mesmo que a municipalidade se mostre empenhada em defender os interesses da coletividade, nada conseguirá, se não tomar enérgicas medidas de outra ordem, como a construção de matadouros de emergências, franqueando-os, sem despesas, a todos aqueles que desejarem abater por conta própria, ou ela mesma, tomando a si essa tarefa matando por conta do município e distribuindo entre os açougues, sem o menor lucro, até ver normalizada a

situação. A intendência podia fazer em relação à carne verde, o mesmo que a saudosa administração passada fez com o pão: fabricando e distribuindo ao público aquele produto por preço inferior ao das padarias particulares (AC, 11/07/1929, p. 3).

Durante os anos 1920 e 1930, a segurança alimentar, assim como a alimentação, revelam-se temas constantes e comuns na esfera das políticas públicas e nos discursos de políticos e intelectuais ligados aos governos, entretanto encontraram terreno pouco fértil na produção de cientistas sociais e historiadores no Brasil. Ao longo da primeira metade da década de 1920 ocorreu o aprofundamento das discussões acerca do consumo de gêneros alimentícios. Em outubro de 1923, no Rio de Janeiro, organizou-se o I Congresso Brasileiro de Higiene, no qual alguns temas debatidos referiam-se pontualmente à alimentação, como a fiscalização sanitária dos gêneros alimentícios, alimentação escolar e pré-escolar, alimentação dos soldados brasileiros e abastecimento de leite, (RODRIGUES, 2007).

Neste período, o Instituto de Higiene, em São Paulo, passou a desempenhar um papel relevante na concepção de pesquisas e propostas de políticas públicas pertinentes às questões alimentares. Relevante também foram os estudos do professor Benjamim Alves Ribeiro, que utilizando as recomendações da Junta de Higiene da Liga das Nações, definiu as necessidades calóricas conforme o sexo, o exercício muscular, o clima, a idade e a condição de grávidas e nutrizas (ibid.). Essa gama de variáveis foi utilizada nas equações do professor Ribeiro, como exemplificado na pesquisa de James Somerville McLester, médico e nutricionista estadunidense que estipulou a o gasto total em calorias diárias de um “sapateiro, com 40 anos de idade, 180 cm de altura e 70 quilos de peso, trabalhando oito horas por dia” (RIBEIRO, 1938, apud RODRIGUES, 2007).

Também se pode apontar a relevância do Relatório Burnet-Aykroyd, produzido no âmbito da Liga das Nações e divulgado em Genebra em 1936, tornou-se um marco na elaboração de políticas alimentares, assim como na criação de políticas de desenvolvimento agrícola em diferentes países. Com o título de Nutrição e Saúde Pública, o relatório indicava que a pobreza era o principal agente da fome e a razão de inúmeras populações não manterem níveis saudáveis de alimentação. Mesmo reconhecendo a abundância produtiva, o relatório identificava como principal dificuldade o baixo consumo de alimentos, sugerindo, para sanar tal situação, a

harmonização entre o desenvolvimento econômico e a promoção da saúde pública (COMMEMORATIVE, 2017). O poder público porto-alegrense deveria promover o desenvolvimento e equidade de toda a sua sociedade, pode-se compreender por meio da crônica de Roque Callage.

A sugestão de construir um espaço gerido pelo poder público para competir com os preços cobrados pelo alimento surge após o editorial do *Diário de Notícias* de 10 de julho de 1929 noticiar o abusivo aumento proposto pelos "marchantes" e julgado improcedente por uma comissão municipal. A solução, proposta por Callage, é a mesma encontrada para sanar outro problema que onerava a população, o valor (e o peso!) dos pães na capital gaúcha.

Justamente indignado, um amigo mostrou-nos, ontem, pela manhã, um pão de 200 réis, cujo tamanho era quase invisível a olhos nus. O gesto de indignação vinha, porém, em consequência do preço. O pão de cem réis, que em outros tempos, quando o Rio Grande não possuía trigo nem fabricava farinha, era um pão de verdade, capaz de matar a fome de um homem, vá lá que fosse, como é, uma verdadeira pílula...

O intuito dos padeiros, com essa medida de invisibilidade, é o de evitar entre os pobres, entre as classes menos favorecidas da fortuna, os empanturramentos perigosos, o perigoso abuso das comezainas.

Assim, quem digere aquele pãozinho, não se alimenta de modo algum; toma apenas uma cápsula para evitar o mal que lhe possa fazer a refeição, de um pão de tamanho natural.

Quanto ao pão de 200 réis, quer-nos, entretanto, parecer que não há motivo para essas medidas preventivas, por parte dos senhores beneméritos e humanitários padeiros. Quem paga aquele preço, está disposto a tudo, até mesmo a tomar uma indigestão, coisa que, se não é absolutamente impossível, é, entanto, razoavelmente improvável. Mas, previdentes, como de reto é todo o homem de negócio, os padeiros de Porto Alegre não querem saber de histórias: vão, pelas dúvidas, tomando todas as medidas de emergência medicinal, e aí estão a produzir o pão de 200 réis com as mesmas qualidades terapêuticas das hostiazinhas de 100 réis. E nesse cuidado, a mão da natureza, nesta época de espigas (não de trigo) “se esmerou enquanto tinha”.

Por isso, aí estão eles desde a noite até a madrugada, a transformar as “amassadeiras” de uso, nas pequenas carretilhas e nas formas aplicadas aos tratamentos científicos da farmacologia local...

Depois, deixem lá; os padeiros têm razão. Nesta época de “miudagem”, tudo é miúdo. Justificamos plena e cabalmente o caso.

Indignado, porém, com as nossas razões, o nosso amigo agarrou o pão de 200 réis, que nos veio mostrar e meteu-o dentro de uma caixa de fósforos vazia e saiu porta fora... C. (AC, 25/07/1925, p. 5).

Mais uma vez a ironia de Callage, indelével em suas crônicas, transparece em sua coluna, e novamente o jornalista se posiciona frente aos abusos praticados por uma parcela produtiva da população. Ao manifestar a "preocupação" dos padeiros em evitar os empanturramentos das pessoas com menor capacidade financeira para aquisição de

alimentos, e ilustrando a indignação de seu amigo ao guardar o pão de 200 réis em uma caixa vazia de fósforos, o cronista deixa transparecer a sua preocupação não apenas com o primeiro grupo, constantemente aviltado de suas poucas posses, mas também com a sociedade porto-alegrense em geral, sem distinção em parcelas sociais. Esta coluna, entretanto, não foi a primeira a ser redigida noticiando o assunto. Callage comenta, dois meses antes, em maio de 1925, sobre o exorbitante custo dos alimentos; não apenas do pão, mas também da carne e do leite:

Já não é mais para os nossos dias o milagre da multiplicação dos pães. O único milagre que entre nós se opera é o da multiplicação dos preços, e, o mais comum de todos, - o da diminuição de tamanho...

Um e outro se praticam todos os dias, a todos os momentos, sem trabalho, sem alarde, sem atordoada, mesmo porque são coisas que já não impressionam mais o povo acostumado, como está, a engolir essas verdadeiras pílulas de farinha, que por aí se vendem a 200 réis cada uma!...

Mais do qualquer outra cidade, Porto Alegre é o lugar onde esse quase invisível ingrediente chamado de "pão", custa mais caro. A maneira que ele aumenta de preço, diminui sensivelmente de tamanho, até cair naturalmente na invisibilidade completa. E não há outro remédio senão o de nos conformar-nos com a sorte; em se reclamar, também nada se lucra. Se o público argumenta com lógica, com maior lógica ainda se defendem os padeiros.

- O preço da farinha!... o aumento dos impostos...

E nessas duas "defesas" tremendas, menos verdadeira a primeira do que a segunda, estão as grandes armas daqueles que por 200 réis nos dão o pãozinho pequenozinho e achatadinho de cada dia...

Temos aqui diversos moinhos que beneficiam o trigo rio-grandense, exclusivamente nosso, importado da rica zona colonial onde esse cereal já é cultivado em larga escala. Mas esse beneficiamento em nada tem beneficiado a população que continua, no seu intérmino sofrimento, em relação a carestia, a arcar assim com a alta de preço dos três alimentos indispensáveis: o pão, o leite e a carne. Gêneros de primeira necessidade, eles custam, hoje, mais caros aqui, repetimos, do que em qualquer outro ponto do Estado.

Em relação ao pão, alguém já disse com acerto, que é tão insignificante o seu tamanho, que os padeiros distribuidores, com o generoso intuito de evitar incômodo aos fregueses que ainda dormem pela manhã, resolveram enfiá-lo pelo buraco da fechadura...

É uma ótima ideia. C. (AC, 09/05/1925, p. 5).

Apropriando-se do conceito de excluídos de Luiz Carlos Bresser Pereira (1971), que os vê como grupos que sofrem algum tipo de limitação em seus direitos de cidadania, é possível perceber na coluna de Callage o cuidado em olhar, sobre um mesmo prisma, os diversos grupos sociais que são onerados com os abusivos valores cobrados pelos produtores de alimentos. Ao afirmar que "em nada tem beneficiado a população (...) no seu intérmino sofrimento, em relação a carestia, a arcar assim com a alta de preço dos três alimentos indispensáveis (...)", o cronista não difere entre as parcelas mais ricas e pobres, mas sim coloca todos em uma mesma categoria, todos são

excluídos e marginalizados por não terem acesso facilitado e satisfatório à alimentação. Diversas colunas versam não só sobre a alta do valor de alimentos e do "custo de vida" em Porto Alegre, mas também sobre a relação do jornalista com a população da capital, o que transcorre de uma característica já apontada por Viviane Mahieux (2011): o compartilhamento da rotina diária do cronista com seus leitores.

Outro assunto que permeou as crônicas de Roque Callage enquanto emprestou sua pena à coluna, foi a alta dos impostos e conseqüentemente o elevado custo da habitação para os necessitados. Em princípio dos anos 1900, Porto Alegre contava com pouco mais de 70 mil habitantes, passando para um contingente de quase 180 mil em apenas 20 anos; pondo estes dados em outros números, a cidade cresceu 145% no período de apenas duas décadas (IBGE, 2000). O poder público porto-alegrense acompanhava com particular atenção a questão da habitação para as camadas mais populares, já que a integração “ordeira” do proletariado à sociedade, permeada através de acesso à moradia própria e higiênica, estava em sua lista de prioridades. Apesar de não ser uma situação nova – o aumento dos impostos prediais em Porto Alegre é denunciado pelo jornal *Correio do Povo* em 06 de setembro de 1900, por exemplo, com a manchete: “Pobres comem menos carne e ficam sem os cortiços por causa do aumento dos impostos municipais” –, a situação dos encargos públicos sobre a população, principalmente a de baixa renda, é assunto premente n’*A Cidade*.

Nos anos finais do século XIX, não apenas em Porto Alegre, mas também em São Paulo e Rio de Janeiro, representantes de coletivos operários solicitaram a diminuição de valores referentes a aluguéis. De fato, em 1892, ocorreu a discussão no Senado quanto à diminuição de impostos prediais (e em alguns casos a isenção) referentes a moradias humildes de trabalhadores. A dificuldade de acesso de camadas específicas da população a moradias, em contraste com outras parcelas da sociedade que desfrutam da comodidade oferecida pela indústria, é própria do desenvolvimento capitalista, principalmente em cidades como Porto Alegre, onde o capitalismo industrial ainda dava seus primeiros passos (BAKOS, 2013).

A expansão acelerada da região central da urbe foi amplamente discutida n’*A Cidade*, e Callage novamente emprestou o espaço para a defesa dos locatários mais humildes das edificações, as pessoas que não poderiam suportar a elevação de mais impostos que invariavelmente seriam incorporados ao aluguel. A questão dos impostos e da falta de moradia em Porto Alegre, inclusive, não era nenhuma novidade entre os

jornais da cidade: durante mais de 20 anos inúmeros veículos (*Correio do Povo*, *A Federação*, *Echo do Povo*, e a partir de 1925, o *Diário de Notícias*, apenas para citar alguns) publicaram reportagens, ou sobre a necessidade de construção de moradias para a população menos favorecida, ou sobre os constantes abusos e elevações nos impostos urbanos. Em 1912, a Lei n. 64 foi promulgada, proibindo a construção de prédios sem frente de terreno, além de estabelecer mais 25% de tributação em moradias cujos aluguéis fossem superiores a 15\$000. A melhoria que tal medida inicialmente parece promover, entretanto, esconde um cariz menos auspicioso, pois assim como não haveria mais espaço para a construção de becos e cortiços, devido à necessidade de jardins à frente das edificações, os altos tributos afastariam os proletários do centro, empurrando-os para bairros mais distantes e com más condições de higiene. A remodelação do centro de Porto Alegre se inicia com o governo municipal “obrigando” os capitalistas a reformular ou construir seus novos prédios com base em diretrizes pontuais, dificultando a permanência de cortiços, porões e estalagens (BAKOS, 2013).

Uma série de medidas foi adotada pela edilidade para tentar resolver tanto o problema da moradia, quanto dos impostos. Frequente nas minutas do Conselho Municipal desde o final do século XIX, o loteamento dos Campos da Redenção, com o fim de construir escolas e habitações para os operários, não encontra interessados; linhas de crédito são abertas para quem se propuser a edificar habitações para as camadas laboriosas, mas também não se obtém resultados satisfatórios (ibid.). Em 1911, *A Federação* chama a atenção ao caráter de urgência para a construção de moradias populares, a cargo dos governos municipal, estadual e federal, e que “sejam alugadas a preços módicos para os trabalhadores, cedidas gratuitamente aos inválidos e periodicamente vistoriadas pela polícia” (A FEDERAÇÃO, 24/01/1911).

O período entre 1912 e 1917 foi determinante para a consolidação das diretrizes básicas das futuras construções em Porto Alegre. Desde 1912 os moradores de Porto Alegre reivindicam a suspensão da cobrança conjunta do imposto predial e da taxa de águas e saneamento, indevidamente tributada nas áreas onde não há rede de esgotos, além da diminuição das taxas de consumo de água para prédios onde os aluguéis não ultrapassem os 40\$000 mensais. O projeto de lei n. 68, de dezembro de 1913, estabeleceu, além da isenção de impostos prediais a todas as novas edificações que apresentassem perfeitas condições de solidez, higiene e boa aparência arquitetônica, a fiscalização o valor locatício para que não excedesse 25\$000. Com o intuito de evitar

construções que pudessem prejudicar “os foros progressistas” de Porto Alegre, desacreditando assim o governo, foi aprovado, também em 1913, o Regulamento Geral de Construções (Ato n. 96), proibindo definitivamente a construção de edificações de madeira em áreas que estivessem servidas de sistema de esgotos. Entre as várias diretrizes propostas no regulamento, destacam-se as que se referem à aparência das edificações, ao cerceamento de terrenos baldios e às condições sanitárias das residências (ATO n. 96).

O Conselho Municipal, cedendo à pressão do operariado, aprovou a Lei n. 81, em 1917, o que concedeu benefícios aos senhorios, desde que houvesse o repasse destas vantagens aos inquilinos, sob forma de diminuição do valor de aluguéis. A dificuldade que o Conselho Municipal encontra para conciliar os diversos interesses da sociedade civil, normalmente conflitantes entre si, é exposta nas reivindicações requeridas pela Associação dos Proprietários de Imóveis de Porto Alegre. Dentre as medidas reclamadas, destacam-se: modificações de taxas de esgoto; extinção de impostos sobre construções, especialmente sobre as realizadas nos arrabaldes; relevação das décimas das habitações desocupadas; isenção do imposto do calçamento; e concessão aos proprietários da faculdade de pagar décimas e outros impostos que rachem sobre os imóveis mensalmente (SESSÃO, 1916). Dos cinco pedidos elencados, apenas aquele que confere a isenção das décimas sobre os imóveis desocupados é atendida, e ainda assim com ressalvas (mantêm-se a isenção de casas desabitadas por três meses consecutivos). Também é cogitado, em 1919, o estabelecimento de impostos sobre terrenos não edificados, já que para a municipalidade, seus proprietários não contribuíam com as despesas da cidade, apenas especulavam sobre o valor de venda dos terrenos baldios e sobre os aluguéis, controlando a oferta das habitações já existentes (BAKOS, 2013).

Até o ano de 1924, as principais reivindicações sobre a questão da moradia recaíam sobre alguns pontos principais: a falta de infraestrutura nos arrabaldes onde se concentrava a população proletária, o aumento de impostos sobre as construções na região central, e o repasse dos encargos pelos senhorios a seus inquilinos – normalmente superfaturado –, as novas condições arquitetônicas estipuladas pelo Conselho Municipal para futuras construções, e a existente obrigação de contribuir com taxas para serviços que não eram prestados. Quando ocorre a mudança na Intendência Municipal, saindo José Montauray e entrando Otávio Rocha, um dos principais projetos

do novo governo é o recadastramento de prédios e terrenos sem edificações, para uma posterior reforma tributária (RELATÓRIO, 1925). Em benefício aos proprietários de terrenos baldios que se comprometessem em construir dentro de um período de dois anos, foi promulgado o Ato n. 328¹⁹, autorizando a devolução de 50% do valor relativo ao imposto da área. Tal medida visava estimular a construção de novos prédios residenciais, entretanto ajudou a proliferar o número de construções mais baratas, onde não eram prestados serviços de higiene e saneamento (RELATÓRIO, 1927).

Em maio de 1926, o novo Regulamento Geral de Construções substituiu o de 1913, alterando pontualmente algumas determinações. Inicialmente, foi estabelecido o prazo de seis meses para a mudança das paredes de madeira por alvenaria nos prédios localizados na região central de Porto Alegre; também se tornou necessário o aval de um corpo de funcionários municipais que examinaria as características arquitetônicas das novas edificações. Como estímulo para esta medida, foi estabelecido um prêmio de 10.000\$000 para o prédio com a fachada mais bonita (DECRETO, 1926). Tais medidas contribuem para a migração da população mais pobre do centro para as regiões afastadas da cidade, principalmente para os Bairros São João e Navegantes, que apesar de serem áreas reservadas para a construção de moradias populares para operários, ainda não possuem condições sanitárias ou mesmo de acesso para seus moradores.

O ano de 1927 finda com o Conselho Municipal discutindo novas taxas sobre imóveis localizados na região central de Porto Alegre, além da já citada reconstrução de prédios de madeira, proposta pelo Regulamento geral de Construções de 1926. O jornal *Diário de Notícias* adota uma postura abertamente contrária às medidas da Secretaria da Fazenda Municipal, alegando serem artimanhas para explorar os operários, os pobres e desamparados, já que as taxas, entre 25% e 50% mais caras sobre o valor dos aluguéis, não incidiriam sobre os proprietários (BAKOS, 2013). A nova proposta propunha mudanças na cobrança das “décimas urbanas e suburbanas”. Anteriormente, em 1925²⁰, o valor fora elevado de 5% para 10% sobre as áreas suburbanas, estabelecendo novas e rigorosas taxas sobre terrenos baldios, quanto maior sua proximidade do centro da cidade. Agora, os valores variariam de 20% a 50%, dependendo da edificação, entre outras medidas pouco populares.

¹⁹ Ato n. 328 de 21 de março de 1925. In: leis, decretos, atos e resoluções. Período de outubro de 1924 a abril de 1925. Porto Alegre, A Federação, 1925.

²⁰ Lei n. 51 de 11 de dezembro de 1925. In: Leis, atos e decretos. Porto Alegre, A Federação, 1926.

Callage denota como “sombrias e alarmantes” as perspectivas de vida na capital após as reuniões do Conselho Municipal em dezembro de 1925. A elevação das taxas, “em ordem, em regra, integral, unânime, - uma espécie de presente de festas, geral, para que ninguém se queixe da sorte”, segundo o cronista, ajuda a agravar ainda mais a situação de desamparo que a população mais necessitada se encontra, e que com os novos tributos incidindo sobre os impostos territoriais, policiamento e coleta de lixo (serviços deficitários, conforme Callage), agridem a “bolsa do povo” (AC, 01/01/1926, p. 5).

Conduzindo uma linha editorial dura contra a elevação dos impostos por meio da extinção do “décimo urbano e suburbano” e a provável taxação desenfreada que tal ato promoveria, Callage lembra sobre qual parcela da população cairá os maiores sacrifícios. Em diversas ocasiões é notória sua propensão à defesa dos desamparados de Porto Alegre, como por exemplo, em dezembro de 1927, quando a nova lei de impostos prediais foi o tema d’*A Cidade*:

Acha-se na mesa do conselho Municipal, desta leal e valorosa cidade, um projeto de lei verdadeiramente original, que parece ser a palavra deslumbrante e definitiva com que o seu autor pretende fechar este ano histórico de sangrias desesperadas. Trata-se nada mais nada menos do chamado imposto de “décimas urbanas e suburbanas”, que com o novo projeto desaparecerá por completo, dando lugar a uma variação tremenda de taxações absurdas e violentas.

Em toda a parte o imposto de décimas urbanas, como a própria palavra está explicando, corresponde a 10% sobre o valor locativo do prédio e que tem sido este, até agora, o processo mais equitativo e razoável de cobrar-se o imposto dos imóveis prediais quando alugados, ou por meio de uma avaliação, o mais possível aproximada da verdade, quando em tais prédios moram os seus proprietários.

Não entendeu assim, porém, o autor do projeto ora em mãos do Conselho Municipal de Porto Alegre. S. s., acreditamos plenamente, pode ser um cidadão muito distinto e ilustre, digno do nosso respeito e acatamento, mas em matéria de legislação de impostos entende que a doutrina a prevalecer no caso, é a da máxima sangria, de mistura com os maiores absurdos (AC, 06/12/1927, p. 5).

Citando mais uma vez Luiz Pereira (1971), a exclusão e a marginalização ocorrem também no quesito habitação, pois geralmente os indivíduos residem em locais pequenos e insalubres, muitas vezes carentes de serviços de higiene e de saneamento. A marcação dos limites urbanos, suburbanos e rurais de Porto Alegre ocorreu através do Decreto 115, em dezembro de 1927, através do qual ficou delimitado o centro da cidade, mais propriamente a península central, como sendo o 1º Distrito. Sandra

Pesavento (2001), ao construir um mapeamento dos lugares de enclave, onde os excluídos do final do século XIX e início do XX se alojavam, aponta o 1º Distrito (região central de Porto Alegre) como um espaço onde os prédios públicos e centros culturais conviviam com casarões, palacetes e sobrados nobres, mas também onde os becos, as vielas, os prédios de alugueis e as pensões populares revelavam o crescimento anárquico do centro da capital, empurrando as parcelas de “inapropriados” para as moradias mais baratas.

O *Diário de Notícias* não se opunha ao embelezamento da cidade, às reformas ou mesmo eliminação das edificações de madeira que não apresentassem condições mínimas de saúde, higiene ou estética, mas sim o modo como o Conselho Municipal conduzia as mudanças (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 07/12/1927, p. 1). Os conselheiros municipais defendem que o novo aumento dos tributos não tornava mais asfixiante a questão das moradias familiares, conforme noticiava o *Diário de Notícias*, mas sim afetava apenas uma pequena área da cidade, composta por 46 prédios, em sua maioria comerciais. Como os conselheiros alegavam que a população não vivia na parte central da urbe, mas nos subúrbios, onde os alugueis são mais baratos, e os edifícios afetados pertenciam a pessoas com grande aporte de recursos, facilmente seriam substituídos os estabelecimentos anti-higiênicos por prédios dignos de uma capital (BAKOS, 2013). Roque Callage não concordava com estes termos. Ainda em sua coluna escrita em 06 de dezembro, o cronista elenca alguns itens do “projeto monstro” que a municipalidade propõe:

Para o leitor se convencer de que afirmamos, basta ler os primeiros “itens” desse projeto monstro, publicado na edição de sábado último desta folha. Lá estão eles a mostrar claramente os apuros e as violências que irão sofrer os inquilinos, a enorme população que não tem casa própria, quando aquele amontoado de disparates estiver convertido em lei.

Pelas especificações desse novo processo de impostos, a décima urbana, repetimos, desaparecerá completamente. Em lugar de 10%, a taxa a cobrar será então 20, 25, 30, 40 e 50% conforme a construção do mesmo e o local em que o prédio se achar edificado. O legislador ou autor de tal projeto, ao invés de legislar para o presente e para o futuro, está legislando para o passado. Assim é que todos os prédios térreos de certas ruas do centro da cidade, ou os de construção de madeira, ou os de construção mista, existentes na vasta zona do 1º distrito passarão a pagar o imposto de 20, 25, e 50%, sobre o valor locativo, como se vê dos seguintes itens:

- i) – Tendo só um pavimento térreo e sendo situado na Rua dos Andradas, ou nas avenidas Borges de Medeiros, do Porto, Júlio de Castilhos e São Rafael, compreendendo o trecho do largo que está sendo concluído na curva da Rua 24 de Maio, (antiga São Rafael). Praças Parobé, Montevideu, 15 de Novembro e Marechal Deodoro, sobre o valor locativo, 20%;
- j) – De construção e madeira (que ainda existam no 1º distrito), sobre o valor

locativo, 50%.

k) – Idem de construção mista (que ainda existam no 1º distrito), sobre o valor locativo, 25%.

Em compensação há no projeto monstro estas duas concessões maravilhosas:

d) – Sendo de quatro ou cinco andares sobre o valor locativo, 5%.

e) – Sendo de seis ou mais andares, sobre o valor locativo, 2%.

Por essa teoria do legislador, o proprietário que pode pouco e que não raro vive exclusivamente de seus aluguéis, vai pagar mais que o proprietário que pode muito, proprietário de arranha-céus e grandes edifícios.

Onde há aí lei de equidade ou qualquer princípio de justiça?

Não sabemos qual o motivo da predileção do autor do projeto pelos arranha-céus. Será que ele pensa transformar Porto Alegre, em Nova York? Será que ele pensa que num arranha-céu há mais beleza e mais arte que num edifício térreo, cuja construção obedece a todos os rigores da ética? Depois é preciso ter-se em conta que a nossa capital se vai espalhando por todas as direções, onde a edificação predial vai surgindo de acordo com as posses de cada proprietário (AC, 06/12/1927, p. 5).

Callage, apropriando-se da opinião de urbanistas como Alfred Agache, condenava a criação de arranha-céus, alegando que a construção dos mesmos em cidades com terrenos ociosos, onde a população se encontra entre faixas de terra largamente espaçadas, além de serem prejudiciais à saúde, agride o “bom gosto”. O cronista chega a propor a diminuição das taxas para os edifícios de menor vulto e a necessidade de encontrar uma solução quanto às habitações da parcela mais pobre da cidade, do trabalhador que “moureja e luta”. A conclusão da coluna é a seguinte:

Se fôssemos ouvidos no caso a nossa opinião seria exatamente o contrário da do autor do projeto: pagar mais impostos os que podem mais e que sempre são os proprietários de grandes edifícios, e reduzir os impostos dos que podem menos, dos proprietários de pequenos prédios.

É teoria de todos os urbanistas – e ainda há pouco mr. Agache frisou claramente o caso – que a construção de arranha-céus em cidades de vasta área territorial constitui uma ofensa ao bom gosto e, o que é mais grave, à saúde da população. É preciso também ter-se em conta que a vida de Porto Alegre é a vida do pobre, da população que moureja a luta e que não possuindo casas próprias vai ser sacrificada com essa lei porque ao senhorio nada acontece: ele desaperta para a esquerda... Entretanto, o novo projeto enquanto favorece escandalosamente o capitalismo, mete um arrocho a nossa enorme população sacrificada e pobre.

Viva a República!

Viva a farra!

Toca o hino, Jesuino! C. (AC, 06/12/1927, p. 5).

Em 09 de dezembro, apenas três dias após a veiculação da crônica de Callage, foi publicada através d'A *Federação*, nos Anais do Conselho Consultivo de Porto Alegre, uma nota jocosa do conselheiro Jayme Pereira. Mostra-se claro o tom de desprezo do conselheiro pela opinião de Callage:

Não sabemos qual o motivo da ojeriza do ilustre redator do *Diário de Notícias*, pelas casas de mais um andar? (...) Não sabemos por que o senhor cronista do *Diário* chama de “arranha-céus” os edifícios de “seis” andares. Será porque julgam o nosso céu mais próximo a nós do que o céu de Nova York? Assim, um edifício de 50 andares ou mais, aqui, perfuraria o céu! Isto seria uma vantagem para nós, que iríamos habitá-lo, imediatamente, para entrarmos no céu, em vida, o que não sabemos se nos acontecerá depois da morte, apesar de haveremos exercido o cargo honroso de Conselheiro Municipal (A FEDERAÇÃO, 09/12/1927, p. 3).

O projeto foi aprovado, por fim, no dia 14 de dezembro do mesmo ano, sob o número 180, regulamentando o imposto sobre imóveis. Callage retoma o assunto ainda no mês de dezembro, e um pouco distante de seu feitiço cortês, resguarda alguns comentários pouco lisonjeiros ao autor da lei. A taxaçoão aludida pelo colunista sobre as edificações construídas com madeira, as quais o próprio alega serem habitados, em sua terça parte por pessoas pobres, se assemelha a algumas medidas tomadas por Pereira Passos em 1904 na cidade do Rio de Janeiro, quando seu processo de reformulação urbana retirou do centro da cidade toda a multidão de humildes trabalhadores, desempregados e subempregados (SEVCENKO, 2013).

Voltamos ainda hoje a tratar do projeto monstro que estabelece novo processo de cobrança do imposto predial da cidade, mal grado um ilustre conselheiro – pessoa, aliás, do nosso apreço e da nossa simpatia – ter judiado sem dó nem piedade dos nossos anteriores comentários. Foi uma surra mestra a que não faltou à eloquência arrasadora do verbo “futurista”, ora descrevendo a corneta dos Bombeiros, ora as alturas dos “arranha-céus”, ora o cheira-cheira dos narizes espetados nas estrelas, ora ainda os acordes da Banda Municipal. Foi uma mistura completa, uma verdadeira salada a Marinetti... Mas nem por isso silenciámos; nem por isso aquele projeto perde o seu feitiço disparatado.

A crítica por nós feita ao aumento do imposto dos prédios de madeira existentes no 1º distrito está perfeitamente justificada, pois passou de 10% para 50%, isto é, seus proprietários vão pagar cinco vezes o que pagaram este ano! Ainda mesmo que admitindo a necessidade de fazê-los desaparecer do 1º distrito, a equidade mandava que esse imposto fosse elevado gradativamente, e não de chofre como o foi, de modo a dar tempo para a sua transformação em prédios de alvenaria. Esse aumento constitui uma verdadeira multa elevadíssima, aplicada a quem não cometeu delito algum.

E não se diga que não vai alcançar os pobres, pois os dados publicados nos dizem que a terça parte dos prédios de madeira servia de habitações, e quem neles mora não são os bafejados pela sorte (AC, 11/12/1927, p. 5).

Mais duas colunas foram assinadas pelo jornalista tratando da regulamentação da lei de novos impostos, em 13 e 15 de dezembro. Como as novas medidas afetavam diretamente as pessoas que parcamente conseguem suprir suas necessidades básicas, as queixas e os clamores populares começaram a surgir, aponta Callage: “o imposto qualquer que ele seja, é sempre uma medida violenta que desagrade e revolta, que pesa

no bolso do público” (AC, 13/12/1927, p. 5). Vários proprietários de casas de aluguel e de moradias particulares, um dia após a aprovação do projeto, chegaram a enviar uma carta assinada solicitando a intervenção do cronista no intuito conseguir “um pouco de humanidade por parte do Conselho Municipal de Porto Alegre” (AC, 15/12/1927, p. 5). O próprio cronista prevê a ineficácia de tal expediente, pois não acredita na demissão do Conselho Municipal, apesar de torcer para que os conselheiros admitam o exagero de tais medidas e recuem em alguns pontos, modificando a essência do projeto:

Alegam os reclames, que ora ingenuamente nos escrevem, que já não é só a “décima” que passa a ter assombroso aumento. O imposto sobre o lixo aparece aí também, extraordinariamente aumentado, bastando dizer que esse imposto que era cobrado à razão de 2% dos particulares, eleva-se agora para 5, 8 e 10% num aumento progressivo quando devia ser proporcional, como era até então estabelecido pela municipalidade. Essa nova resolução ao que parece, só vem favorecer os grandes, ficando os pequenos proprietários, e com eles os inquilinos, que serão imediatamente sobrecarregados com o aumento natural do aluguel, no mais completo abandono.

(...)

Estamos aqui pugnando apenas por um ato de justiça e de equidade em favor da classe desprotegida dos pequenos proprietários que vão ser grandemente sacrificados com o projeto monstro. C. (AC, 15/12/1927, p. 5).

A sobretaxação, aumentando em cinco vezes os impostos de uma parcela de "indesejáveis" da população residente no 1º Distrito da capital, não foi uma prática restrita apenas a Porto Alegre. Na obra *O Imaginário da cidade* (1999), Sandra Pesavento apresenta as demolições do centro do Rio de Janeiro por meio do "bota-abaixo", um dos recursos utilizados por Pereira Passos, para realizar, usando as palavras da autora, "um parto a fórceps" (p.181) da modernidade urbana. A superestimação das reformas urbanas cometidas pela prefeitura carioca nos primeiros anos do século XX assinala um traço do caráter nacional, em que a imagem da modernidade produz a sensação de convívio em uma metrópole. O juízo condenatório sobre as formas de sociabilidades populares, tanto em Porto Alegre, de maneira velada com a alta dos impostos prediais, indistintos para os indivíduos com menores ou maiores recursos financeiros, como no Rio de Janeiro, com as demolições e "bota-abaios", explicitam a ofensa estética e mesmo retrógrada à imagem de metrópole que as cidades queriam que transparecesse (PESAVENTO, 1999). São visíveis alguns problemas de urbanização da capital gaúcha, para Callage, e eles passam pela alta de impostos, que consequentemente aumentariam os aluguéis e gerariam escassez de habitação para as

classes mais desfavorecidas da população.

O problema dos cortiços em Porto Alegre é anterior aos anos 1920: em 1890, Felicíssimo de Azevedo, então intendente de Porto Alegre, aprovou a taxação abusiva sobre os cortiços na cidade, tornando-os inacessíveis aos trabalhadores assalariados. A lotação dos impostos prediais era realizada através de vistorias realizadas por funcionários municipais, e em muitos casos, devido aos pesados impostos, os proprietários dos cortiços, em acordo com os servidores públicos, burlavam as declarações de aluguéis, mantendo os valores elevados para os inquilinos, mas sem o repasse para a edilidade. A Intendência Municipal, em 1896, tentou dificultar a ação dos fraudadores por meio do Ato n. 3, de 16 de dezembro, instituindo a necessidade de publicar mensalmente, em veículos de comunicação da capital, uma nominata com todos os inquilinos e proprietários de imóveis que passaram por modificações em seus impostos (SESSÃO, 1912).

A política habitacional da Intendência de Porto Alegre mostrou sua face em 1897, através de outro Ato municipal²¹. Por meio da expansão da área de cobrança do imposto predial, incluindo todas as ruas servidas por linhas de bondes, conseqüentemente ocorreu o aumento de pequenas habitações em áreas mais distantes, destinadas a operários e trabalhadores. A migração das regiões centrais da urbe para seus arrabaldes, para os terrenos mais altos e mais afastados, conseqüentemente mais acessíveis para as camadas mais carentes da sociedade, tornou-se comum na capital gaúcha. Quando da posse de Otávio Rocha como intendente municipal, em seu discurso o político delimitou como meta o saneamento de dois bairros proletários da cidade, o Navegantes e o São João, atendendo às necessidades de uma parcela da população que não apenas trabalha, mas tem todo o direito de ser servida (DISCURSO, 1924).

A aglomeração populacional no centro da cidade acarretou em uma sobrelevação no valor dos aluguéis, causando a evasão dos operários para bairros fabris, como o São João, Navegantes, Floresta e Caminho Novo (estes bairros já constavam na planta de Porto Alegre elaborada em 1896 por Alexandre Ahrons). No Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre de 1928, o intendente municipal alegou que mesmo com a crescente urbanização e expansão dos limites urbanos, a parca taxa de construções não abarcava as necessidades da população de mais humilde, o que lhe causava grandes

²¹ Ato n. 3 de agosto de 1897.

prejuízos em sua renda. O proletariado, assim, é quem sofria com a crise habitacional, o que acarretava miséria, descontentamento, desarmonia entre classes e desequilíbrio social (ANAIS, 1928, apud BAKOS, 2013).

Os industriários, os capitães da indústria porto-alegrense, apresentaram, de certo modo, uma solução “assistencial” para o problema da habitação. Para cuidarem dos aspectos como educação, lazer, moradia e assistencialismo social de seus operários, os industriários incentivaram a criação de núcleos habitacionais no entorno das fábricas, nos arrabaldes que contornavam o bairro fabril. As primeiras moradias populares dos bairros São João e Navegantes foram criadas para suprir as necessidades dos operários das fábricas instaladas ao longo da via férrea, principal escoadouro dos produtos produzidos na capital. Distantes do centro de Porto Alegre, São João e Navegantes iniciaram sua explosão demográfica no início do século XX, apresentando alguns problemas que permearam a vida de seus moradores durante todo o período final da república velha: a falta de água, esgoto, energia elétrica e acesso a transportes. As ruas do bairro Navegantes, por exemplo, em 1906 não possuíam sinais de identificação, pois as solicitações não acompanhavam o crescimento do arrabalde (BAK, 2003). O jornal *A Democracia*, em edição de 24 de setembro de 1905, relatava que as casas de aluguel nada mais eram que “galpões sem condições exigíveis de habitação para gente, anti-higiênicas e quanto muito prestam-se para cocheiras” (A DEMOCRACIA, 1905). As moradias também são descritas por Achyles Porto Alegre como “um intrincado conjunto de casinhas de mau aspecto, telhados baixos e irregulares”, e que ali vivia “gente da pior espécie” (PORTO ALEGRE, 1940).

A distância entre os novos arruamentos e o centro da cidade, espaçada por longos trechos de terreno baldio, dificulta o acesso aos serviços básicos de água, esgoto, eletricidade e transporte. Roque Callage relata o caso do Bairro São João²², populoso núcleo proletário, onde seus moradores, “gente afeita ao trabalho, lutando com verdadeiro sacrifício”, passa por privações pertinentes à distância do centro do município e dos poderes públicos. Callage ainda delega aos últimos a função de “zelar pela saúde da população, notadamente nas zonas habitada pelas classes operárias, promovendo o seu bem estar por meio de uma assistência permanente de higiene”. Constante foco de enfermidades, o arrabalde de São João merece urgente cuidado do poder municipal, conforme o cronista:

²² AC, 24/11/1925, p. 5.

Já tivemos oportunidade de nos referir, por várias vezes, ao péssimo estado sanitário em que se encontra permanentemente o populoso bairro de São João. (...) Nenhum outro bairro, mais do que o do São João, devia merecer especial atenção e cuidado por parte da higiene pública, exatamente por ser um local de intensa população operária, onde mais de dois milhares de pessoas estão diariamente em contato no rude labor insano das fábricas. (...) Quem se der ao cuidado de caminhar por aquele ponto da cidade, verificará logo as palpitantes necessidades de seus moradores, não só em relação à falta de limpeza e asseio das ruas, mas em relação à própria falta d'água, que agora, no forte do verão, torna-se deveras deficientíssima. Além disso, o fétido dos animais mortos pelas ruas, putrefando-se ao sol, de mistura ao das águas paradas nas sarjetas, torna aquele local um ambiente verdadeiramente irrespirável (AC, 24/11/1925, p. 5).

Os problemas causados pelos alagamentos resultantes pelas chuvas em Porto Alegre também são relatados por Callage. Em maio de 1930, a insistente chuva que cai sobre a capital chama a atenção do cronista, que aponta a população dos dois bairros operários de Porto Alegre, Navegantes e São João, como a “maior vítima” da intempérie.

Chove.

E quando a chuva começa a cair, de verdade, insistente, ininterrupta, como agora, lembramo-nos logo dos arrabaldes de São João e Navegantes, lembramo-nos de todas as zonas baixas da cidade que sofrem as consequências do alagamento.

Aqueles dois bairros, porém, são as maiores vítimas da chuva. Em chegando o inverno, a sua população, contada por muitos milhares de almas, fica em constante sobressalto. Como se não bastasse o precário estado sanitário daquela enorme baixada suburbana, causa de um cem número de enfermidades que atacam seus habitantes, têm estes ainda que lutar contra a frequente e alarmante invasão das águas. Dada a ausência de esgotos, a completa falta de drenamento dos terrenos, não há propriedade que resista às consequências de duas horas de chuva. Nesse curto espaço de tempo a água terá formado o lodaçal das ruas, o pântano miasmático dos quintais e terrenos abandonados, pântano que assim permanecerá por semanas e meses, mesmo que a estiagem se prolongue, como verdadeiros focos de cultura microbiana. Deste modo, a população dos dois grandes bairros, constituída na sua maioria de operários, gente pobre que luta com toda a sorte de dificuldades, se vê a braços ainda com essa calamidade que se repete todos os anos, por culpa exclusiva da administração municipal que não solucionou o problema, quiçá, o mais importante de quantos outros lhe cabe resolver em benefício público. (AC, 16/05/1930, p. 3).

Roque Callage lastima a aparente insignificância que os bairros operários representam para a Intendência Municipal, já que os arrabaldes encontram-se “esquecidos, (...) à margem de qualquer atenção por parte de quem tinha o dever de cuidar de seu saneamento e zelar pela saúde e bem estar de seus moradores” (AC, 16/05/1930, p. 3). É fato, entretanto, que em 1927 o bairro São João recebeu uma praça

pública. O cronista não deixa de relatar o acontecimento, mas lembra que, apesar do melhoramento, outras medidas seriam mais importantes que a inauguração do jardim. Os problemas da falta de água e de saneamento deveriam ser o “ponto de partida” da melhoria na infraestrutura do bairro, não a construção da praça; a necessidade dos primeiros deveria preterir o segundo. Dentre as várias obras prementes, Callage elenca a drenagem dos terrenos, que durante a estação invernal transforma o bairro em “um verdadeiro banhado”, a necessidade de saneamento, escoadouro dos esgotos, limpeza das ruas, eliminação de focos miasmáticos, calçamento, arborização e iluminação pública (AC, 26/02/1927, p. 5). O jardim seria o “retoque, o ponto final” das mudanças necessárias no arrabalde:

Bairro dos mais populosos, senão o mais populoso da cidade, o de São João tem tido uma existência de lutas e sacrifícios ingentes. Mau grado a densidade de uma população e o grande número de ruas que cortam aquela zona em todas as direções, tudo ali está ainda por se fazer. Adensou-se naquele local o laborioso operário de Porto Alegre – o braço e a alma de nossas fábricas e das nossas oficinas de atividade. Em seu favor, entretanto, nada se fez até agora, principalmente no que diz respeito ao urgente saneamento do local.

A municipalidade, entretanto, achou mais fácil começar por uma praça, por um jardim público.

Sempre é uma manifestação de bom gosto. Na falta de outros, louvemos esse. C. (AC, 26/02/1927, p. 5).

A situação calamitosa a qual os operários residentes nos bairros afastados do centro de Porto Alegre sofrem, não passa despercebida apenas por Roque Callage. A coluna *A Cidade*, desde suas primeiras publicações, mostrou-se um espaço para a “interatividade” entre o cronista e seu público. Apropriando-se do artigo *Sobre Interesses Cognitivos, Terminologia Básica e Métodos de uma Ciência da Literatura Fundada na Teoria da Ação*, de Hans Gumbrecht (1979), é possível postular acerca da constituição de um “sentido” através de reciprocidade entre o que o autor escrevia e o modo como seus leitores interpretavam a coluna. Segundo Jauss, as interações entre um autor e seus leitores são uma via de mão dupla, onde a ação social do autor é tanto a condição para a compreensão pelos leitores, como a ação social dos leitores determina, até certo ponto, o modo como o autor produz o texto (GUMBRECHT, 1979).

No primeiro ano de veiculação do *Diário de Notícias*, um considerável número de leitores redigiu suas impressões, reclamações e sugestões à coluna *A Cidade*, a qual, por meio de seu cronista, procurou dar vazão às constantes correspondências recebidas.

Em sua grande maioria reclamações, apesar de justas, como bem deixa a entender o colunista. O leitor identificado apenas por A.G.F., em maio de 1925, trouxe ao conhecimento de Callage a situação das estradas pelas quais os operários percorrem em direção às suas residências no final de seu expediente de trabalho:

A.G.F. por exemplo, morador do Caminho do Meio, escreve-nos longa carta, dizendo-nos entre outras coisas o seguinte:

“Para bem aquilatar da nossa pretensão, faça V. s. uma digressão ao Caminho do Meio, digo ao arrabalde de Petrópolis, das 6 às 8 horas da noite e verá o espetáculo que se lhe deparará: milhares de pessoas, na sua maioria operários, em caminho de seu lar, estafados de trabalho diário, percorrendo uma estrada péssima, e, agora, no inverno, cheio de lama, quase intransitável. Tudo por quê? Por não haver um meio qualquer de condução, ou por outra: por não ter a Companhia Força e Luz providenciado, como promete há muitos anos, para bem servir da nossa população.

Enfim, empenhe-se v. s. por uma solução favorável a esse problema palpitante e terá o reconhecimento de milhares de cidadãos.

De antemão, agradeço e subscrevo-me – A.G.F., assíduo leitor do ‘Diário de Notícias’.” (AC, 22/05/1925, p. 5).

Em *Orfeu extático na metrópole* (2014), Nicolau Sevcenko registra o mesmo processo civilizatório em São Paulo, impulsionado pelo crescimento do capitalismo e marcado pela carestia de alimentos e condições de habitação, apontado pelas crônicas de Roque Callage. Se em Porto Alegre a coluna *A Cidade*, assinada apenas por C., trazia denúncias sobre as tucanas condições às quais as populações carentes eram expostas, em São Paulo, no jornal *O Estado de S. Paulo*, um cronista identificado simplesmente pela letra P. assumia este serviço. O crescimento convulsivo de São Paulo, sem considerações quanto à condição futura da metrópole e sem a preocupação premente dos órgãos administrativos municipais acerca da população carente, causava uma impressão de descaso e de amargura que refletia no combate dos cronistas paulistas frente às autoridades públicas. O torrencial número de cartas recebidas por P. que tratavam dos problemas da cidade, principalmente as que se dedicavam às populações marginalizadas, era de tal vulto que em várias oportunidades, em sua coluna, o cronista reclamava de sequer ter tempo para lê-las. *O Estado de S. Paulo* assumia em seus editoriais uma postura rígida e pessimista quando trazia como tema os problemas da cidade e de sua população:

Não há hoje problema que mais preocupe a população da cidade. (...) Mais que a carestia de gêneros, a de habitação atribula a totalidade do povo (...). A cidade é uma só pensão. Não há por aí casa, que não sendo palacete, não dispense um, dois e três quartos para pensionistas, com que até bem pouco

tempo ninguém contava. E por que preço! Leiam-se os anúncios de cômodos e pensões: são aluguéis de prédios inteiros por um quarto apenas (OESP, 04/06/1919, apud SEVCENKO, 2014, p. 128).

De maneira similar à de Callage, o editorialista do *O Estado de S. Paulo* é pessimista quanto a duas questões pontuais: o valor de gêneros alimentícios e o custo de moradia. Mesmo não estando explícita, é clara a referência a quais parcelas da população paulista sofrem com o alto valor cobrado para a locação de um cômodo. Mais uma vez mostra-se correta a assertiva de Viviane Mahieux ao afirmar que nas crônicas das primeiras décadas do século XX residiam os efeitos da incipiente modernidade das cidades, que eram não apenas a fonte de assuntos, mas também suas principais leitoras (2011).

A questão da moradia, pertinente à classe operária, também é documentada por Michelle Perrot, em *Os excluídos da história* (2006). Assim como em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XX na França as reivindicações operárias recaíam sobre um assunto: a carestia e alta de aluguéis. Os operários franceses não estavam preocupados com as condições higiênicas de suas moradias, mas sim com o valor pago por elas; as questões sanitárias estavam em segundo plano, enquanto que o custo e o peso no orçamento se sobrepujavam ao conforto (PERROT, 2006). A importância que as condições habitacionais tomam na passagem do século XIX para o XX não ocorre por meio do interesse operário, como poderia se supor, mas sim através das camadas mais abastadas da sociedade. Enquanto os operários buscavam em recintos frequentados por alcoólatras, prostitutas e jogadores o conforto que não encontravam em suas moradias, normalmente cortiços insalubres e apinhados de pessoas, higienistas, filantropos e industriários percebiam como nociva a "decadência moral" que os antros de perdição ocasionavam. A revista *Egatea*, em 1918, publicou um artigo onde reivindicava a urgência de uma "ação humanitária, concedendo habitações salubres e baratas para o proletariado a fim de lhe tornar a vida menos importuna e fatigante". E mais, era necessário que esta ação humanitária preconizasse os regramentos morais que estariam implícitos na posse das habitações mais populares, pois "o homem que não encontra o conforto do lar, é inevitavelmente atraído para a vida exterior (...) onde preponderam o riso nervoso dos bacanais, o álcool (...) que lhe roubam as economias que saldariam o aluguel da casa. (EGATEA, 1918).

5.2 “Ah, patrão, aqui a coisa também anda preta²³”: a experiência de classe e as relações de marginalização de operários e funcionários do comércio

Nas primeiras décadas do século XX, as associações operárias representaram iniciativas de pequeno alcance e mesmo duração, caracterizadas principalmente pela organização de greves, fundação de escolas, publicação de jornais e denúncias das diversas formas de exploração submetidas ao proletariado. A partir deste primordial percurso organizacional, ocorreu a Greve Geral de 1906, a primeira realizada no Rio Grande do Sul e maior manifestação do operariado gaúcho até então, através da qual era reivindicada, entre outras exigências, a redução do horário de trabalho para oito horas diárias, já que em muitas fábricas chegava a mais de 14 horas. Apesar da controvérsia de fontes, estima-se que um contingente de dois a cinco mil trabalhadores de diversas categorias tenha se mobilizado durante o período de 21 dias. A Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), fundada durante o período da greve, tornou-se um dos principais agentes do operariado gaúcho, principalmente no estabelecimento de contatos com outros movimentos operários em outros estados. Se anteriormente as reivindicações por melhores condições de trabalho e diminuição de carga laboral eram realizadas de modo pontual, dentro de cada estabelecimento, neste momento uma massa de trabalhadores tomou as ruas e praças da capital gaúcha para exigir não apenas condições mais salubres de trabalho, mas também contestavam as formas de exploração e hierarquias vigentes (PETERSEN; SCHMIDT, 2004).

A negociação entre os trabalhadores e os empresários, encabeçada por Alberto Bins, representando os capitães da indústria, e Francisco Xavier da Costa, junto a Carlos Cavaco, como articuladores dos operários, terminou com a redução da jornada de trabalho para nove horas. Apesar do fim do movimento e da promessa de redução da carga de trabalho, a imprensa porto-alegrense continuou a relatar denúncias de falta de cumprimento do acordo, além de perseguição a grevistas (ibid.).

Outros dois momentos devem ser elencados na constituição da história dos operários em Porto Alegre: o ciclo de greves entre 1917 e 1919, de caráter nacional, e a de 1929. Em 1917 a carestia de alimentos, o aumento do custo de vida, a diminuição dos salários e a escassez de trabalho, levaram um grande contingente de pessoas às ruas, não apenas em Porto Alegre, mas em diversas cidades do Rio Grande do Sul e do

²³ AC, 02/08/1930.

Brasil. Liderado pelos operários da Viação Férrea de Santa Maria, com o apoio da FORGS, um significativo número de categorias aderiu à greve, como motorneiros, condutores, estivadores, operários da Usina Elétrica, de inúmeras fábricas e empresas, paralisou suas atividades em 31 de julho, desorganizando o sistema de transportes de Porto Alegre, assim como seus meios de abastecimento. Frente ao início de uma situação caótica, os poderes públicos e o empresariado atenderam algumas reivindicações, como o aumento do salário dos funcionários públicos do RS e a restrição da exportação de gêneros de primeira necessidade. As paralisações arrefeceram ainda nos primeiros dias de agosto, quando os trabalhadores da Viação Férrea paulatinamente perderam a adesão das outras categorias, encerrando-se sem o pleno atendimento de suas exigências. Retornaram em outubro do mesmo ano, as reclamações dos funcionários da Viação Férrea, estendendo-se, agora, por todo o Rio Grande do Sul. Com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, o governo federal ocupou militarmente a ferrovia, criando um impasse que só foi resolvido devido à mediação de Borges de Medeiros, estabelecendo o acordo entre a administração da empresa e os grevistas (PETERSEN; SCHMIDT, 2004).

A paralização de 1919, quando aproximadamente três mil dos nove mil operários de Porto Alegre cruzaram os braços, foi encerrada com truculência nas ruas da capital. Borges de Medeiros decretou o encerramento das atividades da FORGS e de outras associações operárias; as reivindicações alcançadas no período 1917-1919 não puderam ser cumpridas devido ao rápido crescimento do custo de vida e a corrosão gradativa dos aumentos salariais, que, inclusive, não foram concedidos à plenitude dos empregados. Apesar de o movimento operário no Rio Grande do Sul datar do final do século XIX²⁴, não aparece, nas crônicas de Callage, nenhuma referência a associações ou sindicatos operários. Sílvia Regina Petersen e Benito Schmidt defendem que a tendência associativa dos trabalhadores fabris resultou em uma “experiência básica de fazer-se classe”, onde a insegurança no emprego, baixos salário, longas jornadas, etc., contribuíram de modo pontual na constituição dos proletários das fábricas em uma “classe”. Este conceito, utilizado para entender o proletariado gaúcho e porto-alegrense enquanto constituição de um grupo, é o mesmo empregado por Edward Thompson para compreender a formação da classe operária inglesa. Roque Callage percebia de modo similar essa formação operária entre os trabalhadores das fábricas em Porto Alegre,

²⁴ Para mais informações sobre os movimentos operários no Rio Grande do Sul, consultar “O movimento operário no RS, de Sílvia Regina Ferraz Petersen e Benito Bisso Schmidt.

entretanto, como já citado, não publicou nenhuma linha a respeito. Uma das razões, talvez, e não passa de uma conjectura, é o fato que a partir de 1919 houve grandes dificuldades em organizar os trabalhadores em volta de uma entidade; a FORGS tentou promover congressos estaduais, entretanto as cisões internas e a concorrência dos partidos tradicionais pelos votos dos operários, assim como a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, ajudaram a dispersar um grande número de proletários, enfraquecendo os sindicatos e as associações de classe (PETERSEN; SCHMIDT, 2004).

A greve de 1929 teve como protagonistas os operários fabris, tendo como enredo a Lei das Férias, descumprida com significativa assiduidade pelas empresas porto-alegrenses. Mais de mil funcionários de empresas como a Fábrica de Móveis Gerdau e Renner, Fiações e Tecidos, saíram do centro da capital, na Rua Voluntários da Pátria, chegando aos bairros São João e Navegantes, que então compunham o 4º Distrito, arregimentando adesões ao longo do caminho e exigindo o cumprimento da Lei n. 4.982, que garantia 15 dias de férias aos trabalhadores urbanos no Brasil (NUNES, 2014). Quanto aos operários das indústrias Renner, reclamações dirigidas à administração haviam sido veiculadas no *Diário de Notícias* de 12 de janeiro de 1929, onde:

Diversos operários da fábrica A. J. Renner & Cia, ingressaram, no dia 31 de dezembro último, em juízo, com um protesto contra a atitude daquela firma, no que diz respeito a concessão de férias. Alegaram eles na respectiva petição que a referida firma lhes cassará as cadernetas relativas as férias negando-se também a conceder-lhes estas. Afirmaram mais os signatários do protesto que a referida firma os ameaçava, caso persistissem no seu pedido de férias, com o aumento de uma hora de trabalho diário, como castigo, ou, então, demiti-los do emprego. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/01/1929, p. 8- 9).

O movimento grevista manteve-se por um período de pouca extensão— sua duração não completou uma semana, iniciando em 11 de janeiro e se encerrando no dia 15 do mesmo mês – mas seu caráter heterogêneo, sem vinculação explícita com órgãos políticos ou sindicais, composto por pessoas que se uniram em torno de um direito não cumprido, desempenhou um papel relevante para que houvesse a percepção de uma nova configuração de classe pelos diversos setores do operariado (NUNES, 2014). Este pode ser considerado, segundo Alexandre Fortes (2007), o primeiro benefício trabalhista concebido aos trabalhadores brasileiros, assim como o Código de Menores e

a Lei dos Acidentes de Trabalho, o que iniciou uma nova fase na regulamentação das relações entre o trabalhador e seu empregador.

O desfecho das paralizações, entretanto, apesar do reconhecimento de Oswaldo Aranha ao direito à greve e as promessas de esforços para sua conclusão, para que os operários confiassem no “prestígio e autoridade do Dr. Getúlio Vargas²⁵”, não resultou no cumprimento da Lei de Férias: os operários seguiram sem gozar de férias. Uma das razões, segundo A.J. Renner, é que sem fiscalização seria “impossível” conceder o benefício:

Nas condições presentes, torna-se impossível a observância da lei de férias, ressalvadas raríssimas exceções.

O governo da República não nomeou, até agora, os funcionários que se deviam encarregar de sua execução e da necessária fiscalização. Nem sequer foi votada, ainda, a verba necessária para a instalação de uma delegacia ou repartição que, neste Estado, atendesse ao serviço da execução da lei de férias.

Temos telegramas de São Paulo, pelos quais estamos informados de que lá não está sendo cumprida aquela lei. O mesmo acontece no Rio de Janeiro.

(...)

Se todas as fábricas cumprissem a lei referida, não haviam prejuízos para nenhuma. Mas o estabelecimento que houvesse de observar a lei, enquanto os demais a ela não se juntam, seria inevitavelmente prejudicado. De nossa parte, por cálculos positivos, verificamos que a concessão de férias viria a representar precisamente 5% sobre o custo da mão de obra (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/01/1929, p. 9).

A situação de descontento dos operários fabris não se alterou, e dois meses após as primeiras paralisações, a categoria voltou à greve. Os trabalhadores da Renner e da Rio Guayba (também uma fábrica têxtil), procedidos pela categoria dos padeiros de Porto Alegre, se organizaram para exigir maiores salários e redução da jornada de trabalho (NUNES, 2014).

A parcela da população porto-alegrense que estava mais propensa a sentir os efeitos do custo de vida na capital era a dos operários fabris e dos empregados do comércio. Apesar da dificuldade de compreendê-los como uma classe organizada, estes indivíduos podem ser considerados como um grupo fluído e dinâmico, fugindo de rótulos como "categoria" e "estrutura". Edward Thompson, na introdução de *A formação da classe operária inglesa, vol. I* (2011) exemplifica, de maneira didática, alguns elementos que podem ser utilizados para tentar pontuar o modo como Roque

²⁵ Correio do Povo, Porto Alegre, 15/01/1929, p. 4

Callage percebia os operários, empregados do comércio e todos os trabalhadores explorados e submetidos a condições precárias de labor, como uma “classe”. O próprio cronista se utiliza deste termo em inúmeras oportunidades, principalmente ao se referir à “nobre e laboriosa classe” dos empregados do comércio (AC, 31/10/1925), assim como às “classes pobres” (AC, 18/01/1927). Os leitores d’*A Cidade* também colaboram para a consolidação do termo na coluna, como o “missivista” (palavras do próprio Callage) que redige ao cronista, identificado apenas pelas iniciais J.A.S., reclamando das ofertas de empregados que “não fazem questão de ordenado”, o que fere e causa verdadeira “vergonha e descrédito da classe” (AC, 02/11/1927).

É necessário, antes de tratar diretamente com as crônicas de Callage, tentar estabelecer o significado de “classe” no contexto que o cronista o utiliza. Começemos, pois, com Thompson. À guisa de introdução, é mister entender que o historiador inglês não apresenta uma teoria pronta e fechada acerca do conceito de classes, mas as exemplifica. A classe é constituída pela organização de indivíduos com experiências e vivências similares, em uma identidade de interesses, opondo-se a outros indivíduos com interesses distintos dos do primeiro grupo. A “experiência” citada por Thompson refere-se principalmente às relações de produção às quais os indivíduos estão atrelados, involuntariamente ou não. Quando estas “experiências” se transformam em sistemas de valores, em tradições culturais, ou mais propriamente, em formas institucionais – a figura do “operário de fábrica”, por exemplo –, cria-se o que Thompson chama de “experiência de classe” (THOMPSON, 2011).

Em *A miséria da teoria* (1981), Thompson discute com Louis Althusser sobre a importância da “experiência” para conceituar a formação de uma classe, alegando que quando comparada entre indivíduos, esta “experiência” não os transforma em “sujeitos livres” ou autônomos. Ao contrário, faz-os utilizar esta “experiência”, através da cultura a qual estão inseridos, para agir de determinado em dada situação:

Homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 282-3).

Para Thompson, a “experiência” representa um papel importante para se delimitar a formação de classes, não se tornando facilmente perceptível para os indivíduos que dela compartilham. Não há como afirmar que Roque Callage tenha percebido a experiência do trabalho fabril, dos empregados do comércio, da legislação trabalhista exploratória (o estabelecimento da CLT só ocorreu em 1943) e das condições de moradia insalubres como elucidativas para o estabelecimento de uma “classe”, mas o teor de suas crônicas aponta para esta direção. Ellen Wood (2003) indica que como as pessoas não se reúnem em classes, é a experiência comum e vivida entre os indivíduos que toma a forma de uma consciência social, e com ela a disposição de agir como classe. Callage percebe essas sutilezas e as transcreve em suas crônicas. As impressões do cronista sobre o trabalho infantil (AC, 28/07/1929) e o abuso sofrido pelas mulheres em seus postos de trabalho (AC, 07/07/1929), demonstram como a concepção de classe utilizada pelo mesmo é próxima à de Thompson: são pessoas que partilham de uma mesma experiência, construída por meio de uma relação histórica e contextos reais.

Ao compreender a classe como um processo, não uma "construção" histórica na qual estão ausentes referências quanto a outros processos, ou mesmo desconectado da realidade social, é possível relacionar o conceito com seu "momento" histórico; Evita-se, assim, inferir em erro e mesmo utilizar-se de clichês para a definição de classes como revolucionárias ou conservadoras sem avaliar suas especificidades históricas. Thompson recusa, deste modo, a concepção marxista de relação entre base e superestrutura, já que a mesma relega a função das classes à simples revolução. De fato, aponta Thompson, que quando se estuda o conceito de classes como uma categoria histórica, é possível compreendê-lo sob dois prismas distintos, sendo o primeiro vinculado a referências pertinentes ao seu conteúdo histórico correspondente, empiricamente observável, mas também pode-se entendê-lo como uma categoria analítica, recurso utilizado para organizar uma evidência histórica cuja correspondência direta é muito mais escassa. O conceito de classes pode ser utilizado das duas maneiras, apesar da probabilidade de se cometer equívocos quando se procura deslocar entre uma acepção e outra. Na primeira vertente, "classe" está relacionada à sociedade capitalista industrial do século XIX; no segundo caso deve-se considerar a especificidade histórica de modo anacrônico quando se utiliza o conceito de "classes" para analisar sociedades anteriores à Revolução Industrial (THOMPSON, 2011).

De modo similar Eric Hobsbawm partilha dessa compreensão de Thompson. O conceito de classes pode tomar dois rumos, conforme o momento histórico ao qual ele se aplica:

No capitalismo a classe é uma realidade histórica imediata e em certo sentido vivenciada diretamente, enquanto nas épocas pré-capitalistas ela pode ser meramente um conceito analítico que dá sentido a um complexo de fatos que de outro modo seriam inexplicáveis (HOBSBAWM, 2000, p. 88).

Percebe-se, então, que a "classe" não pode ser considerada um conceito estático; ele é fluido e dinâmico. A classe não pode ser considerada uma categoria e tampouco uma estrutura: como ela existe objetivamente na história, unifica pessoas e acontecimentos diferentes através de uma mesma experiência, determinada por fatores externos, especialmente as relações de produção, algo diferente da "consciência de classe". A consciência de classe, segundo Thompson, assim como o conceito de classe, além de não se manifestarem de modo separado, são o último estágio do processo, não o primeiro. Elas devem ser consideradas conjuntamente, não mecanicamente e de modo distinto.

Quando digo que classe e consciência de classe são sempre o último estágio de um processo real, naturalmente não penso que isso seja tomado no sentido literal e mecânico. Uma vez que uma consciência de classe madura tenha se desenvolvido, os jovens podem ser "socializados" em um sentido classista, e as instituições de classe prolongam as condições para sua formação. Podem-se gerar tradições ou costumes de antagonismo de interesses. Mas tudo isso faz parte da complexidade que habitualmente encontramos na nossa análise histórica, especialmente a contemporânea (THOMPSON, 2001, p. 25).

Agora é possível se aproximar do modo como Roque Callage compreendia a população laboriosa de Porto Alegre que vivia à margem do interesse dos órgãos públicos, submetida aos abusos da dominação do capital. O cronista não considerava as classes trabalhadoras apenas segundo os ofícios (operários fabris, empregados do comércio, etc.), mas compreendia que todos eles faziam parte de uma classe única: a classe operária. Quando se considera a fluidez e imprevisibilidade das ações humanas dentro de um processo histórico, a classe pode ser concebida como uma relação entre indivíduos que percebem e articulam uma identidade que as une. Callage entende a formação de classe do operariado porto-alegrense através de aspectos objetivos, como a experiência que os indivíduos partilham: a falta de condições básicas de higiene, a

moradia exorbitantemente custosa, assim como a alimentação e os transportes, os abusos cometidos pelos empregadores, etc.

No Rio Grande do Sul, o desenvolvimento industrial ocorreu devido à constante tecnificação de algumas empresas líderes de mercado, apesar de que o número de pequenas manufaturas, com escassa mão-de-obra, ainda prevalecesse no Estado. Em 1913, a revista *O Progresso*, transcrevendo os dados fornecidos pelo Boletim do Ministério da Agricultura, aponta o RS como o quinto estado em quantidade de estabelecimentos fabris, ficando atrás do Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; o Relatório da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul de 1919 aponta um total de 12.950 fábricas, empregando 65 mil operários. Apesar de estar em quinta posição quanto ao capital, o Rio Grande do Sul era o terceiro em valor de produção e em números de operários empregados, e ao se comparar o capital e o valor da produção, obtendo-se assim o rendimento das fábricas, o Estado era alçado à primeira colocação. Ou seja, os operários gaúchos produziam, anualmente, mais que os operários de outros estados do Brasil. Sandra Pesavento, em *A burguesia gaúcha* (1988), apresenta estes dados, afirmando que era "alta a produtividade da mão de obra (ou exploração da força-trabalho), sem que houvesse uma mecanização tão grande como aquela ocorrida em São Paulo, Distrito Federal ou Rio de Janeiro" (ibid., p.28).

Porto Alegre se expandiu para os arrabaldes, onde prevaleciam as habitações mais modestas, normalmente utilizadas pelos operários e empregados das indústrias. Diferentemente das áreas centrais da urbe, a "zona nobre" onde seus habitantes eram (até certo ponto) favorecidos por uma melhor condição sanitária e estrutural, tomando como exemplo o transporte oferecido pela Companhia Força e Luz, a iluminação pública e a oferta de água encanada, os bairros fabris sofriam com a falta de arruamento, obras de saneamento, transporte e construções habitacionais. A visível disparidade entre os serviços ofertados pela municipalidade para as duas regiões causou o que Sandra Pesavento denomina como "questão social": a produção acima dos padrões nacionais pelos operários gaúchos não se converteu em benesses para os empregados das fábricas, pois seus salários continuaram insuficientes para suprir as necessidades básicas de suas famílias, e os órgãos municipais não encontravam meios para sanar as precárias condições de vida dos trabalhadores (ibid.).

Roque Callage não apenas se mostrava sensível a esta situação, apontando os

problemas e as adversidades que a classe operária sofria, como também cobrava da edilidade rapidez na resolução das questões urbanas e sociais. Embora em alguns momentos seja aparente um pouco de "falta de fé" pelo colunista, como explícito em crônica veiculada no dia 22 de maio de 1925, a postura de Callage sempre se manteve em defesa da população mais carente. A necessidade de transportes para a classe operária, subscrita a partir de carta enviada pelo leitor identificado como A.G.F., demonstra isso:

Novas cartas nos chegam às mãos sobre assuntos palpitantes desta leal e valorosa cidade. Reclamações! Reclamações! Reclamações... Todos, porém, nos escrevem coisas verdadeiramente justas sobre o horrível estado das ruas mais afastadas do centro, sobre a luz, a água, a higiene, sobre assuntos de toda ordem, enfim, mas que não deixam de estar diretamente ligados à vida desta capital.

A questão dos bondes, então, é assunto permanente de todos, e nem podia deixar de ser, em se tratando do mais ordinário e do mais vergonhoso serviço de Porto Alegre.

A.G.F., por exemplo, morador do Caminho do Meio, escreve-nos longa carta, dizendo-nos entre outras coisas o seguinte:

“Para bem aquilatar da nossa pretensão, faça V. s. uma digressão ao Caminho do Meio, digo ao arrabalde de Petrópolis, das 6 às 8 horas da noite e verá o espetáculo que se lhe deparará: milhares de pessoas, na sua maioria operários, em caminho de seu lar, estafados de trabalho diário, percorrendo uma estrada péssima, e, agora, no inverno, cheio de lama, quase intransitável. Tudo por quê? Por não haver um meio qualquer de condução, ou por outra: por não ter a Companhia Força e Luz providenciado, como promete há muitos anos, para bem servir da nossa população.

Enfim, empenhe-se v. s. por uma solução favorável a esse problema palpitante e terá o reconhecimento de milhares de cidadãos.

De antemão, agradeço e subscrevo-me – A.G.F., assíduo leitor do ‘Diário de Notícias’.”

Como se vê, é uma pretensão justíssima essa. Temos, entretanto, muito pouca fé, quase nenhuma esperança na realização desse melhoramento palpitante. Descanse o público “cansado de sofrer”: tudo o que depender da Força e Luz é irrealizável, é impossível. Ela só serve para chorar misérias e retardar o progresso da cidade. Tocou a encher o pandulho, sim, é com ela. Fora disso, nada. C. (AC, 22/05/1925, p. 5).

Além da preocupação os complexos habitacionais para os operários, Callage se solidariza, fazendo coro ao leitor A.G.F., não apenas com a falta de transporte e com a promessa, não cumprida, da empresa responsável pelo transporte de bondes em reduzir o valor para os proletários menos afortunados, mas também de calçamento no bairro Petrópolis e as péssimas condições de preservação que as ruas do mesmo se encontram. Apesar de não fazendo parte do distrito operário demarcado pela planta municipal de Alexandre Ahrons, o arrabalde Petrópolis servia como ponto de intersecção entre os auto-ônibus que os levavam das fábricas e suas moradias, na zona operária

(PESAVENTO, 1988).

Apesar da forte interação entre o cronista e seu público, evidenciada tanto pela considerável quantidade de correspondências que Callage recebia como pela constante publicação de cartas em sua coluna, nota-se que em nenhuma das crônicas analisadas registrou-se alguma endereçada por operários, ou mesmo por um sindicato que porventura os representasse²⁶. Chama a atenção a ausência de representantes proletários entre aqueles que interagiam com o cronista, entretanto não se pode deduzir que os mesmos não liam, ou se inteiravam, de um modo ou outro, do conteúdo da coluna através de leituras coletivas em voz alta. A parcela de incapazes de ler entre os operários fabris era alta, mas gradualmente diminuiu com a criação de Escolas Técnicas pelos industriários, onde não apenas os filhos e os operários podiam ser alfabetizados, mas solucionava uma questão cara à constante modernidade à qual a produção industrial porto-alegrense estava passando: a falta de mão-de-obra qualificada.

Vem a propósito os comentários e sugestões que, a seguir, registramos:

Em 1910, A Viação Férrea inaugurou, na Várzea do Gravataí, uma pequena estação para manobras de suas máquinas, em virtude da exiguidade de espaço na estação da Rua Voluntários da Pátria. Mais tarde, essa estação foi ampliada e ali, foram, então, instalados uma grande oficina para reparação do material rodante, onde trabalham muitas dezenas de operários, grandes depósitos para locomotivas e carros de passageiros, armazéns de fornecimento, Escola de Artes e Oficinas, etc. Por sua vez, as edificações particulares também aumentaram consideravelmente. Muitas casas comerciais ali se estabeleceram, de modo que, de simples várzea que era, aquele local transformou-se num arrabalde populoso.

Gravataí é hoje, um subúrbio já quase ligado a Navegantes e São João, possuindo grande número de ruas, todas cheias de habitações, na sua maioria modestas casas de operários, empregados, não só da Viação Férrea, como das fábricas existentes na vizinhança, principalmente em Navegantes.

O que falta, porém, aos seus moradores, é um meio de transporte barato. A Companhia Carris Porto Alegrense até hoje não estendeu os seus trilhos até lá, terminando a sua linha na segunda quadra da Rua Sertório; por sua vez, os ônibus continuam no erro de só percorrerem as ruas servidas pelos bondes e alcançam os pontos alcançados por aqueles; e a Viação Férrea, que podia muito bem, salvar a situação daquela pobre população de trabalhadores, só vende passagens para Canoas, obrigando os passageiros a pagarem o percurso de 14 quilômetros, quando, de fato, só viajam 5.

Por isso, julgamos que seria muito razoável que a Viação Férrea adotasse as passagens para subúrbios (Navegantes, Gravataí e Canoas), a exemplo do que se faz no Rio e São Paulo, cujas cidades se desenvolvem de um modo assombroso, auxiliadas pelas diversas companhias ferroviárias que se servem com tarifas e horários especiais para subúrbios.

É só com a estrada de ferro que poderemos contar nessa justa aspiração, a menos que o serviço de bondes e de auto-ônibus não seja modificado de

²⁶ Para informações quanto ao movimento sindical em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX, consultar *A burguesia gaúcha*. (PESAVENTO, 1988) e *Nós do Quarto Distrito* (FORTES, 2001).

forma a atender as necessidades de vários bairros e zonas populosas, que permanecem até agora, sem o menor meio de transporte. O não ampliação das linhas de bondes, que continuam a percorrer a mesma área que percorriam em 1908, época em que foi instituído o seu tráfego, e o erro dos auto-ônibus em só quererem trafegar por onde e, até onde aqueles trafegam, são as verdadeiras causas de muitos dos nossos subúrbios ainda estarem lamentavelmente abandonados. C. (AC, 06/11/1927, p. 5).

Ao mesmo tempo que os problemas de moradia, saneamento, higiene e formação de operários qualificados para operar a maquinaria era sanada pela "benevolência" dos capitães da indústria porto-alegrense ao construir as escolas, habitações modestas, porém cômodas em arrabaldes próximos às fábricas, com flagrante disfarce na dominação por eles exercida sobre a população laboriosa, segundo Pesavento (1988), algumas necessidades continuavam desassistidas. A falta de uma linha que ligasse o subúrbio, ou mais precisamente, os trechos não contemplados pelos trilhos dos bondes, ao centro da cidade, chamou a atenção de Callage. Enquanto alguns serviços necessários ao estabelecimento de centros populacionais nas proximidades das indústrias eram patrocinados pelas próprias empresas, os que ficavam à cargo do município eram negligenciados, ou quando muito, não eram consideradas urgentes.

A redução das passagens nos bondes para operários das indústrias em 50%, por exemplo, entrou na pauta do Conselho Municipal em 1917, entretanto só foi implantada no ano de 1926, segundo o relatório do Intendente de Porto Alegre. A Companhia Força e Luz manteve, pelo valor único de 200 réis, o tráfego de carros para operários em dois turnos distintos, entre as 05h30min e 07h30min da manhã, e à tarde, entre as 17h e as 19h (RELATÓRIO DO INTENDENTE DE PORTO ALEGRE, 1926). As causas da demora são apresentadas pelo mesmo relatório, em que a conjuntura da época, especialmente pela situação que a indústria europeia passou no período pós-guerra, são apontadas. No ano de 1930, entretanto, a situação política brasileira, assim como o crescente desemprego, são apontados como a principal causa da carestia e miséria que se abateu sobre os proletários.

Porto Alegre está passando por uma crise tremenda, enchendo de penúria os lares do operariado das nossas fábricas.

Chegou a hora da aflição.

Chegou a hora da miséria.

Neste momento estamos sentindo o reflexo, senão o efeito direto dos desmandos do atual governo da República. Cabe a ele, exclusivamente, toda a responsabilidade pela situação de calamidade por que passa o país. A insegurança não só da nossa vida comercial e industrial, mas de todas as

nossas fontes de atividade e de trabalho é um consequência lógica do ruinoso plano financeiro do governo como da sua atuação política anterior e posteriormente à eleição dos candidatos a sucessão presidencial a República. Não fora a teimosia do chefe da Nação em ambos os casos, outra certamente seria a situação do país.

Porto Alegre, como todos os centros de intensidade industrial, tinha que sentir os efeitos de todas essas calamidades.

Para nós também chegou à hora do sofrimento, a hora angustiosa da miséria. E é o proletário das nossas fábricas e oficinas quem sofre imediatamente as consequências do mal. A restrição dos dias de trabalho que se vem verificando nos mais importantes estabelecimentos fabris da capital, sem falar em outras fábricas que trabalham com pessoal muito reduzido, tem contribuído para tornar mais grave, para tornar mais penosa a situação. Quem visita os nossos bairros de densa população operária como São João, Navegantes e, Gravataí, sente imediatamente os efeitos da crise. O número dos sem trabalho aumenta dia a dia, tendo mesmo duplicado no decorrer da semana que hoje finda. De um desocupado ouvimos esta expressão significativa:

- Ah! Patrão! Aqui também a coisa anda preta!... Não é só São Paulo, como dizem. Também em Porto Alegre a situação está cabeluda!...

Ele tem razão. Quem indaga, quem percorre e visita todos os pontos habitados pelo operariado constata que algo de anormal se está passando. Não só a redução dos dias de trabalho, como a dispensa definitiva de muitos empregados de oficinas e fábricas tornou mais flagrante e mais vivo o quadro doloroso da cidade. C. (AC, 02/08/1930, p. 3).

Munido com um discurso político, culpando o resfriamento da indústria gaúcha às decisões políticas do Governo Federal, Roque Callage compreende o período de aflições e desemprego pelo qual o proletariado passa. A classe operária desprotegida, inicialmente em São Paulo e posteriormente em Porto Alegre, encontra na eleição sucessória da presidência os motivos para a crise. Entretanto a situação é um pouco mais complexa. No intervalo entre 1913 e 1931, o maior uso de maquinário no processo produtivo gerou, segundo críticas veiculadas na revista *Terra Gaúcha* (1931), o problema de "desocupação e desemprego" da população sul-rio-grandense. O crescente uso de máquinas pelas fábricas do Estado, apoiado pelo processo fordista de produção, complementava os preceitos tayloristas praticados nas fábricas gaúchas desde o final do século XIX (TERRA GAÚCHA, 1931).

A racionalização da linha de produção, na tentativa de ampliar os lucros, o controle sobre a produção e minimizar os custos, incidiu em prerrogativas adotadas pelo empresariado gaúcho, tais como a noção de que "tempo economizado é dinheiro ganho", a meta de "produzir mais e melhor", a tecnificação e a divisão dos processos produtivos, etc. Os empresários e donos da indústria fabril, entretanto, realizavam um endosso seletivo dos pensamentos de Ford: alto salários ou participações dos operários no lucro das empresas, como não serviam aos interesses da burguesia sulista, estavam

descartados; a adoção de determinados preceitos e ideias, elaborados a partir de outra realidade, não são obrigatoriamente adotados em sua totalidade pelos grupos que deles buscam guarida, antes, apenas endossam o que lhes convém (PESAVENTO, 1988).

Este novo espaço industrial favorece o "parcelamento de tarefas", distanciando o operário do produto final, ao mesmo tempo que desqualifica o trabalho especializado, antes realizado por um funcionário que controlava o processo produtivo. Profissionais menos qualificados passaram a ocupar cargos antes preenchidos por artesãos, realizando tarefas progressivamente subdivididas em atividades mais simples. A situação do trabalho feminino, dentro desta conjuntura, é apontada por Roque Callage n'A *Cidade* de 07 de julho de 1929:

Porto Alegre já possui aspectos perfeitamente semelhantes aos dos grandes centros de atividade fabril. Nos bairros de São João e Navegantes, à hora da entrada e saída das fábricas tem a gente a impressão viva desse intenso formigueiro humano que busca no trabalho o pão de cada dia. São centenas e milhares de operários que se agitam nesses grandes estabelecimentos com que conta a industriosa capital rio-grandense, predominando aqui como em toda parte a mulher, representada por moças cuja idade varia dos treze aos vinte anos.

Não só por mais delicado e habilidoso, como por ser ainda muito mais barato que o do homem, acentua-se cada vez mais o predomínio do labor feminino das nossas oficinas e fábricas. São em verdade essas criaturas enfraquecidas, depauperadas na luta do dia a dia, as que contribuem com maior esforço e maiores resultados para a prosperidade e riqueza dos nossos industriais. Não só a miséria do salário, que mal dá para uma alimentação parca como as enfermidades adquiridas em virtude de tenaz esforço, ou mesmo em consequência das intempéries a que se expõem da saída de casa para a fábrica e vice-versa, são condições de sacrifício tremendo que acabam por arrastar à ruína física a um sem número dessas criaturas em pleno verdor dos anos. Basta vê-las à saída ou entrada do serviço para se ter uma impressão fiel do drama silencioso da mocidade que rui. Meninas de quatorze anos já mostram a velhice estampada no rosto, resultante cruel de um trabalho que para resistir-lhe exige absoluto rigor do organismo. É de ver a enorme multidão dessas criaturinhas entregues ao labor das fábricas de Porto Alegre. Em troca do salário que lhes deverá dar o vestuário e a alimentação, em troca do ordenado com que procuram minorar a situação material da família, aliviando-a dos pesados encargos domésticos, em troca de tudo isso, elas deixam na oficina ou na fábrica a mocidade e a saúde.

É doloroso em verdade, o espetáculo que a nossa capital oferece nesse sentido. Nos bairros de uma densa população pobre, onde em maior número se encontram meninas e moças que vivem do trabalho das fábricas, são por isso mesmo os que nos mostram tantos e tantos exemplares de mocidade finada. Fanada pelo esforço e pelo sacrifício que deles exige a luta pela existência. C. (AC, 07/07/1929, p. 4).

A partir da sistematização fordista das grandes empresas pelos senhores de indústria sul-rio-grandenses, os operários se distanciaram do controle do processo

produtivo, aliados do conhecimento técnico característico do ofício artesanal, restando ainda mais distantes do produto final. Este processo de desqualificação de trabalho permitiu a incorporação de mão-de-obra mais barata pelas empresas, como mulheres e crianças. Com a subdivisão de tarefas, o papel do artesão, operário de unidades manufatureiras e detentor de saber técnico, tornou-se obsoleto e deu espaço para um novo contingente de força trabalho nas empresas: os operários de baixa remuneração (PESAVENTO, 1988).

A política econômica então praticada no Brasil, de aspecto liberal, implicava na inclusão precária e marginal de mão-de-obra normalmente desqualificada. Mesmo próxima de uma noção de "exclusão", as mulheres operárias estavam inseridas tanto em um processo de produção como em um processo de consumo (MARTINS, 2015). Roque Callage não se furta de ilustrar a cena da saída das fábricas: mulheres pobres, com idades que margeiam a adolescência e o início da vida adulta, são aviltadas de seu vigor físico e juventude; suas remunerações mal são suficientes para a sua própria subsistência, faltando-lhes, inclusive, o suficiente para se alimentar. As precárias condições financeiras da população mais modesta levavam as mulheres a procurarem emprego nas fábricas, apesar da degradação de sua saúde devido às precárias condições de trabalho às quais eram expostas. Em setembro de 1930, Callage novamente escreveu uma coluna onde as mulheres operárias foram as protagonistas:

Tenho uma admiração incondicional e um entranhado respeito por todos aqueles que, para ganhar o amargo pão de cada dia lutam com as maiores dificuldades e se sujeitam, às vezes, às mais dolorosas humilhações. Vai, por certo, nessa minha atitude, o espírito de solidariedade de classe. Só isso bastaria para eu acompanhar com comovido interesse o gesto desses grevistas pacíficos que acabam de abandonar o trabalho de uma fábrica onde ganham o parco sustento de suas famílias, se a sua atitude não traduzisse ainda um alto sentimento de humanidade e de solidariedade para com os demais companheiros de classe.

Diante do ocorrido permito-me o direito de abrir as válvulas do meu sentimentalismo de brasileiro, para dizer que tenho uma infinita piedade por essa enorme legião de criaturas femininas, na sua grande maioria de menor idade, arremessadas para o fundo sombrio e tumultuário das fábricas onde vão ganhar o negro pão que é por sua vez repartido em casa entre os seus. Em troca do salário mesquinho, essas pobres crianças lutadoras tão dignas de toda a solidariedade, de uma melhor legislação social, que as ampare e defenda das injustiças frequentes, deixam nas oficinas de trabalho o máximo que podem dar de sua energia, o seu vigor de inteligência e de braço. Deixam mais do que isso: deixam a própria saúde e quiçá coisa mais preciosa quando o abuso e a violência encontram no desamparo, na fragilidade e nas duras necessidades da humilde operariuzinha, a porta aberta à brutalidade dos instintos.

É de lamentar que sendo a atividade manual da mulher de maior rendimento e muito mais barata do que o homem, pelo menos dentro das nossas grandes oficinas fabris, continue ela no mais completo desamparo. Fábricas há aqui como em toda a parte, onde as pequenas operárias ganham uma verdadeira miséria, independente de estarem precipitando um destino que só poderá ser de amarguras com a perda da saúde e com o aniquilamento de suas melhores energias.

Atentemos por um momento para esse quadro doloroso dos nossos centros de labor coletivo, onde o operariado feminino se debate em luta terrível com os magnatas que o exploram e com a miséria que o aguarda no fim da vida, quando lhe faltar a força do braço e quando a saúde não lhe permitir erguer-se do leito para continuar na tragédia silenciosa das fábricas o incessante trabalho que lhe garante a alimentação mesquinha, que é toda a tortura dos que passam a vida lutando e sofrendo. Atentemos um pouco para os tristes aspectos que esse quadro oferece, certificando-nos do quanto ser necessário uma legislação que valorize moral e materialmente as belas energias que nele atuam e que nele perecem. C. (AC, 07/09/1929, p. 3).

Mais uma crônica de Roque Callage pode ser elencada para esta categoria de “trabalho feminino”. A situação de precariedade que três telefonistas enfrentam em uma agência localizada na Rua 7 de Setembro, é apresentada pelo cronista n’*A Cidade* de 12 de novembro de 1930. O colunista relata que na “modesta repartição, cujo recinto é “compridamente acanhado” e as “pobres funcionárias” atendem com gentileza quem ali se dirige para transmitir fonogramas, é visível o contraste entre as condições de trabalho e a solicitude com que as “três moças” exercem suas atividades e “ganham com honra e aprimoramento a sua vida” (AC, 12/11/1930). O trabalho feminino era visto de uma maneira um pouco distinta por Roque Callage. Se por um lado demonstrava a independência das mulheres, por outro não apenas este trabalho as exauria como as deixava vulneráveis a abusos e violências de todas as ordens.

Quando tem-se como orientação o código civil brasileiro de 1916, percebe-se a desigualdade na relação entre homens e mulheres quanto à chefia do lar, onde os primeiros eram responsáveis por trabalhar e prover suas famílias, enquanto às mulheres cabia a tarefa de restar como guardiã do lar, podendo trabalhar fora de casa apenas com a permissão do cônjuge (BRASIL, 1916). Ou seja, aos homens era permitido o espaço público, enquanto às mulheres, apenas o privado. Claro que para as parcelas populacionais mais modestas, estas leis eram mais flexíveis. As mulheres operárias trabalhavam nas fábricas para ajudar a completar a renda familiar, isso quando as próprias não se tornavam chefes de suas famílias. Entretanto, quando exerciam atividades fora do âmbito privado, estavam sujeitas a passar por situações muitas vezes confundidas como pouco honestas, o que favorecia a frequência de abusos sexuais e morais (PESAVENTO, 1994a).

Os abusos aos quais os operários eram submetidos, tanto morais quanto sexuais, também são apontados por Nicolau Sevcenko (2014) como uma das tragédias coletivas das quais o proletariado era submetido. As práticas disciplinares impostas pelas fábricas, aliadas à longa jornada de trabalho, além da constante vigilância dos empregadores e das humilhações, proibições e punições praticadas, era recorrentemente comparadas a práticas de escravidão pelos jornais operários. O quadro de violências contra os trabalhadores, de abusos físicos, morais e não raro sexuais, servia como articulador do repressivo mercado de trabalho paulista (SEVCENKO, 2014).

Além dos operários fabris, da parcela da população que mourejava nas fábricas, os empregados das casas de comércio também foram protagonistas da coluna assinada por Roque Callage. Um pouco diferente da massa de indivíduos que habitava os arrabaldes da cidade, próximos às indústrias, os comerciários, ao menos os que chamam o interesse do jornalista, muitas vezes moravam no mesmo estabelecimento no qual trabalhavam, o que, se por um lado poderia sugerir um pouco mais de conforto, por outro representava mais horas de trabalho, conforme a crônica publicada em 27 de novembro de 1927:

Noticiou esta folha, em sua edição de ontem, que os empregados do comércio varejista de Porto Alegre estão cogitando de obter dos patrões o fechamento de suas casas às 19 horas.

Muitos proprietários de estabelecimentos de vendas a varejo, que já tiveram conhecimento dessa iniciativa, logo se mostraram inclinados a satisfazer a pretensão dos seus empregados, dependendo, apenas, de ser oficializado esse horário.

Cremos mesmo que com mais um pequeno esforço dos interessados, terão eles conseguido plenamente o fim almejado.

Nada mais justo do que esta pretensão dos empregados do comércio varejista. Trabalhando desde as primeiras horas da manhã até à noite, apenas com um pequeno intervalo para o almoço esses dignos auxiliares dos nossos inúmeros e variados estabelecimentos comerciais, não têm quem lhes leve vantagem no maior espaço de tempo a que estão sujeitos ao trabalho. São doze ou mais horas por dia, de plena atividade, de pé, atrás do balcão, sem o menor descanso a não ser à noite, depois de fechada a casa, sendo que muitos ainda ficam encerrados horas e horas lá dentro, arrumando o que foi desarranjado durante o dia.

É um labor incessante, que precisa o quanto antes ser regulamentado, em benefício mesmo da própria saúde desses esforçados colaboradores da prosperidade dos patrões. Não é justo que se continua tirar o máximo proveito do seu esforço e da sua atividade, sem uma necessária regulamentação do número de horas de trabalho, em que os mesmos estão entregues exclusivamente a um labor exaustivo.

Casas há que nem aos domingos dão o necessário descanso aos empregados. É como se vê, uma iniquidade que precisa desaparecer o quanto antes do nosso comércio miúdo, em face mesmo das modernas conquistas do trabalho universal. Temos, entretanto, certeza que a maioria do nosso comércio varejista, reconhecendo a necessidade de dar maior folga aos seus auxiliares,

não hesitará em atender o que agora se lhes pede: o fechamento de suas portas às 17 horas.

Com isso se pratica um ato de verdadeira justiça em favor da numerosa classe dos empregados das casas de varejo desta capital, classe que é uma das que mais trabalham e lutam sem que a maioria dos casos os seus salários correspondam à sua dedicação e esforço. C. (AC, 27/11/1927, p. 5).

Mais uma vez se dirigindo a uma parcela de trabalhadores, é possível relacionar a visão do cronista com a de Thompson, percebendo estes indivíduos como constituintes de uma classe (termo utilizado pelo próprio Callage), entretanto, mais organizada. As leis trabalhistas que ajudaram a amenizar os abusos sofridos pelos trabalhadores só tomaram corpo em 1943, entretanto, quando Callage noticia que "empregados do comércio varejista de Porto Alegre estão planejando obter de seus patrões...", há a sugestão que um corpo organizado de comerciários está dialogando e tentando entrar em acordo com seus empregadores. Diferentemente dos operários descritos n'*A Cidade*, onde não se encontra nenhuma referência a alguma organização de qualquer natureza, e são apenas descritos os sofrimentos recorrentes das condições de trabalho e os baixíssimos salários, quando os protagonistas são os empregados das lojas de comércio, o tom da crônica sofre uma perceptível mudança.

Ambas as categorias podem ser consideradas excluídas e marginalizadas, mas alguns elementos são distintos quando o cronista se refere ao segundo grupo, dos empregados do comércio. A questão da moradia dá lugar à carga de trabalho, algo que não foi proposto por Roque Callage quando se referiu ao operariado; dos integrantes do labor fabril, as parcas e insalubres condições de trabalho que comprometem a juventude e a saúde dos operários, assim como o baixo salário, aliado às condições de moradia pouco higiênicas e a falta de transporte, são os principais apontamentos do cronista. De maneira um pouco diferente recaem as atenções de Callage sobre os comerciários. As queixas do cronista, assim como sua defesa da classe dos empregados, estão afinadas com a regulamentação de leis trabalhistas que protejam um máximo de horas de serviço devido ao desgaste da atividade.

A questão das férias para os funcionários também é assunto n'*A Cidade*. Em julho de 1926, Callage trouxe ao público a informação que um jornal carioca "estranhou" o fato de a Associação Comercial de Varejistas de Porto Alegre não conceder férias aos empregados do comércio:

A Associação Comercial dos Varejistas de Porto Alegre, segundo se sabe, é contrária à concessão de férias aos empregados do comércio.

Comentando o fato, o "Correio da Manhã", do Rio, estranha essa atitude de verdadeiro egoísmo, dizendo entre outras coisas que, dentre os que trabalham no comércio, são sem dúvida os empregados varejistas os que têm piores horários e mais intenso serviço e sobre os quais pesa um sem número de responsabilidades.

De fato, não se compreende como se possa negar à digna e laboriosa classe caixeral a insignificância de uns dias de férias no decorrer de todo um ano de intensa atividade, em que o empregado trabalha desde a manhã, com repouso apenas à hora da refeição, ao meio dia.

É preciso que a Associação dos Varejistas saiba que o empregado do comércio, hoje, é o maior fator da prosperidade da casa em que trabalha, para a qual ele entra com a sua dedicação e a sua mocidade em anos e anos de trabalho a fio, tendo apenas o seu ordenado como única recompensa.

Nada custa, portanto, conceder à esforçada classe as diárias a que ele vai ter direito por lei.

Negar esse benefício, dificultar a execução dessa lei prestes a ser regulamentada pelo Congresso, é dar provas de um egoísmo violento, e até certo ponto, revoltante. Tão antipático gesto só poderá provocar indignação não só por parte da digna e laboriosa classe dos empregados, mas por parte daqueles que acompanham com interesse todos os nobres e elevados movimentos sociais.

Felizmente, essa egoística atitude da entidade local não terá eco suficiente para alterar o que já está elaborado em benefício de uma classe por todos os títulos digna da nossa simpatia, da nossa solidariedade e do nosso respeito. C. (AC, 15/07/1926, p. 5).

Novamente o cronista se posiciona em defesa da parcela menos favorecida. Antes de 1932 não havia sido cunhada a carteira de trabalho, e a primeira Inspeção Regional do Ministério do Trabalho só veio a Porto Alegre em 1933, após a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por Getúlio Vargas. Deste modo, a negociação entre os comerciários e seus patrões ocorria sem a intermediação, diretamente entre as partes envolvidas (A POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA, 1983). Uma emenda constitucional em 03 de setembro de 1926 conferiu ao Congresso Nacional a prerrogativa de legislar sobre o trabalho, o que se consolidou com o decreto nº. 17496, em outubro do mesmo ano, regulamentando a concessão de férias para os empregados e operários de estabelecimentos comerciais e industriais (DECRETO 17496/26). Não deixa de chamar a atenção o fato de o periódico *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, ser utilizado pelo cronista para validar seu posicionamento quanto ao "egoísmo" dos proprietários de estabelecimentos comerciais.

Nota-se na defesa que Callage pronuncia em favor dos empregados varejistas, a colocação pertinente aos "que acompanham com interesse todos os nobres e elevados movimentos sociais Não é estranho perceber que o cronista, defendendo a "classe caixeral", utiliza recursos que pedem, mesmo implicitamente, o apoio de parcelas da

comunidade porto-alegrense sensíveis à empatia pelos menos favorecidos. Um alento para os comerciários, entretanto, é veiculado em sua coluna no último dia de outubro de 1925.

A Cidade teve ontem mais um dia de feriado. Foi o dia do empregado do comércio, o primeiro que lhe é oficialmente consagrado.

Lá pela manhã inúmeras casas fecharam suas portas. Do meio dia para tarde todo o resto do comércio fechou. Foi por assim dizer uma manifestação unânime de solidariedade para com a nobre e laboriosa classe. Ela bem merecia essa homenagem de ordem moral. Lutando com todas as dificuldades, sujeita a todos os vai e vem da vida, sem um ordenado capaz de compensar a sua insana labuta de todos os dias, sofrendo como as demais classes de trabalho as duras consequências apavorantes da crise e da carestia porque atravessamos, obrigada, além de tudo, à devassa dos caminhos de sua vida privada, e, mesmo assim, a classe dos empregados do comércio, a impulsora admirável da prosperidade dos nossos comerciantes que a ela devem em parte, a razão do seu engrandecimento e do seu bem estar.

Bem razoável, portanto, que ela tivesse o seu dia simbólico, a data representativa da sua atividade, o seu dia feriado, enfim. O Brasil está cheio de feriados de toda a maneira, sem a menor significação moral, política, cívica ou patriótica.

Não era de estranhar, portanto, que tivéssemos também o feriado do empregado do comércio, que faz parte de uma das classes mais dignas da nossa simpatia e do nosso apreço – fator admirável do progresso e do desenvolvimento social do meio.

Por tudo isso, entendemos que foi de alta significação o dia de ontem.

Aqui deixamos a homenagem da “Cidade”, à nobre classe que enche a cidade de vida, de alegria e de animação. C. (AC, 31/10/1925, p. 5).

Um ano antes da implementação do decreto que regulamentava o direito a férias aos empregados do comércio, foi celebrado em Porto Alegre um dia em sua homenagem. Percebe-se que o cronista não apenas comemora a lembrança do dia, mas também equipara os comerciários com os operários, ao menos em algumas vicissitudes que ambos os grupos partilham: a labuta diária e sacrificante, o baixo salário, a crise e a "carestia" (não apenas os funcionários do comércio e o operariado sofriam por esta situação, mas Callage utiliza o pronome "nós").

A equiparação entre os comerciários, os operários fabris e as "demais classes trabalhadoras" transparece, mesmo que inconscientemente, uma definição pontual do cronista sobre o conceito de "classes". Roque Callage não utiliza o termo simplesmente por falta de outra denominação; existem várias nomenclaturas que poderiam comportar de maneira eficaz o mesmo significado. Callage aparentemente utiliza o termo "classe", entretanto, para designar um conjunto de indivíduos que partilha de uma mesma "experiência". Este grupo de indivíduos estaria ligado principalmente pela natureza de seus ofícios (operários, empregados de comércio, etc.), constantemente relegados às

margens da sociedade porto-alegrense, onde precisam mourejar (termo utilizado pelo colunista em inúmeras crônicas) por exaustivas jornadas de trabalho e vendo-se obrigado a viver com baixas remunerações, constantemente alijados de direitos básicos, a grande maioria não prevista na Constituição vigente.

6. OS “ESQUECIDOS” D’A CIDADE

Os ninguéns

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura. Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, f*** e mal pagos: que não são, embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não tem cultura, têm folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata (GALEANO, 2015, p. 42).

Talvez iniciar este capítulo com uma epígrafe emprestada de Eduardo Galeano seja um pouco visceral, entretanto seus "ninguéns" estão muito próximos dos "esquecidos" de Roque Callage. Ao longo dos anos de veiculação de seu espaço no *Diário de Notícias*, dentre os inúmeros assuntos abordados por Callage, o tema dos excluídos, marginalizados e indefesos aparece com tal frequência que se percebe necessário compreendê-los com mais cuidado. Diferentemente de Galeano, ao afirmar que "não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local", n'A *Cidade* os infortúnios sofridos pelas parcelas mais necessitadas da população porto-alegrense, encontram, além de registro, a voz (ou "pena", mais propriamente) e a atenção de seu cronista. Definir "excluídos", "marginalizados", "indefesos", ou mesmo os "esquecidos", entretanto, não é uma tarefa simples. Atividade ainda mais complicada é, inclusive, tentar compreender como estes termos acima elencados são utilizados por Roque Callage, e mesmo perceber o modo como o cronista encontra na sociabilidade da capital gaúcha as distintas categorias dos personagens que vivem à sua margem.

As manifestações de solidariedade também não fogem ao olhar crítico de Callage; elas também são apresentadas n'A *Cidade*, como o aumento das taxas urbanas, a deficiência do transporte público, a ganância dos proprietários de indústrias, o abuso dos valores de gêneros alimentícios e as fraudes aos mesmos, que competem para tornar ainda mais amarga a vida dos desvalidos, defendidos pelo colunista. Inúmeros outros "esquecidos" figuram entre as colunas d'A *Cidade*, mas antes de esmiuçar uma análise mais profunda para compreender o quadro de indivíduos em situação de exclusão e

marginalização apresentado por Roque Callage, é necessário encontrar uma definição para estes indivíduos que se aproxime à do autor. Alguns termos tão comumente utilizados pelo cronista, como os “pobres”, e este com diversos complementos (pobres operários, pobres coitados, pobre diabo, etc.), “desvalidos”, “pedintes”, “aleijões”, “leprosos”, formam, enfim, um vasto grupo de expressões que designam aqueles que vivem à margem da sociedade – mas não deixam de fazer parte dela.

O sociólogo José de Souza Martins, em *Exclusão social e a nova modernidade* (2015), apresenta uma concepção através da qual entende-se que não existem nominalmente "excluídos", pois todos os indivíduos, mesmo os que se encontram à margem da sociedade, consomem e produzem para a mesma. Ou ainda, apropriam-se das "sobras" do que o sistema capitalista produz. A delimitação do termo "excluídos", e em contrapartida a dificuldade de inculcar um significado tangível para o mesmo, inclusive, é o seu ponto de partida. Uma definição, como bem escreve Boudon (1986, p. 39), "não pode ser demonstrada, mas é possível argumentar contra ou a favor". Denominar de "excluídos" a totalidade de quaisquer grupos encaminha sua compreensão para a dubiedade, já que seria possível enquadrar em uma única categoria, por exemplo, pessoas com necessidades especiais que não gozam de favorável situação econômica, recolhidas em instituições específicas para seu desenvolvimento e segurança, com indivíduos que estejam reclusos e excluídos do convívio social devido a alguma doença ou mal que impossibilite sua sociabilidade, mas que estejam bem acondicionados graças à boa condição financeira própria ou de suas famílias (MARTINS, 2015).

Não cabe aqui elencar a plenitude das mudanças que a concepção de "excluídos" e "marginalizados" passou ao longo das cinco décadas que o assunto é discutido no Brasil²⁷, mas sim tentar compreender, primeiro a fluidez de tais termos, para depois aplicá-los nas categorizações que podem ser encontradas nas crônicas de Roque Callage. Como já elencado, os termos "excluídos" e "marginalizados" apresentam alguma dificuldade para serem delimitados, muito devido ao amplo espectro de seu uso. À plenitude dos problemas sociais é atribuída a alcunha de "exclusão", muitas vezes através de reprodução mecânica e inconsciente; na verdade isto explica muito pouco e

²⁷ José de Souza Martins esclarece que paulatinamente passou-se de "incertezas humildes" sobre as definições de excluídos e marginalizados, nas décadas de 1960 e 1970, e início dos anos 1980, para o "quadro de certezas arrogantes", de ali em diante (2015, p.7).

apenas confunde a prática e a ação de quem busca compreender as transformações sociais. Não é incomum a categoria "exclusão" substituir a ideia sociológica de "processos de exclusão", dentro da qual se compreende outros dois mecanismos, o de "exclusão integrativa" e de "marginalização". O rótulo de "excluídos", por seu caráter fluído e abrangente, acaba criando a concepção que as pessoas pobres e fracas são empurradas para fora da sociedade, sendo privadas das melhores e mais conceituadas relações sociais. Em verdade, este movimento de exclusão as atrai para dentro da sociabilidade, porém sob a condição de subalternos reprodutores mecânicos do sistema econômico, indivíduos que não reivindicam e tampouco protestam frente às privações, carências e tratamentos desiguais pelas quais passem (MARTINS, 2015).

Essa prática de a tudo atribuir a pecha de "exclusão", termina por não deixar compreender o sentido primordial desta categoria, de ser concebida como uma expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista, para ser percebida como algo tangível, uma "coisa" fixa, um "estado" de algo físico, irremediável e fatal. Assim, há a impressão que o processo de exclusão não fomenta a consciência crítica de que a vítima, em concreta integração, participa e transforma o interior da sociedade que a exclui. Estas distorções geram uma polarização, ou mais especificamente, um conflito contraditório entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social (ibid.). Os excluídos, assim, postos à margem dos processos produtivos e do circuito econômico tradicional, são muitas vezes considerados desnecessários, supérfluos. Ainda mais: é possível perceber um estigma que se abate sobre as comunidades e indivíduos excluídos, cuja mais drástica consequência seria sua expulsão do processo social, pois como muitas vezes seus padrões de vida são considerados "subumanos" para as normas gerais de sociabilidade, passam a ser considerados indivíduos passíveis de serem eliminados (NASCIMENTO, 1994).

Algo muito próximo é postulado por Simon Schwartzman, em *Pobreza, exclusão social e modernidade* (2004), quando se questiona sobre o modo como se deve lidar com os problemas de pobreza e miséria associados ao capitalismo. Alegando a necessidade de utilizar as concepções de autores clássicos para solucionar esta questão, Schwartzman apoia-se em Adam Smith e Karl Polanyi, afirmando que as soluções não diferiram tanto ao longo do tempo. Como Adam Smith, Schwartzman acredita que haja a necessidade de criar condições para que se floresça a iniciativa e a criatividade humana em mercados econômicos abertos. Entretanto, utiliza Polanyi quando acredita

ser necessário manter instituições que resguardem a existência de atividades mercantis enquanto protegem a sociedade contra a propensão da modernização de se autodestruir. Uma sociedade que tenha êxito em ambas as coisas, apresenta os melhores níveis de desenvolvimento e bem-estar social; entretanto, as que realizam de modo satisfatório apenas a primeira assertiva, abrem-se ao capitalismo sem desenvolver instituições que salvaguardem os direitos de seus cidadãos (e aqui o autor utiliza também o termo “cidadania”), enfrentam graves problemas de injustiça e desorganização social. O Brasil seria uma destas nações (SCHWARTZMAN, 2004).

Uma visão universalista consideraria que alguns modos de comportamento, expressão e conhecimento seriam melhores que outros, e se sobrepujariam os demais, delimitando como a sociedade deveria se organizar para potencializar os direitos de seus indivíduos. Estes valores abstratos e universais estariam presentes em todas as esferas sociais, independentes de culturas e períodos históricos. O principal problema desta visão universalista, conforme Clifford Geertz, é a “ilusão” de que a natureza humana seja estanque, constante e independente do tempo, lugar ou circunstância (ibid.). Schwartzman se apropria de Ludwig Wittgenstein para também questionar esta visão universalista e cogitar a impossibilidade de encontrar valores abstratos e comuns às distintas formas de sociabilidade. Estes valores intangíveis não poderiam ser separados das práticas humanas, o que leva à necessidade de compreender as questões morais, éticas, culturais, sociais, e de exclusão e marginalização, contidas dentro de valores históricos e sociais próprios (ibid.).

É possível compreender, então, que a exclusão é a percepção que um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, tem de um instante de “privação”. A privação de meios de trabalho, de alimentação, de moradia, de liberdade, de condições de higiene, de direitos constituídos pelo Estado, etc. Em termos gerais, é o que muitas vezes é considerado “pobreza”. O cuidado é necessário, pois, ao trocar o termo “exclusão” por “pobreza”, facilmente pode-se incorrer no erro de tratar os indivíduos incluídos neste grupo como pessoas privadas apenas de poder monetário. Esta realidade que se apresenta como “pobreza” é mais subjetiva que a simples falta de dinheiro ou comida: ela apresenta-se como uma linha móvel, separando os “pobres” dos “ricos”, que passa por constantes redefinições de âmbito cultural e social, apontando maneiras sucessivamente distintas e muitas vezes contrastantes de pobreza ou privação. A privação vai além do âmbito econômico, chegando a ter certa conotação moral. A antiga pobreza, quando a mesma

era avaliada apenas por meio da perspectiva econômica, podia oferecer aos circunstancialmente desprovidos de poder aquisitivo a perspectiva de ascensão social, principalmente através de economias oriundas de algumas privações ou de sua escolarização. A nova pobreza, por sua vez, não apresenta esta oportunidade, abatendo a condição dos pobres como uma condenação inapelável (MARTINS, 2015).

A utilização banalizada do termo "exclusão" repercute moralmente em suas vítimas, penalizando-as. Na medida do possível, os excluídos preferem não se reconhecer como tais:

É preciso, pois, saber que o uso mecânico e economicista da palavra exclusão corresponde, na consciência das vítimas da exclusão, àquilo que nelas é juízo moral condenatório do que as penaliza, integrando-as de outro modo, e não as excluindo parcial, incompleta e insatisfatoriamente nos mecanismos de reprodução e consolidação da sociedade atual (ibid., 2015, p.19).

A esfera à qual essa parcela da população excluída pertence é construída frente aos que estão do "outro" lado, os "incluídos". Este processo de alteridade é similar ao proposto por Adorno e Horkheimer em *Dialética do esclarecimento* (1947), no capítulo intitulado "Elementos do anti-semitismo", pois alicerça-se na imposição e legitimação de uma ordem dada, a partir da qual são concebidas imagens que contrastam entre "nós" e "os outros"; barbárie e civilidade, por exemplo, ou retornando à questão entre "excluídos" e "incluídos", são tratados como construções imaginárias de ordenamento e divisão social. Segundo Sandra Pesavento em *Uma outra cidade* (2001), "cidadania e exclusão são conceitos que têm uma longa história e que se explicitam pela construção da diferença". A cidade, como palco do mundo capitalista contemporâneo, é vivida e pensada como uma "deformação", onde se digladiam, ora aspectos de ambição, modernização e devaneio, ora a dura luta diária. A cidade, e Porto Alegre na época de Callage, representa isto da melhor maneira, é a morfologia de um modo de divisão social, onde a teia viva das relações sociais é a expressão imediata de uma forma de exploração social e econômica (CARDOSO, 1979).

O Positivismo no Rio Grande do Sul, mais propriamente a vertente encabeçada por Júlio de Castilhos, inspirada diretamente no credo político de Auguste Comte, merece especial destaque. Alfredo Bosi, em *Dialética da colonização* (1996), atribui ao *castilhismo* a iniciativa de delegar ao poder público a função de promover e controlar o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, harmonizando as forças que a

iniciativa privada punha em movimento. Uma série de medidas propostas pelo PRR visava estabelecer o ideal comteano da passagem da sociedade para a fase industrial, o que no caso gaúcho esteve intrinsicamente ligado às relações do estado com a vida econômica. Impostos territoriais, isenções de taxas e impostos a manufaturas locais, socialização dos serviços públicos, e principalmente a incorporação do proletariado à sociedade moderna, estavam entre as propostas do PRR para equacionar a questão social que se apresentava não só em Porto Alegre, mas no Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto aos ganhos pecuniários que a produção trouxesse para o capital, poderiam ser redimidos de qualquer mancha egoísta pela instituição de uma sociedade altruísta, termo cunhado então, para designar um regime próspero e distributivo. A recompensa do mérito iria para os fortes; a assistência benévola, para os fracos. Nascia, deste modo, o ideal reformista do Estado-Providência: um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado (BOSI, 1996, p. 273).

A Constituição de 1891, inteiramente redigida por Júlio de Castilhos, apesar de tratar diretamente de questões pontuais sobre território, governo e presidência do Estado, assim como de “garantias gerais de ordem e de progresso”, não deixa de apontar para o cariz assistencialista voltado aos mais necessitados. Exemplo disso pode ser encontrado no artigo 74, o qual estabelecia que “ficam suprimidas quaisquer distinções entre os funcionários públicos de quadros e os simples jornaleiros, estendendo-se a estes as vantagens de que gozarem aqueles” (CONSTITUIÇÃO, 1891). Mesmo que concernente à incorporação do proletariado à sociedade moderna, de modo indireto o discurso político gaúcho durante a Primeira República também se dirigia a todas as classes sociais. A configuração das relações sociais no Estado, o qual este seria o agente emulador do progresso, proporcionaria ao conjunto da sociedade a impressão que haveria uma evolução social sem perturbações e tampouco retrocessos, atendendo aos interesses e necessidades de todas as classes de maneira indistinta. Apesar do discurso voltado à ingerência do Estado na solução da questão social, a prática mostrou uma situação distinta. Agitações sociais e manifestações, especialmente protagonizadas por operários, foram alvo de forte ação repressora do Estado; o estabelecimento de uma sociedade científica, apregoado pelo PRR, não contemplava de modo suficientemente claro as medidas que deveriam ser tomadas para se chegar a tal fim. A desigualdade social e a irregular distribuição de renda, assim como do produto do trabalho, estavam subordinadas, conforme o comtismo, às leis naturais que no moderno sistema social

determinam a indispensável acumulação de capital entre um grupo restrito de pessoas (QUEIRÓS, 2009).

O problema da relação entre exclusão e inclusão pode ser visto de dois modos; enquanto pode ser considerado uma categoria sociológica amplamente utilizada nas últimas décadas, também pode ser tratada através de duas noções explicativas, segundo Michel Foucault, de formas de constituição de relações de poder. O termo “excluídos”, no Brasil, entre o final dos anos 1980 e início dos 1990, substituiu um rol de agentes sociais marcados por embates, oposições e relações de poder, diluindo a corporeidade dos sujeitos historicamente construídos. No Brasil, a sociedade normalmente se delimitava por meio de categorias, de classes: podiam ser chamadas de burguesas ou proletárias; ricas ou pobres. A maneira através da qual a sociedade brasileira era pensada (e pensava de si própria, tão importante na constituição de uma “classe”), proporcionava sua inserção como uma parcela da sociedade, e mesmo e sua inserção no mundo do trabalho (PINTO, 1999).

Com a ascensão da categorização de “excluídos”, os brasileiros pobres, proletários e desempregados, que viviam com escassos recursos financeiros (muitas vezes apenas com um salário mínimo ou nem isto), perderam sua identidade e passaram a constituir um grande e disforme grupo. Como os excluídos perderam sua forma, sua corporalidade, todos podem ser ou estar excluídos de alguma situação, e incluídos em outra. Não existe ninguém totalmente incluído ou plenamente excluído. Consequentemente, o excluído não mais está em contradição com seu oposto, e tampouco se antagoniza com o incluído, mas luta e se esforça para se inserir em uma categoria de inclusão. Como a relação entre exclusão e inclusão apresenta nas últimas décadas a capacidade de em muitas ocasiões não permitir que algumas contradições se constituam, ou mesmo transpareçam, a questão não se encerra em si mesma. As formas de inclusão e exclusão têm criado sujeitos e configurado relações de poder, estabelecendo categorias para pessoas e grupos, instituindo formas de sociabilidade às mais diversas relações (ibid.).

6.1 Pobres, mendigos e desfavorecidos pelas ruas da cidade

O espaço ocupado pelo poder do Estado, segundo Foucault (1999), está presente em todo o lugar; não porque incorpora tudo, mas porque emana de todos os lugares. É possível, assim, analisar o Estado como uma forma de poder que extravasa a simples noção repressiva. O filósofo propõe considerar o poder como produtor de verdades, de conhecimento, através do qual compreende toda a sociedade em suas manifestações mais sofisticadas. É a partir deste modo, desta perspectiva que as categorias de exclusão e inclusão possibilitam a criação de novas maneiras para analisar a relação entre os dois polos. A análise entre excluídos e incluídos é realizada por Foucault por meio de medidas tomadas na Idade Média para estabelecer a categorização de leprosos e doentes da “peste”; enquanto os primeiros eram excluídos, os segundos, incluídos. As maneiras de inclusão das vítimas da peste são, segundo o filósofo, retomadas a partir do século XVII e que se configuram como exercício de poder até meados do século XX (FOUCAULT, 2001).

A exclusão da lepra foi uma prática social que envolveu, antes de tudo, uma divisão rigorosa, um distanciamento, uma regra de não contato entre um indivíduo (ou grupo de indivíduos) e outro. (...) Esta exclusão dos leprosos implicou a desqualificação – talvez não exatamente moral, mas em todo o caso jurídica e política – dos indivíduos, desta forma excluídos e caçados (FOUCAULT, 2001, p.54).

Foucault considera a exclusão um poder negativo e que marginaliza. Se a exclusão para os leprosos é o afastamento e o desconhecimento, a inclusão, a socialização da população vítima de peste na Idade Média, é o modelo do conhecimento, do exame (ibid.). Os exemplos da lepra e da peste são pontuais para se compreender os consequentes processos de exclusão e inclusão de grupos, classes e indivíduos, principalmente em sociedades como a brasileira. A relação entre as categorias de exclusão e inclusão em sociedades contemporâneas complexas, principalmente a partir do século XIX, apresenta múltiplas inserções para cada indivíduo, ou classe de indivíduos. O fato de ser incluído por alguma condição e excluído por outra, aliado à análise da natureza dessas múltiplas exclusões e inclusões, possibilita um curioso estudo acerca dos pactos de poder que regem as sociedades capitalistas, além de conceber uma configuração de “sujeito fragmentado” – sujeitos são construtos históricos, carregando em seu cerne a trajetória de sua classe, sua etnia e

gênero (PINTO, 1999).

A Constituição Federal de 1891, formulada através de um arranjo conservador entre as elites oligárquicas brasileiras (principalmente a paulista e a mineira), excluía a maioria da população, não delimitando grupos, classes, incluídos ou excluídos; apenas possibilitava o crescimento das elites políticas e econômicas regionais. A nova República brasileira não era uma “república cidadã”: mulheres, negros libertos e trabalhadores brancos em geral continuaram excluídos. Apenas o eleitor era considerado cidadão, e se antes a exclusão ocorria devido à renda, agora ela abarca outras categorias, como o analfabetismo, a idade e a mendicidade (ibid.).

A discussão sobre os direitos sociais no Brasil, da mesma forma como a cidadania, especialmente a defesa ao direito da liberdade, um dos “mais sagrados direitos do homem” (AC, 01/01/1927, p. 3), surge como uma nova percepção no fim da Primeira República, período no qual escreve Roque Callage. José Murilo de Carvalho (1998) elucida sobre a evolução dos direitos humanos na moderna democracia, de modo que se aproximam de um “efeito dominó”, surgindo, inicialmente na Inglaterra, com os direitos civis, posteriormente com os políticos, para, enfim, culminar nos direitos sociais. No Brasil, entretanto, esta “ordem” não foi respeitada. A Constituição Imperial de 1824 delimitou, de uma só vez, tanto os direitos civis quanto os políticos, tais e quais as então modernas e liberais Constituições europeias. O “problema” desta constituição de direitos civis e políticos em um mesmo momento, segundo Carvalho, é exatamente a falta de continuidade entre eles, onde a conquista de um não decorre do exercício do outro (1998).

Roque Callage, infelizmente, não viveu para observar os avanços, mesmo que precários, nos direitos sociais que o Estado Vargas implementou durante a década de 1930. Entretanto o colunista conseguiu perceber os “ventos da mudança” que se avizinhava. A coluna veiculada no dia 1º de janeiro de 1927 iniciava do seguinte modo:

Ano Novo, vida nova.

Esperanças!

Não cabe aqui um retrospecto da vida da cidade nesse longo e doloroso decorrer de 1926. Seria um nunca acabar de citações de fatos, de comentários. A crônica da “urbs” é cheia de monotonia e de tédio. Depois... o que passou, passou.

É um dos poucos casos em que julgamos muito desagradável reviver o passado, não só o ano passado em Porto Alegre mas o passado em todo o país, tão triste, tão sombrio, tão vergonhoso ele foi para a nossa civilização e progresso, para nossa liberdade e justiça. Os mais sagrados direitos do

homem, a liberdade de pensamento, a própria opinião da imprensa, tudo isso aí jaz estrangulado ao peso de uma censura permanente (AC, 01/01/1927, p. 3).

O colunista comemora o final de 1926, até onde a liberdade de imprensa, a civilização e o progresso estiveram sufocadas pela censura, e o início de 1927, com a promessa de novas esperanças. A menção a estes direitos subtraídos “em todo o país” refere-se ao governo de Artur Bernardes, presidente do Brasil entre 1922 e 1926, que restringiu a autonomia dos veículos de imprensa com a “Lei da Mordça”, promulgada em 1923 e vigente até o fim de seu mandato. O texto da lei não apenas apreendia os jornalistas que escrevessem críticas ao governo federal, mas também os punia (CANO, 2012). A liberdade de imprensa, restituída com o fim do governo Bernardes, foi um dos primeiros indícios, capturados por Callage, de que haveria modificações no campo social. O cronista continua:

Passou felizmente o ano de 1926. Entrou felizmente o ano de 1927.

Ano Novo, vida nova.

Esperanças!

A cidade desperta jubilosa, convencida naturalmente que outra existência lhe vai sorrir, que outras alegrias mais intensas virão animar o seu destino, desanuviando-lhe os dissabores e as mágoas que se acumularam durante tantos meses a fio.

Para os cétricos e pessimistas, cada dia que passa é uma desilusão a mais que se reúne ao acervo do passado. Para os otimistas, porém, o dia que está por vir, é o dia da esperança, o dia das grandes redenções humanas, em que tudo se altera e se modifica para melhor.

É, não há dúvida, uma ilusão. Conservemos mesmo assim a enganadora miragem. Fiquemos com os otimistas, com os que creem e esperam no futuro. Entre esses dois estados de alma, o dos otimistas é sempre o mais belo. O engano é ainda a única razão de ser da vida. Entre a desolação de Schopenhauer e a vibração ardente dos credores de ideais, a humanidade não vacila: abraça os últimos com fé inabalável.

Estamos assim agora em relação ao ano que hoje entra. Pode bem ser que ele seja mais desagradável do que o ano que passou. Entretanto os nossos augúrios são os melhores. Nada nos abate, nada nos demove dessa luminosa esperança que hoje se distende por sobre as nossas cabeças, enchendo-nos a alma de límpidas e belas convicções.

E com essa fé ingênua e ao mesmo tempo tão natural, nos despedimos do ano velho, desejando um feliz ano novo aos amáveis leitores da “A Cidade” (AC, 01/01/1927, p. 3).

A imprensa não só absorvia como também transmitia as incipientes mudanças no campo social: primeiramente apresentando um caráter assistencialista e ligado à iniciativa privada; posteriormente já delegado ao Estado. Roque Callage contempla apenas o início do processo, pois o divisor de águas no quesito de avanços sociais, como estipula José Murilo de Carvalho (2002) é o ano de 1930, principalmente após Getúlio

Vargas tomar o poder e criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e posteriormente, na década de 1940, a Consolidação das Leis de Trabalho. O período de 1930 e 1945 foi o grande momento da legislação social, mesmo sendo implementada em um ambiente de baixa, ou nula, participação política e precária vigência dos direitos civis.

Sob o poder da Constituição de 1891, a Porto Alegre das décadas de 1920 e 1930, apresentava, assim como outras capitais e grandes cidades do Brasil no mesmo período, uma característica que será discutida com mais propriedade no próximo subcapítulo: a quase ausência de medidas e instituições públicas de amparo à cidadania. Na urbe, Roque Callage torna visíveis os “outros”, os mendigos e pedintes, os que sofrem de moléstias e deformidades, os suicidas, os infelizes que perdem seus pertences devido à intempérie dos elementos; mas também não deixa de notar que as crianças pobres e órfãs, assim como os imigrantes, igualmente merecem sua atenção. As pessoas em situação de rua ganham especial destaque n’A *Cidade*, especialmente os pedintes, que formam “um dos mais dolorosos aspectos da cidade”, e que em inúmeras ocasiões a imprensa apresenta “o conjunto de circunstâncias desagradáveis que resultam desse abuso inveterado, que à primeira vista dá a Porto Alegre a impressão de uma cidade de miséria, invadida por mutilados de toda espécie e onde todo mundo pede esmolas” (AC, 13/03/1925). O colunista revela, porém, que quando a questão é analisada com mais cuidado, percebe-se que a quantidade de pedintes não é tão exacerbada quanto parece:

O número de verdadeiros aleijados e inválidos é três vezes inferior ao que diariamente infesta as ruas da capital implorando a caridade pública. Não se pode ter mais desagradável impressão do que essa que nos dá, a cada passo, a cidade em qualquer ponto que se esteja: a mendicância predominando em tudo com impertinência chocante, que logo fere a atenção do indivíduo menos preocupado (AC, 13/03/1925, p. 5).

A mendicância exercida pelos “falsos mendigos”, assim como os pedidos de caridade dos “menores vadios”, são situações que o colunista cobra resolução pelos órgãos competentes da edilidade, pois tais aspectos “uma cidade bem policiada pode e deve evitar” (AC, 13/03/1925, p. 5). A solução neste caso, segundo Callage, seria tomar a “moderna legislação social²⁸”, que apresenta “remédios para todos os males e chagas

²⁸ A legislação social durante a Primeira República foi introduzida em um ambiente de baixa ou mesmo nula participação política, além de precária vigilância dos direitos civis. As medidas de assistência social estavam quase que exclusivamente sob tutela de associações particulares, como irmandades religiosas, as

morais”, como os asilos de recolhimento para os indivíduos inválidos e necessitados, e as colônias correcionais para os desocupados suspeitos e os menores abandonados (AC, 13/03/1925). À parcela da população porto-alegrense que vivia da caridade pública e sem ser produtiva, é possível empregar Robert Castel (2008) para caracterizar a condição de vulnerabilidade social à qual estava exposta. A zona intermediária e em muitas ocasiões instável, que caracteriza a relação entre a precariedade do trabalho estável e a inserção relacional sólida – a *integração* –, e a ausência de participação em atividades produtivas e de modelos de trocas socialmente estabelecidas – a *desfiliação* – torna-se o espaço de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social, povoando as margens da sociedade. Essa posição intermediária se apresenta como uma inquietação, uma perturbação referente à capacidade de manter algum nível de coesão de uma sociedade, o que ocasiona em uma questão social:

A impossibilidade de conseguir um lugar estável nas formas dominantes de organização do trabalho e nos modos reconhecidos de pertencimento comunitário (mas, entretanto, ambos mudaram completamente) é que ainda constitui os “supranumerários” de outrora, de ontem e de hoje (CASTEL, 2008, p. 28).

Esta tentativa de compreender a marginalização como um processo, tentando relacionar a situação dos indivíduos como um processo de uma dinâmica de exclusão que se manifesta antes que se produzam efeitos totalmente dessocializantes, é empregada por Castel (1997), mas também pode ser encontrada n’*A Cidade*. Roque Callage parece se referir aos pobres e desfavorecidos de Porto Alegre em um estágio que Robert Castel denomina de zona de quase exclusão (a marginalidade apresenta-se apenas no fim do percurso), sendo alimentada por aqueles indivíduos que estão ameaçados, frágeis e instáveis.

A questão da mendicidade e dos moradores de rua na urbe, principalmente em seus aspectos mais dolorosos e viscerais, quando apresentada por Roque Callage, muito se aproxima aos aspectos definidos por Patrice Schuch (2008), através dos quais se delimita como um conjunto não homogêneo de indivíduos que utilizam os espaços públicos como moradia, de modo permanente ou mesmo temporário. Durante a década de 1920, o assunto da regulamentação da mendicidade esteve na pauta dos veículos de

Santas Casas de Misericórdia e instituições privadas de caridade para o atendimento à população pobre (CARVALHO, 2002).

imprensa. Callage bate nesta tecla no final de abril de 1928, lembrando que “outras cidades e capitais do país” já haviam adotado tal medida (AC, 28/04/1928, p. 3). A presença da pobreza urbana nas grandes metrópoles brasileiras no período gerava desconforto entre os cidadãos, principalmente nas autoridades e nas parcelas mais abastadas da população.

Há muito que a imprensa se vem batendo pela regulamentação da mendicidade em Porto Alegre. Nós mesmos, por várias vezes, nesta seção, ao acentuar este aspecto chocante da verdadeira e da falsa mendicância que se observa, diariamente por todas as ruas da nossa capital, fizemos sentir a quem de direito a necessidade de ser posta em vigor tal regulamentação, como se observa em outras cidades e capitais do país. A nossa, mais do que qualquer outra, precisa dessa medida não tanto pela exploração da indústria da esmola que aqui se verifica, como pela impressão desagradável que esse quadro da cidade causa aos forasteiros. (...)

Falsos indigentes não raro se nos deparam a quando não são atendidos nos seus pedidos insistentes, despejam os maiores desaforos sobre os transeuntes. São cenas essas de todos os dias, que precisam cessar para o bom nome da capital que se civiliza.

Mediante a regulamentação da mendicância esses abusos por certo desapareceriam evitando-se ao mesmo tempo o deplorável quadro que a “urbs” oferece diariamente aos olhos de observador metuculoso, que, diante dos mesmos não poderá deixar de ter uma impressão desagradável.

Estabelecida essa regulamentação, a verdadeira indigência seria melhor ampara pela bolsa generosa do nosso povo, que emprestaria assim a sua assistência aos que de fato a merecem.

Aqui fica mais uma vez a sugestão que já tantas vezes temos feito. C. (AC, 28/04/1928, p. 3).

Em uma crônica onde a sociabilidade da Rua da Praia é apresentada com o “passar das horas”, uma discussão sobre a previsão do tempo ocorre às 14h, céu azul às 15h, *footing* às 16h30min, com “passeios laterais completamente tomados, homens, mulheres, crianças, carregadores, esmoleiros, vendedores de jornais – miscelânea inevitável dos grandes centros urbanos...”, e em seguida:

Cinco horas da tarde.

À maneira que a graça feminina faz a sua entrada triunfal na elegante artéria, vão por sua vez debandando os esmoleiros. São mendicantes de toda a espécie, representantes de todas as deformações físicas da humanidade.

Cegos. Paralíticos. Sem braços. Sem pernas. E regular número de morféticos de ambos os sexos.

No meio de tudo isso, os falsos mendigos que à falta de uma deformação definitiva qualquer, arranjam uma provisória com a qual se vão dando perfeitamente na exploração diária da indústria...

Outro comentário que se extravía no burburinho da tarde:

- Se há povo que tem direito ao reino do céu, é sem dúvida este de Porto Alegre. A esmola aqui é uma obrigação diária da população, não tanto em benefício dos necessitados que exploram a caridade pública, mas em benefício de outras classes, de outras instituições que se vão criando na

cidade. Não se passa um dia que não tenhamos que atender gentilmente um peditório. Ora, isso cansa, isso esgota quanto vintém magro a gente guarda no bolso!

O homem do comentário tem razão. (AC, 11/05/1930, p. 3).

Em fevereiro de 1930, novamente o assunto dos falsos mendigos é discutido. Agora o caso se apresenta com o flagrante de reportagem do *Diário de Notícias*, na qual é desmascarado um certo Pedro Benedito, “malandro residente lá pras bandas da Floresta”. O cronista mais uma vez elucida a necessidade de regulamentar o “exercício da mendicância”, e que uma vez controlada, não se conceberia que “houvesse nesta capital, indivíduos capazes de explorar descaradamente a credulidade pública, atribuindo-se enfermidades de que absolutamente não padecem” (AC, 18/02/1930, p. 3).

E, assim, sem maiores obstáculos a vencer, alguns deles tomam parte na “parada da miséria” a que, diariamente, mas com especialidade aos sábados, se assiste em plena Rua da Praia, o coração mesmo da metrópole gaúcha.

Outros, entretanto, dos quais Benedito é um exemplo vivo, são mais comodistas, instalando-se a um canto da rua, onde, numa tabuleta, fazem grafar, por mera preguiça de proferi-las a cada instante, as palavras com que reclamam a esmola imerecida.

E vá a gente oferecer trabalho a alguns deles...

Recusá-lo-iam, irritadíssimos, repetindo aquele trecho de Ferriani, em seu livro intitulado “Criminosos astutos e afortunados”:

- Que são cem réis para os ricos? Nada. Para que trabalharmos, pois, se, com esse “nada” dos ricos, poderemos perfeitamente viver?

A cidade está, evidentemente, precisando de um “flit” policial, para que se exterminem o quanto antes, esses parasitas sociais... (AC, 18/02/1930, p. 3).

No Distrito Federal, a corporação da polícia militar criou a “polícia de costumes”, um órgão amparado pelos preceitos morais condizentes às exigências e necessidades sociais do rio de Janeiro em sua *Belle Époque*. A polícia de costumes tinha como fim combater os crimes de contravenção, além das infrações associadas à mendicância e à cafetinagem. N’A *Cidade*, Roque Callage pede a intervenção de tal instituição, em inúmeras situações, normalmente ligadas ao meretrício (AC, 13/08/1929; AC, 29/10/1929; AC, 28/05/1930), aos “almofadinhas” (AC, 02/12/1926; AC, 28/11/1929; AC, 06/08/1930), e aos vícios, tanto alcohólico como de morfina e cocaína (AC, 24/04/1927). Classificada por um leitor da coluna como um “espantalho figurativo” (AC26/07/1930), a polícia de costumes em Porto Alegre “prima pela sua não existência” (AC, 15/11/1927). A mendicância, entretanto, não estava na lista arrolada pelo cronista.

A capital gaúcha oferece diariamente aspectos sombrios, degradantes e

dolorosos, mas Callage elenca o sábado como o dia o qual a “enorme galeria de aleijados de toda espécie” toma conta das ruas implorando pela caridade dos transeuntes (AC, 18/08/1925). O quadro apresentado pelo colunista, que enchia de “indizível horror” as ruas tomadas pelos pedintes de toda espécie, encontra similaridade com o relato em seu homônimo mineiro, no início dos anos 1900. O *Diário de Notícias* de Belo Horizonte protestava contra a inépcia policial para reprimir a infestação de mendigos que descaracterizava a cidade, além de transferir “ao Estado o dever de assistir aos pobres, aos desvalidos aos velhos, aos enfermos”. São Paulo é citada pelo periódico mineiro como o exemplo a ser seguido, pois proibiu “terminantemente a mendicidade das ruas” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1907, apud ARGUELHES; COSTA, 2008).

Retornando a Porto Alegre, *A Cidade* pinta um quadro mais visceral, com “estranhas figuras defeituosas, aleijões físicos que chocam imediatamente o olhar de quem os contempla” (AC, 18/08/1925, p. 5). Assim como o periódico de Belo Horizonte, Callage cobra das autoridades municipais as providências para amparar os verdadeiros necessitados, para que se evite sua exposição pelas ruas da cidade, assim como apregoa a adoção de severas medidas para coibir os falsos portadores de deficiências:

Cada um desses mutilados, cada uma dessas deformidades, é motivo de uma exibição permanente, porque é por tal meio que a vítima adquire o pão de cada dia. Se uns se valem desse defeito com que os marcou a desdita, como meio de vida, da qual não há fugir, outros o transformam em exploração constante, para com o seu resultado entregarem-se, depois, ao deboche e à crápula, à madrugaria da indigência desonesta (AC, 18/08/1925, p. 5).

Na cidade de Recife, durante as primeiras décadas do século XX, uma situação similar também ocorria. Comumente confundidos com desocupados e vadios, os mendigos da capital pernambucana eram vistoriados, e conforme os critérios de invalidez e incapacidade para o trabalho dos órgãos oficiais, eram encaminhados para a caridade pública ou privada. Salvador presenciou o mesmo fenômeno, recolhendo os pedintes de suas ruas e avenidas a Asilos de Mendicidade, normalmente afastados do centro urbano (LOPES, 2003). No Rio de Janeiro, os pobres considerados ociosos eram tidos um perigo para a sociedade, que os enxergava como fontes de vícios e delitos. Desempenhando funções autônomas e informais, muitas vezes de modo sazonal, os pobres trabalhadores na capital da República eram em muitas ocasiões vistos como

mendigos, principalmente quando utilizados critérios raciais para elaboração de contravenções aos não brancos (CHALHOUB, 1997).

O Forno do Lixo, localizado nas imediações da Azenha e construído para incineração de resíduos em Porto Alegre, é assunto d'*A Cidade* em outubro de 1927. O relato do leitor “Léo G.” sobre as mulheres e crianças se alimentando das sobras e revirando o lixo, tal qual aves famintas, revolta o colunista que cobra à “municipalidade a necessidade de tomar uma providência a respeito” (AC, 04/10/1927, p. 3). O repugnante aspecto da cidade, conforme Callage, atenta contra a higiene pública e chama a tenção pelos horripilantes quadros que oferece aos olhos dos transeuntes; Callage sugere, inclusive, eliminá-lo em benefício à higiene e à saúde da população. A carta descrevia assim a cena:

Sr. redator de “A Cidade”

Saudações.

V. S. sempre tão ávido de novos aspectos da “urbs” não teve ainda oportunidade de dar um passeio lá pelas bandas da Azenha e constatar com os seus próprios olhos o nauseabundo espetáculo que ora nos está proporcionando o Forno do Lixo?

Pois vá até lá, sr. redator; vá até lá e contemple aquele espetáculo, que é gratuito. Vá ver aquela aluvião de mulheres e crianças, que, como aves famintas, revolvem ou, para melhor dizer, esgravatam, naquele lixo que as carroças vão jogando barranco a baixo, no terreno que fica ao lado esquerdo da ponte.

A municipalidade, não sei porque cargas d’água, resolveu não mais incinerar o lixo colhido na cidade. É, a meu ver, sr. redator, o maior atentado aos preceitos mais comezinhos de higiene. Imagine-se quando chegar a estação estival, que já se aproxima, o que não será da saúde pública, já tão flagelada por mil endereços.

Não creio, sr. redator, que a municipalidade tenha alguma parcela de má vontade para com os moradores da Azenha. O caso é que aquela zona passa por um período de calamidades. As moscas e os mosquitos por lá superabundam, e como se isso não bastasse, temos agora o cheiro nauseante que se exala daquele montão de imundícies, jogadas à beira da rua de um bairro populoso como é o da Azenha.

Por tudo isso, Sr. redator, convido-o, insisto mesmo, para que v. ex. dê um passeiozinho até lá, na certeza de que prestará um bom serviço aos – como acima disse – infelicitados moradores daquela zona.

Pela publicação desta, muito grato fica o vosso constante leitor.

Léo G. (AC, 04/10/1927, p. 3).

O flagrante de pessoas revolvendo lixo foi publicado novamente em agosto de 1928, ao discutir a reportagem “As misérias da cidade”. Descrevendo um quadro de penúria e total abandono de parte da população de Porto Alegre, Callage relaciona a falta de higiene com a remodelação da urbe, principalmente devido às obras paralisadas

da Rua General Paranhos, onde “grande parte dos seus casebres ainda de pé, alguns habitados pela miséria sem teto, pela dolorosa indigência do vício” (AC, 21/08/1928, p. 3). O registro do colunista ainda trata da Rua da Conceição, cujo limite se encontra “os fundos abertos da Santa Casa, transformados em depósito de lixo e oferecendo à noite um retiro pacífico para os andantes que o procuram em situações delicadas” (AC, 21/08/1928, p. 3).

Em março de 1925, Roque Callage escreve sobre as dificuldades de ser “pobre em Porto Alegre”, esta parcela da sociedade que sofre ainda quando no momento de seu passamento. Ao descrever o infortúnio do corpo de um indigente, transportado da Santa Casa para ser enterrado, e cujo transporte, ao sofrer avaria em sua estrutura, derrubou seu esquife e expôs o defunto por longo período de tempo “à luz crua do sol e ao olhar ofendido do público” (AC, 21/03/1925, p. 5), o colunista corrobora com um fato já apontado por José Murilo de Carvalho (2002), de que apenas as instituições privadas de caridade e as Santas Casas prestavam auxílio às parcelas desfavorecidas, durante o período da Primeira República.

São complicações tremendas a que fica sujeito o cadáver quando esse é de um indigente. (...) Pobres patrícios meus! Um conselho aqui fica de quem teme que lhe aconteça o mesmo ou pior: evitemos, se possível, até depois de morrer de depender da fria caridade oficial. Se ela satisfaz a vaidade de quem a dá, de modo algum compensa o sacrifício de quem a recebe... (AC, 21/03/1925, p. 5).

Trajetórias de imigrantes, inseridas na questão dos indivíduos desterritorializados – em muitas ocasiões estendendo-se aos migrantes, as pessoas mais simples e pobres que estão distantes de suas cidades –, que perderam as referências de espaço e tempo, em muitas ocasiões necessitam recriar-se socialmente para conseguirem permanecer em uma coletividade. A cronologia das pessoas mais simples é compreendida através do longo e lento tempo da formação da sociedade moderna; a trajetória do tempo ao mesmo tempo une junta e separa (MARTINS, 1994). O imigrante descrito por Roque Callage em sua visita às obras do Cais do Porto, em 1927, que “sozinho, entregue à imensa desolação de si mesma, uma esguia e velha figura de estrangeiro expatriado”, contemplava com fixação o horizonte onde as embarcações desapareciam, na bacia do Guaíba; “toda sua figura”, completa o colunista, “demonstrava uma profunda tristeza e uma grande mágoa silenciosa” (AC, 04/08/1927, p. 3).

Apesar de a imigração ser um processo variado e multiforme, seu fim, nos mais diversos contextos, é a melhoria de condições de sobrevivência. Migrar, ou imigrar, é, conforme José de Souza Martins (1973) um processo de “desajustamento/ajustamento (...) que suprime a inadequação entre o sujeito ou grupo e a sociedade de origem e restaura o equilíbrio interno”. Outra face da imigração é apresentada por Boris Fausto (1984), a do imigrante fracassado, que não se enquadra no molde do abnegado trabalhador. A expectativa do imigrante europeu rumo à América do Sul, construída através de propaganda, imprensa e relatos orais, muitas vezes sofria um revés no momento da chegada, quando percebia que a realidade não correspondia à utopia projetada (NEUMANN, 2009).

Outro tema que foi protagonista n’*A Cidade* é o das crianças pobres, sem teto e exploradas economicamente. Durante o período das festividades do Natal, em mais de uma ocasião o colunista lembrou a diferença entre as crianças pobres e aquelas cujas famílias desfrutam de melhores condições financeiras. Através de crônicas carregadas de sentimento, inclusive uma autobiográfica (AC, 25/12/1929, p. 4), Callage aponta, como uma das “esquisitices do Papai Noel, não gostar de crianças pobres”, já que as mesmas “nem cama possuem para que a mão dadivosa possa depositar o presente na noite de Natal” (AC, 23/12/1928, p. 3). Esta relação entre as classes pobres e ricas é explorada com fina ironia pelo colunista nas diferenças entre as crianças frente aos presentes de Natal. Enquanto as crianças ricas, deslumbradas com as vitrines das casas comerciais, apenas precisavam pedir à seus progenitores a parte que “lhes toca nessa distribuição generosa de festas”, as crianças mais humildes, “os pobrezinhos que gostam de brinquedos, que tem olhos para contemplar todas as maravilhas que enfeitiçam os sonhos das crianças, contentam-se apenas em ver” (AC, 15/12/1925, p. 5). Acerca da crônica autobiográfica sobre os presentes das crianças pobres no Natal, Callage redigiu:

E os dias de Natal se sucediam de ano a ano, com pinheirinhos enfeitados, com presépios custosos, com sonoras cusquinadas álacres das crianças cheias de brinquedos. E de ano a ano era a mesma desilusão tremenda para nós. Todos tinham os seus presentes de festas; os seus sapatos amanheciam cobertos de dádivas que Papai Noel misteriosamente, alta noite os deixava em baixo da cama. E dos nossos nunca se lembrou o bondoso velhinho. Amuava-nos com pirraça. “Os pobrezinhos não têm direito a festas” – dizia ele, naturalmente... Dizia, mas por brinquedo, somente, porque no fundo, o seu coração era bom e grande. Os presentes é que não davam para todos... Pelo menos para nós, eles nunca chegavam. Em dez anos de infância o amigo dos pequeninos não teve ciência daquele que era tão religioso e, pontual em

deixar à noite, em baixo da cama, como faziam as outras crianças, o seu calçado roto.

Com o decorrer do tempo, porém, o petiz se fez homem e entrou pela vida, lutando. Foi só então que ele compreendeu o horror que Papai Noel tem pelo calçado de crianças pobres.

Passa de largo!...

Lembramos aqui esses episódios distantes, para dizer às criancinhas que não têm no dia de hoje um presente de Natal que lhes faça sorrir de alegria e inundar a alma de contentamento, que assim, em outros tempos, o mesmo acontecia com os pequeninos humildes e sem sapatos... (AC, 25/12/1929, p. 4).

As boas ações em prol das crianças órfãs e pobres, envolvendo empresas ou simplesmente ao labor caridoso de personagens da sociedade porto-alegrense, também mereceu registro pelo cronista. A iniciativa de três mulheres, “três amáveis corações femininos”, ajudou a dar “a alegria de um conforto” às crianças pobres durante o inverno de 1925. Uma campanha para levantar fundos para a aquisição de roupas e calçados para as crianças humildes e desprotegidas, já no primeiro dia de arrecadação, contou com o montante de mais de um conto de réis. Callage aponta que no inverno que se avizinha, “frio e a fome batem com mais violência, e mais negra se torna a miséria” (AC, 07/06/1925, p. 5). Ao encerrar sua coluna, o cronista ainda faz um apelo aos “ricos e poderosos que gozam (...) todos os prazeres e todos os confortos da vida”: atendem à miséria das ruas e aos desesperos das mães sem habitação e sem condições de aquecer suas crianças no inverno (AC, 07/06/1925, p. 5).

Assim como as necessidades das crianças pobres, Roque Callage também se ateu aos casos de abusivos trabalhos infantis. Relatando o caso de dois jovens menores de idade (12 e 13 anos), oriundos da Rússia, que encontraram ocupação em uma padaria na capital, soube-se que ambos trabalhavam embrulhando os consumíveis, entre as 22h e as 7h. O colunista lamenta o fato de o “Código de Menores e outros meios de defesa dos pequenos desprotegidos da sorte” ainda não estar em vigor em Porto Alegre, percebendo a situação como “uma verdadeira exploração inqualificável” (AC, 28/07/1929, p. 5). O cuidado ao menor abandonado foi intensificado na década de 1920, principalmente com a criação do Juizado de Menores em 1923 no Rio de Janeiro, presidido por Mello Mattos. Em 1927 foi elaborado o 1º Código de Menores, exclusivamente para o controle da infância abandonada e dos infratores menores de 18 anos, de ambos os sexos.

O Código Mello Mattos foi, entretanto, o primeiro código legal a conferir um tratamento mais sistemático e humanizador às crianças e aos adolescentes, consolidando

normas esparsas e prevendo, pela primeira vez, a intervenção estatal junto a esta frágil camada social. Seu conteúdo prevenia os riscos à saúde, tanto física quanto moral dos menores, além de prever a manutenção ordem social. As crianças sob a tutela de pais ou responsáveis não estavam sujeitas aos rigores do código; já os pobres, abandonados ou delinquentes em situação irregular estariam dentro do espectro dos atingidos pela lei. Em situação irregular estariam aqueles com idade inferior a 18 anos, que estivessem expostos (art. 14); abandonados (art. 26); ou fossem delinquentes (art. 69) (DECRETO Nº 17.943-A, 1927).

Os suicidas e os infanticidas também prenderam a atenção de Roque Callage. Na coluna veiculada na primeira edição do *Diário de Notícias*, em 01 de março de 1925, o cronista comenta sobre as transformações que Porto Alegre sofre em sua área mais central, e ao se debruçar sobre a Praça da Harmonia, transfigurada pela "atividade civilizadora de obras do cais", relata sobre os constantes suicídios dos "desiludidos do amor e da existência" (AC, 01/03/1925, p. 5). Fosse por meio de armas de fogo, "munidos de competente frasco de veneno ou de corda iam pedir à velha praça erma a paz imperturbável que lhes faltava" (AC, 01/03/1925, p. 5). Os suicídios em Porto Alegre ganharam destaque na imprensa e na literatura principalmente com a publicação de *Estrychnina*, de autoria de Mário Totta, Paulino Azurena e Souza Lobo, veiculada em fascículos pelo *Correio do Povo* entre 1896 e 1897. No período compreendido entre o final do século XIX e o início do XX, no *fin de siècle* porto-alegrense, a novela apresentou uma visão moderna da cidade, distante do bucolismo e da imagem do rural, presente nas demais publicações do período (PESAVENTO, 1999).

Outra situação em que Roque Callage relatou a questão dos suicídios ocorreu no final de novembro de 1927, quando trouxe aos seus leitores algumas "estatísticas" levantadas por ele mesmo. Três foram registrados no princípio de novembro, mais quatro na penúltima semana do mês, e três na última. Ao dissertar sobre as três últimas mortes – no primeiro caso, um homem de 70 anos "cansado de viver, atormentado pelos padecimentos físicos" (AC, 30/11/1927, p. 3); no segundo, um homem na casa dos trinta anos e sem motivos aparentes para o suicídio; e por fim, uma jovem de 18 anos, que também não aparentava razões para tal ato –, o cronista postula que seja devido à "sugestão ou simplesmente um tormento de espírito levado à última escala do sentimento humano, até ao desfecho decisivo" (AC, 30/11/1927), p. 3. Nos três casos o subterfúgio das vítimas foi o mesmo, e é apontado com curiosidade pelo colunista o fato

de o cianureto de potássio ser o "remédio da salvação".

Ao longo dos anos nos quais assinou *A Cidade*, nenhum episódio de assassinato ou de auto eliminação comoveu tanto Callage como o ocorrido em dezembro de 1929, quando o pai de duas crianças as envenenou e depois cometeu suicídio. O episódio é narrado com extrema emoção pelo colunista, quando descreve a "armadilha e a traição" que as crianças sofreram ao serem enredadas no "drama sombrio e pavoroso preparado pela neurose do pai alucinado", que no parque da Redenção ofereceu a seus filhos um refrigerante onde havia depositado o veneno, "uma limonada gasosa; que melhor esconderijo do que aquele!" (AC, 03/12/1929, p. 3).

Cada qual dos dois pequenos queria ser o primeiro em sorver o líquido já contaminado pelo tóxico fulminante que lhe ministrara o pai em dose violenta. E gole a gole, gozando com a volúpia o refrigerante familiar das crianças, cada uma delas entornou com prazer a parte que lhe cabia na partilha macabra.

E a morte veio em seguida! Surpreende-os com um resto de prazer que ainda lhes ficará insistente nos lábios, antes da convulsão definitiva...

Depois, então, os dois pequenitos, estirados ao lado daquele que eles tanto queriam e amavam, dormiram, sem bonecas. Sem cavalinhos de pau, sem a deliciosa gasosa refrigerante – dormiram para nunca mais despertar (AC, 03/12/1929, p. 3).

Em 1931 o Arquivo Rio-Grandense de Medicina, elaborado por Leonidas Soares Machado, registrou 17 óbitos por suicídio. Já o jornal *Correio do Povo*, em 1925, apenas entre os meses de janeiro e fevereiro, registrou 15 suicídios e 13 tentativas; em igual período, em 1926, foram contabilizados 20 óbitos e oito tentativas (CARRACHO, 2012). A disparidade entre o número de pessoas que tiraram a própria vida no espaço de apenas cinco anos (17 no total em 1931 e 20 nos dois primeiros meses de 1926), pode estar relacionada com algumas medidas tomadas pelo governo quanto ao conteúdo e à forma das aulas no ensino público do Estado. O artigo 08 do decreto 3903 de 1927, regulamentando as práticas de ensino e os conteúdos ministrados nos liceus e estabelecimentos de ensino público, ao versar sobre as preleções a serem realizadas, versando sobre práticas de ordem moral e higiênica delimitava que as mesmas "serão feitas em linguagens simples, facilmente acessível, aproveitando fatos impressionantes que cheguem ao conhecimento público, como suicídio" (DECRETO, 1927).

As perdas causadas pelas enchentes na população pobre também atraíram a atenção de Roque Callage. Uma série de crônicas foi veiculada no mês de setembro de 1928, relatando os problemas enfrentados pela população dos arrabaldes da cidade,

principalmente os bairros operários de Navegantes e São João. O cronista supõe que a sucessão de intempéries que acomete sobre Porto Alegre provavelmente está relacionada às mudanças ocorridas na bacia do Guaíba, principalmente devido às alterações no cais do porto e aos aterramentos, que estreitaram sua baía fluvial. A resposta (e solução para conter as cheias), o cronista deixa a cargo dos engenheiros hidráulicos de Porto Alegre (AC, 11/09/1928).

Desde 1926 a esta parte, que a nossa capital vem sofrendo a calamidade das enchentes. Nada menos de quatro cheias tivemos nesse curto espaço de tempo, sendo que duas no decorrer deste ano.

(...)

O fato é que as enchentes se sucedem como uma calamidade frequente. Desde sexta-feira que uma grande parte da nossa capital vem amargando as dolorosas consequências da cheia que sábado pela madrugada havia atingido ao máximo do crescimento, indo além do nível do Caminho Novo, que por isso mesmo ficou em grande parte coberto pelas águas. Muito mais, entretanto, sofreram os bairros de Gravataí, São João e Navegantes, onde a maioria da sua população pobre já não tem mais sossego em face da perseguição insistente das cheias invadindo as habitações humildes, inutilizando e levando o pouco que os seus laboriosos moradores possuem dentro de casa.

Enquanto alguns “dilettanti” curiosos, ávidos do prazer e do belo-horrível faziam, domingo, passeios venezianos pela zona inundada, divertindo-se com a miséria alheia, contemplávamos nós, entristecidos, aquele imenso quadro de penúria e dor que se vem reproduzindo frequentemente (AC, 11/09/1928, p. 3).

As penúrias e dores dos flagelados tornaram-se “espetáculo” para os que ali se dirigiram com o único propósito de divertir-se enquanto desfrutavam de “passeios venezianos”. Do mesmo modo como Roque Callage descreve os *dilettanti* que apreciam com prazer o “belo-horrível”, Nicolau Sevcenko demonstra como em São Paulo este fenômeno começou a tomar proporções cada vez maiores, como relata o cronista P. sobre a cheia do Tietê, em 1919, quando se dirigiu, “como toda a gente, por mera curiosidade”, para ver o casario alagado às margens do rio (SEVCENKO, 2014). Continuando com o relato da enchente, em 16 de setembro Callage relembra de outra enchente semelhante, que ocorrera em 1926:

Está se esboçando em Porto Alegre um longo e doloroso quadro de miséria. Desde que o tufão sacudiu a cidade, ameaçando-a de arrasamento, é que as enchentes, para completar a obra devastadora daquele, se vêm registrando como uma calamidade sem precedente na vida sofredora da capital.

Em 1926 a mesma expansão das águas inundou uma grande parte da cidade, deixando por sua vez em situação aflitiva uma grande parte dos habitantes das zonas flageladas, constituída na sua maioria de gente pobre, em luta constante contra todas as dificuldades da existência material. Mas aquela

enchente foi rápida. Dentro de poucos dias tudo se normalizou. E o vazio e a miséria que ficaram como triste lembrança nas humildes habitações, atingidas pelas águas da cheia, foram em parte minoradas pelo largo gesto de filantropia e de generosidade do comércio e da população abastada, que atendendo ao apelo da imprensa local ocorreu imediatamente em auxílio das vítimas (AC, 16/09/1928, p. 3).

Em 1926 o cronista d'A *Cidade* também relatou as enchentes que “puseram em situação aflitiva” um grande número de pontos de Porto Alegre. Assim como será relatado em crônicas nos anos de 1928, 1929 e 1930, os arrabaldes e bairros com menos infraestrutura foram os mais afetados, principalmente o arrabalde do menino Deus e os bairros operários, como São João e Navegantes (AC, 18/09/1926). Roque Callage lembra da enchente de 1926 e da generosidade dos filantropos que ajudaram a diminuir as perdas da população atingida pelas cheias, principalmente através de campanha promovida pelos veículos de imprensa (AC, 16/09/1928).

Como relatado n'A *Cidade* de 01 de outubro de 1926, a “grandiosidade desse espetáculo belo-horrível” é novamente descrita na enchente de 1928, quando as constantes chuvas não apenas provocaram as cheias do Guaíba nos bairros mais baixos e afastados do centro de Porto Alegre, mas também invadiram a região central da capital. Callage se junta à multidão de pessoas que se reúne no centro para contemplar o “espetáculo inédito”, o qual a “calamidade que até então só havia feito sofrer a gente pobre (...) veio também atingir em cheio o grande comércio atacadista” (AC, 01/10/1928, p. 4). Sevcenko percebe esta mesma integração do cronista à multidão de observadores, enquanto espectadores de tragédias; entretanto, enquanto o articulista P. não desperta qualquer impulso de identificação com os flagelados, escrevendo que não estava satisfeito enquanto não visse as “ruas vizinhas à Ponte Grande e à Ponte Pequena, onde habitam famílias das mais pobres e humildes da cidade” (SEVCENKO, 2014), Callage se compadece das vítimas da enchente em Porto Alegre. O cronista escreve como o aumento do nível das águas do rio tem “deixado na miséria uma infinidade de lares pobres, atirando mulheres e crianças, velhos e doentes, à mais extrema penúria”, o que confere a “Porto Alegre uma impressão dolorosa de aniquilamento” (AC, 18/09/1928, p. 3).

À hora em que escrevemos estas linhas, a cidade emerge na confusão e na treva.
Como era de prever o belo-horrível da enchente, o fantástico espetáculo das águas das últimas chuvas, tomou, nestas últimas vinte e quatro horas,

proporções de uma terrível calamidade pública como até então não se havia feito sentir em Porto Alegre.

Toda a população das zonas não inundadas saiu à rua, não mais para contemplar o estado impressionante em que ficaram os bairros de Gravataí, Navegantes, São João e Riacho, mas, sim, para ver o efeito do flagelo aqui bem no coração da cidade no Cais do Porto, na Doca, nas avenidas Mauá e Júlio de Castilhos, na estação da Via Férrea, em todas as ruas enfim, próximas do Guaíba. Já ninguém mais procura ver de parte a angustiada situação em que há uma semana se encontrem aqueles bairros, na sua maioria habitados por gente pobre condenada a todas as calamidades, as provocadas pela natureza e as provocadas pelo próprio homem. Toda a preocupação popular esteve presa, ontem, aqui perto, ao derredor do Cais, assistindo ao espraiamento das águas e o alargamento da cidade (AC, 18/09/1928, p. 3).

Esta atitude descrita por Callage, da população das zonas não inundadas sair às ruas para assistir o a inundaçãõ no centro, de transformar as vicissitudes e tragédias alheias em espetáculo, aponta para uma nova sensibilidade que se define com o desenvolvimento urbano. O colunista percebe a ação coletiva dos vizinhos, mesmo de pequeno auxílio, para proteger as famílias ainda mais necessitadas. Tal reação remete a um sentimento que pode se aproximar ao conceito de classe de Thompson, já que os flagelados estão submetidos a um mesmo conjunto de estímulos e experiências. O poder público, segundo o cronista, não apenas deixa de prestar proteção às vítimas da catástrofe, mas também não aplica esforços para combater a cheia nas áreas atingidas:

Há dias que a Rua São João e adjacências estão completamente abandonadas de qualquer cuidado por parte dos poderes públicos e proteção às vítimas da enchente.

Chegam-nos dali queixas e súplicas as mais dolorosas. Vimos, confirmada com os nossos próprios olhos a situação desesperada em que realmente se encontra aquela zona. Entre onze horas e meio dia de ontem, estivemos no local onde se nos depararam quadros verdadeiramente dolorosos. Doentes que passaram a noite em cima de caixões e de tábuas molhadas; doentes ainda sem alimento e sem remédios, vendo seus padecimentos agravados de hora a hora; crianças chorando de fome; pobres mulheres sem recurso; entregues à mais completa miséria, sem terem meios de preparar ou de adquirir a sua pobre alimentação. Afora o pequeno auxílio prestado por alguns dedicados moradores a vizinhança, tratando do salvamento das famílias mais em perigo, nenhum socorro de outra ordem tem surgido em favor da maioria de suas vítimas. É profundamente doloroso o quadro que toda aquela vasta zona flagelada apresenta. E o choro das crianças famintas, os gritos de desespero das mães sem recurso e a prostração exaustiva dos que lutam há quase duas semanas com a invasão calamitosa das águas, dão tonalidades mais carregadas e impressionantes àquele quadro imenso de sofrimento humano (AC, 19/09/1928, p. 3).

O colunista se coloca no centro da ação e descreve de primeira mão, sem relatos de terceiros, o sofrimento desta parcela da população; o *flâneur* mostra seu trabalho, aproximando-se do evento e relatando, como espectador, a miséria que a enchente

proporcionou aos moradores das áreas atingidas. Interagindo com os moradores locais, Callage relata sua conversa com uma senhora idosa e identifica a ajuda – insuficiente – que o governo estadual presta aos bairros atingidos. Sevcenko (2014) também elucida tal descaso dos órgãos públicos com a sorte dos flagelados, em São Paulo. A falta de um plano para prevenção de enchentes, ou mesmo de resgate à população atingida, distribuição de remédios ou alimentos, é notória n’*A Cidade*.

Ao passarmos na rua transversal à São José, num casebre próximo à linha férrea, que vai da estação do Gravataí, uma pobre velhinha, de sessenta anos presumíveis, respondendo a uma pergunta nossa, nos falou de cima das tábuas fronteiras a uma janela:

- Há dois dias que nem um naquinho de pão entra na minha boca! A minha companheira mais moça saiu ontem de manhã para arranjar alguma coisa, mas não voltou. Se o senhor quisesse me fazer a graça nem que seja de um pão!... Deus lhe ajudará.

Sáímos imediatamente em busca de qualquer coisa para a pobre velhinha flagelada. No caminho um pensamento único, uma ideia fixa nos dominava: como aquela, quantas outras não estarão em situação semelhante, em estado de penúria idêntico? Os bairros pobres completamente dominados pela enchente são enormes e os socorros prestados pelo município e pelo governo estadual não estão à altura da situação angustiosa por que passam todos os pontos da capital (AC, 19/09/1928, p. 3).

O mesmo problema, recorrente na estação primaveril, é apresentado por Roque Callage em 1929, quando escreve que “não é difícil imaginar o sacrifício por que passa, a população daquela zona na época calamitosa das chuvas contínuas, como ora acontece” (AC. 11/10/1929, p. 4). Novamente as áreas mais baixas da cidade, com especial atenção aos bairros operários, são atingidas pelas cheias do Guaíba. A sina das cheias que ora transbordaram o Guaíba, ora o Riacho, este localizado próximo ao arrabalde do Menino Deus, foi personagem d’*A Cidade* durante o período que Callage assinou a coluna. Em 1926, 1928, 1929 e 1930, o cronista registrou as dificuldades que as populações pobres, residentes nas áreas mais baixas e sujeitas às inundações (consequentemente mais baratas²⁹), sofriam periodicamente. A pouca interferência dos governos estadual e municipal no amparo aos necessitados condizia com as práticas positivistas da política sul-rio-grandense durante a Primeira República. A incorporação da população pobre às altas camadas da sociedade deveria ser proporcionada pela iniciativa privada, principalmente por meio dos industriários e das instituições de caridade (BOSI, 1996).

²⁹ Para informações sobre o mercado imobiliário e padrões de moradia em Porto Alegre, consultar Mercado Imobiliário e Padrão Periférico de Moradia (CARRION, 1989).

6.2 No coração de Porto Alegre: o resplandecente amor ao próximo e os morféticos na capital

As instituições de caridade e de assistência à população pobre de Porto Alegre, normalmente voltadas para o abrigo e recolhimento de necessitados, tinham entre seus patrocinadores entidades religiosas, sendo a caridade seu principal elemento de inspiração. A existência de instituições de abrigo não estava atrelada necessariamente à presença de um corpo de médicos, mas principalmente às irmandades e iniciativas de cunho privado, como no caso do Instituto Pão dos Pobres, do Asilo de Mendicidade e Asilo de Órfãos, e da Pia Instituição Pedro Chaves Barcellos, apenas para citar três das aludidas por Roque Callage. Estabelecimentos como a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital São Pedro também merecem a atenção do cronista, que apesar de se queixar das falhas administrativas da cidade, enaltece os "modelares institutos de proteção e de solidariedade humana que a colocam à altura das capitais que mais cuidam do amparo aos nossos semelhantes" (AC, 18/08/1926, p. 5).

Tanto as instituições no campo religioso como as de caráter privado, com a intenção de estarem consonantes ao momento social da conjuntura porto-alegrense e gaúcha, empreenderam iniciativas para proteger as pessoas necessitadas. No caso do Pão dos Pobres, fundado em agosto de 1895 pelo Cônego Marcelino de Souza Bittencourt, com o objetivo de distribuir esmolas e o "pão de Santo Antônio" para a população pobre que ali procurasse abrigo, também foi criado um orfanotrófio para abrigar meninos órfãos, no ano de 1916. Outro aspecto que merece atenção é o cuidado com a "formação do cidadão" pelo Pão dos Pobres, principalmente na década de 1920. Assim como outras instituições católicas, também prezava pelos princípios religiosos na formação dos futuros cidadãos de Porto Alegre, mas voltado para o ensino de um ofício para seus alunos e internos. O instituto implementou cursos técnicos como tipografia, funilaria e sapataria, além de proporcionar lições sobre conhecimentos gerais (MADRUGA, 1998), o que ia ao encontro da política positivista da época, preocupada em formar cidadãos que contribuíssem para a sociedade (BOSI, 1996). Em novembro de 1925, Roque Callage faz a primeira menção à instituição n'A *Cidade*:

Já atinge a elevada quantia os donativos em dinheiro até agora recebidos para a construção do novo edifício do Orfanotrófio Santo Antônio do Pão dos Pobres.

A piedade cristã de Porto Alegre teve assim oportunidade para mais uma vez

se manifestar com o seu grande amor habitual.

Inúmeras instituições pias, templos religiosos e casas de caridade aí estão para atestar eloquentemente o poderoso e constante auxílio recebido das almas verdadeiramente caritativas (AC, 13/11/1925, p. 5).

Com a proposta de construir um cidadão integral, com condições não apenas de cuidar de si próprio mas também de zelar pelo bem do próximo, o Boletim do Pão dos Pobres, publicado em 1926, elucidava que a missão da instituição "visa abrigar muitos órfãos, educá-los nos rígidos princípios da moralidade cristã e ensinar-lhes um ofício, além do ensino cívico e intelectual, transformando-os em homens úteis a si e à sociedade" (BOLETIM, 1926). O fim principal do Pão dos Pobres era "dar uma base firme e sólida (...) no momento mais crítico do moço", para que este pudesse conhecer um ofício que lhe permitisse ganhar a vida e o sustento de sua família (BOLETIM, 1921).

O Orfanotrófio do Pão dos Pobres comemora hoje, o 10^o aniversário de sua fundação.

Deve ser de júbilo, naturalmente, este dia, para todos os pequenos que ali vivem sob a misericórdia daquelas generosas paredes que fazem o orgulho e a glória da pia instituição. Ninguém, por certo ignora os imensos, os incalculáveis benefícios que o Orfanotrófio do Pão dos Pobres tem prestado à infância desamparada de Porto Alegre.

Contando tão poucos anos de existência, ele já tem, entretanto, recolhido centenas de crianças, preparando-as para todos os embates da vida sob os mais puros e benéficos ensinamentos.

Se há, de fato, instituição que tanto mereça ser amparada incondicionalmente pelo nosso povo, pela sociedade em peso desta capital, essa é, sem dúvida a do Pão dos Pobres. Ali dentro da prática verdadeiramente a solidariedade cristã, no que ela tem de mais elevado e nobre. Tudo, portanto, que se fizer em seu benefício, nunca será em demasia, tal é a luz da bondade que irradia do Orfanotrófio em prol de uma legião de seres que a sorte avara e o destino ingrato arremessaram para o mundo, entregues à desdita de si mesmos. Não fora ele, e quantas pequenas vidas, hoje, já encaminhadas para vencer os mais duros empecos não estariam, a esta hora, abandonadas, irremediavelmente perdidas!... Felizmente para glória do Orfanotrófio do Pão dos Pobres, não há quem não tenha compreendido o quanto ele representa de elevado e de altruísmo na grandeza dos seus fins e dos seus intuitos (AC, 02/04/1926, p. 5).

O Boletim da instituição do início de 1925 relata que não podendo dispor de recursos próprios para angariar as obras do edifício, "convidou-se um certo número de distintas senhoras e senhores para, com seu prestígio no meio social, adquirirem os recursos necessários" (BOLETIM, 1925). Esta primeira comissão, e outras organizadas posteriormente, ajudaram a inserir o instituto e a consolidar o Pão dos Pobres em meio aos agentes sociais do período (PINHEIRO, 1998).

As escolas católicas de ofícios assumiram a responsabilidade de assistir à população necessitada e formar o cidadão e trabalhador que os preceitos positivistas pregavam. Além das iniciativas como o "dia da flor", a instituição se mantinha com a colaboração de "benfeitores", empresários ligados à indústria e ao comércio, personalidades públicas e oficiais das Forças Armadas. A idealização do Liceu de Artes e Ofício do Pão dos Pobres (inaugurado efetivamente em 1930) contou com a colaboração conjunta da sociedade, como bem explica Callage, ao descrever que "a todas as principais ruas emprestaram a sua graça e a sua formosura bandos de senhoritas e senhoras, sobraçando cestinhos de flores que eram vendidas", em ação promovida para arrecadar fundos "em benefício das obras do Orfanotrófio do Pão dos Pobres" (AC, 21/10/1928, p. 4).

Muitas coisas desagradáveis e más se poderão dizer de um sábado de chuva, principalmente aqui, em Porto Alegre, onde ele tem um especial destaque, uma nota de viva e inconfundível animação. Entretanto, o de ontem, apesar de algumas horas de aguaceiro, nada perdeu em brilho, em movimento, em vida. Dia consagrado à flor, o seu perfume encheu de graça e encanto a cidade. Não houve lapela, desde a mais modesta a mais empertigada, desde o simples funcionário ao ridículo e suspeito "almofadinha", em que a flor não se apresentasse, menos como ornamento do que como contribuição a uma das mais beneméritas instituições de caridade de Porto Alegre, como é indiscutivelmente a obra do Pão dos Pobres, mesmo com os seus constantes pedidos à bolsa do povo. O público atende sempre de boa vontade e com prazer a esses apelos, tanto mais quando eles são feitos por intermédio de uma flor e, ainda mais – por intermédio da mulher, que é uma flor também e a mais predileta, a mais preferida e tentadora de quantas flores se entreabrem pelos canteiros dos nossos jardins (AC, 21/10/1928, p. 4).

As obras de caridade da Pia Instituição Pedro Chaves Barcellos, inaugurado em 1923 e com capacidade para abrigar um número de até 100 meninas em condições de abandono, também foram relatadas pela coluna *A Cidade*. Enumerando as "admiráveis instituições" que prestam solidariedade e proteção à população porto-alegrense, Callage não esquece do Asilo de Mendicidade, do Pão dos Pobres, e mais recentemente, a Instituição Chaves Barcellos, que segundo o colunista, "resplandece ainda mais (...) o amor do próximo e a verdadeira caridade (AC, 18/08/1926, p. 5). O cronista ainda elucida que Porto Alegre tem a felicidade de contar com um grande número de "instituições pias que sobremodo honram o coração generoso do seu povo" (AC, 11/03/1925, p. 5), e mais uma vez utiliza o exemplo da Instituição Chaves Barcellos. Ao salientar que nada falta em Porto Alegre, e que apesar da indiferença que os "arqui-milionários" têm em relação às "vozes de amor e de piedade", a generosidade da família

Chaves Barcellos, por meio do auxílio de todos os seus membros, mantém "com tocante carinho em memória do saudoso fundador daquele grande Recolhimento. Aquilo que ali está, no alto do morro, dominando a cidade, é mais do que um abrigo – é um santuário, santuário de amor" (AC, 11/03/1925, p. 5).

O crescente número de instituições para pessoas pobres, asilos e orfanatos, assim como os serviços prestados pelos hospitais (nesta última categoria, principalmente a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital São Pedro e o Dispensário Rabello), serviu como assunto e inspiração para inúmeras edições d'*A Cidade*. Um ponto, entretanto, incomoda o cronista: o constante pedido de auxílio e doações. As proporções assustadoras que a solicitação de donativos em Porto Alegre assumiu, "sem dar mais um momento de sossego" à população (AC, 01/11/1928, p. 4), vitimava não apenas as parcelas mais abastadas da cidade, mas a população em geral, independente de ter pouco ou muito dinheiro, ser homem, mulher ou criança; a "bolsa do público", e principalmente daqueles que "vivem a lutar com toda a sorte de dificuldades (...) precisa de um pouco de trégua" (AC, 01/11/1928, p. 3). Em 1930 novamente um caso de peditório abusivo foi veiculado n'*A Cidade*, entretanto, com o agravante de dolo à "boa-fé do público caridoso". Com o intuito de "angariar donativos para o futuro Instituto para cegos Dr. Getúlio Vargas", pessoas (o cronista não os nomeia,) percorreram inúmeras cidades do Rio Grande do Sul ludibriando quem se interessasse com a doação, mas que "com esse dinheiro, viveram, por algum tempo, vida regalada, completamente esquecida que tão elevada soma lhes fora confiada para fim muito diverso" (AC, 23/02/1930, p. 3). O caso, como era de se esperar, teve seu desfecho na polícia, mas não sem antes decepcionar os "pobres cegos que já andavam antegozando os benefícios para eles resultantes da fundação (...) de um estabelecimento do gênero" (AC, 23/02/1930, p. 3).

Os morféticos, assim como as instituições que prestavam auxílio aos portadores de lepra, receberam seu espaço em *A Cidade*. Estigmatizados pelo imaginário social, os leprosos tiveram na Bíblia o maior e mais tradicional difusor – no livro intitulado "Levítico", a lepra é sinônimo de imundície e sujeira, assim como impureza, devendo ficar o doente fora do acampamento ou comunidade à qual pertence (BÍBLIA, 1995). Alguns relatos médicos no Brasil, datados do final do século XIX e início do XX, indicam os leprosos como pessoas promíscuas, desordeiras, renegadas, perigosas, mendicantes e andarilhos, vivendo em bandos à beira das cidades (SERRES, 2009).

Algumas destas imagens são recorrentes n' *A Cidade*, onde Roque Callage receia que “Porto Alegre será em breve, um verdadeiro hospital de morféticos onde estes terão livre trânsito por todas as ruas e centros da cidade” (AC, 06/06/1928, p. 5). Um diálogo entre o cronista e “um ilustre facultativo dos mais nomeados e de mais clínica” demonstra a preocupação com a situação dos leprosos que tomam as ruas da capital. A solução, conforme o colunista, é a pronta criação de um leprosário, assim como realizado em São Paulo, onde o governo estadual tomou imediata ação para suprimir e recolher os morféticos. A discussão sobre o local apropriado para erigir tal instituição já ocorria há alguns anos, enquanto que:

...os doentes dessa enfermidade hedionda continuam a se multiplicar em Porto Alegre, aparecendo por toda a parte numa ameaça de contaminação. Há dois ou três anos, o número de casos aqui conhecidos, não ia além de quatro. Hoje é voz geral existirem mais de vinte pessoas atacadas da horrorosa peçonha, sem que providência alguma fosse até agora tomada não só quanto ao isolamento dos doentes, como quanto à criação de um leprosário para o tratamento dos mesmos (AC, 06/06/1928, p. 5).

A constituição de 1891 concedeu autonomia aos Estados da federação no combate a enfermidades decorrentes de problemas sanitários. Devido ao descompasso de ações, a situação da saúde pública no Brasil durante a Primeira República apresentou-se de maneira distinta nas diversas regiões do país. Enquanto Rio de Janeiro e São Paulo tomavam medidas de precaução quanto ao contato e ao convívio de seus infectados, no Rio Grande do Sul os mesmos eram encontrados vivendo nas ruas, tanto da capital como em outros municípios. Em 1897 foi criado Departamento Geral de Saúde Pública, orientado a dirigir os estudos de doenças infectocontagiosas, entre outras atribuições; através da reforma institucional de 1904, o DGSP passou realizar o serviço de higiene defensiva e profilaxia geral, além de higiene domiciliária no Distrito Federal. Algumas medidas referentes à lepra foram tomadas com a reforma de 1904, como a intervenção dos poderes públicos e a exigência de isolamento domiciliar enquanto não se estabelecessem colônias para abrigar os enfermos (SERRES, 2009).

Discutia-se a necessidade de criar leprosários e colônias para reclusão, já que as medidas voluntárias e emergenciais, como a criação de Lazaretos para os enfermos, custeados através de filantropia e instituições privadas, não era suficiente para a quantidade de leprosos que aumentava cada vez mais. Cálculos estimavam entre 30 e 50 mil o número de doentes no Brasil. A falta de consenso se deveria ser construído um

leprosário nacional ou vários leprosários regionais, também era um ponto de discussão importante, entretanto defendia-se que o combate à lepra deveria ser permanente e estendido a todo o país (SERRES, 2009). As medidas preventivas em relação ao tratamento das pessoas acometidas de lepra, essa “horrorosa enfermidade” (AC, 08/07/1925), encontravam vozes desafinadas às de Roque Callage. O médico Belisário Penna, através do artigo “O problema brasileiro da Lepra” (O PROBLEMA, 1928), atacava a construção de leprosários estaduais e regionais, alegando que tal medida iria multiplicar os focos da lepra, pois os doentes “migrariam” de um Estado para outro fugindo das medidas sanitárias: sugeria, assim como Oswaldo Cruz, a construção de uma colônia na Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Já o cronista exultava a criação de uma casa nas cercanias de Porto Alegre:

Projeta o governo do Estado, segundo divulgou esta folha em sua edição de ontem, a criação de um leprosário nas vizinhanças desta capital.

Agita-se assim, de novo, o palpitante problema. Ele é de fato um dos que mais carecem de solução imediata. Nada se fez ainda no Rio Grande sobre o monstruoso assunto. Por isso mesmo é por todos sabido da propagação que o terrível mal de Lázaro vai tendo entre nós. Porto Alegre, mais do que qualquer outra as nossas cidades oferece um expressivo exemplo dessa propagação. Além do grande número de morféticos aqui existentes, a cidade é frequentemente invadida por outros que chegam de fora e que aqui vai em procura de melhoras para aquela pavorosa enfermidade. E nesse contato de ruas, hotéis e pensões, a propagação vai se fazendo progressivamente (AC, 12/01/1929, p. 3).

A legião dos mendicantes “marcados pelo estigma hediondo”, perambulando pela Rua da Praia, aumenta diariamente, instigando o cronista a cobrar “medidas indispensáveis no sentido de serem isolados os enfermos” (AC, 12/01/1929, p. 3). Novamente tomando São Paulo como exemplo, Callage solicita medidas do governo estadual do Rio Grande do Sul, para que se estude um local apropriado para a construção de um leprosário. Esperançoso que logo esta “obra de grande alcance para o próprio futuro do Rio Grande” seja iniciada, Callage vê na futura instituição o futuro para a campanha de combate à lepra no Estado, que evitará o “horrível espetáculo proporcionado por grande número de morféticos que vivem a mostrar pelas principais ruas da capital o mal que os domina” (AC, 12/01/1929, p. 3). A construção de um leprosário afastado da cidade não só é defendida por Callage, mas o colunista chega a sugerir os locais onde o mesmo pode ser edificado: “Há em redor de Porto Alegre, locais apropriados como a zona de Santa Tereza e Cristal, para onde os doentes poderiam ser conduzidos até mesmo pelo próprio Guaíba, sem perigo algum de contato”

(AC, 08/07/1925, p. 5)

Os planos de construção de um leprosário no Rio Grande do Sul, apesar de existir como projeto desde a década de 1920, só tomou corpo com o conjunto de políticas nacionais de combate à doença, implantadas por Getúlio Vargas nos anos 1930. Em julho de 1929, *A Cidade* noticiava a intenção do governo estadual de construir um leprosário em alguma das ilhas limítrofes à capital (AC, 26/07/1929), entretanto a aquisição do terreno destinado a este fim, localizado há 67 quilômetros da capital, só ocorreu em fins da década de 1930. A inauguração do leprosário Hospital Colônia Itapuã ocorreu em 1940, tendo capacidade para receber até 500 pacientes em uma área de 3 mil hectares (SERRES, 2009). Outras instituições como o Dispensário Rabello, local que “grandes e inestimáveis serviços” no tratamento de doenças de pele prestou a Porto Alegre (AC, 08/07/1925), e o Hospital de Isolamento do Estado, recebiam alguns doentes, mas tinham uma capacidade limitada de leitos. A Santa Casa de Misericórdia, por exemplo, não tinha sequer um local de isolamento destinado a estas pessoas (SERRES, 2009).

Outras instituições de saúde, pias e hospitais, ganharam espaço na coluna assinada por Roque Callage. O Hospital São Pedro³⁰, inaugurado em 1884, sendo então o primeiro hospital para alienados do Rio Grande do Sul, foi um deles. Sua fundação está ligada à filantropia, tendo origem na Santa Casa de Misericórdia, que comportava uma ala específica para alienados. As mudanças do espaço do hospício para um ambiente de exercício do conhecimento médico – o desenvolvimento da psiquiatria no Rio Grande do Sul está diretamente relacionado ao Hospital São Pedro³¹ – foram realizadas por meio de um demorado processo. Avanços principalmente entre os anos 1920 e 1940, como a criação de instituições que convergiam para o São Pedro (Colônia Agrícola, Manicômio Judiciário e postos de psicopatas), consonantes com uma nova legislação (DECRETO 3356/24), onde se regulamentou a assistência a alienados, reconhecendo a psiquiatria como discurso legítimo sobre a loucura (WADI, 2002). Roque Callage relata esta mudança em 1927, enumerando as dificuldades e a má fama que a instituição gozava, já que ali era “um verdadeiro estabelecimento de pavor (que),

³⁰ O decreto 3550, de 29 de dezembro de 1925 modificou o nome de Hospício São Pedro para Hospital São Pedro.

³¹ Para mais informações sobre o desenvolvimento da psiquiatria em solo gaúcho e sua relação com o Hospital São Pedro, consultar *Palácio para guardar doídos: uma história das lutas pela a construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul* (WADI, 2002).

para os misteres que foi criado, tudo faltava” (AC, 14/09/1927).

Os diretores e médicos do hospital delegavam às autoridades públicas e à sociedade a responsabilização pelo estado precário que o mesmo se encontrava. Aos últimos era atribuída a culpa pelos problemas de estrutura, e por criarem obstáculos à utilização do saber médico, o que impossibilitava um tratamento eficaz e a cura dos internos (WADI, 2002). Queixas constantes sobre superlotação e encaminhamentos inadequados permeiam os relatórios dos diretores da instituição; a ausência de identificação dos internos, assim como a falta de acompanhamento familiar, dificultava o trabalho dos médicos (PICCININI, 2011). Em 1925, entretanto, um novo regulamento foi aprovado e os 869 pacientes do São Pedro passaram a contar com o serviço de um novo quadro de funcionários, com cinco médicos, 12 enfermeiros e 19 ajudantes. Em 1926 um novo quadro foi estipulado, com sete médicos, 24 enfermeiros, um dentista e um grande número de profissionais técnicos (CHEUICHE, 2017). Quando Callage elucida as modificações ocorridas no Hospital São Pedro, com a instituição entrando “numa nova fase que por certo muito recomenda o velho estabelecimento hospitalar, único que o Estado possui para reclusão e tratamento dos perturbados mentais que por aí andam aos encontrões” (AC, 14/09/1927, p. 5), se referia às reformas efetuadas no hospital com o intuito de adaptá-lo aos modernos serviços psiquiátricos então instituídos. O colunista ainda afirma que “o velho Hospício perdeu o seu significado de casa de reclusão, para ser mais verdadeira casa de saúde. Dia a dia ele se vai aparelhando de todos os meios necessários para atender aos fins para que o mesmo foi criado” (AC, 14/09/1927, p. 5).

Muito próximo ao ideal *castilhist*a de prestar assistência benévola aos fracos, Callage retrata de modo preocupante as condições tanto sanitárias quanto estruturais de Porto Alegre e de diversos edifícios públicos. As crônicas que relatam a impressão que a Casa de Correção de Porto Alegre causa aos visitantes da capital, que lhes “choca a vista, fere imediatamente o espírito” (AC, 08/04/1925, p. 5), ou mesmo o artigo “Casa de Corrupção”, veiculado pelo *Diário de Notícias* em 27 de novembro de 1927, e posteriormente comentado por Callage em sua coluna, tratando da “promiscuidade dos presos” e sugerindo a construção de novos pavilhões para os apenados (AC, 29/11/1927, p. 5), transparecem a preocupação do colunista com o serviço prestado pelas instituições de cariz assistencialista; segundo o cronista, os jovens infratores que são recolhidos à Casa de Correção com o intuito de “cumprirem penas pelas faltas

cometidas, são vítimas inevitáveis da bestialidade a que ficam sujeitos pela vida em comum que levam com reclusos adultos” (AC, 29/11/1927, p. 5). A questão dos menores infratores pode ser relacionada à configuração de Castel (2008) de “zona de quase exclusão”, mas principalmente deve ser vista sob a ótica da assistência oferecida pelas instituições de caridade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os personagens que ilustraram as crônicas d'A *Cidade*, os indivíduos que foram retratados com suas misérias, angústias e destratos – em muitas ocasiões, em suas mais cruas realidades e infelicidades – formam uma parte da “miscelânea inevitável dos grandes centros urbanos”, conforme Roque Callage relatou em sua coluna (AC, 11/05/1930). Operários, mulheres e crianças exploradas pelas fábricas, mendigos, imigrantes, suicidas, leprosos, flagelados, crianças pobres, a vasta clientela das instituições de caridade, enfim, todo o “caleidoscópio, ou a sucessão de quadros em Cosmorama” que o cronista avista da janela da redação do *Diário de Notícias* (AC, 08/01/1928), quando não pratica o *footing* pelas principais artérias da capital, encontra espaço em sua coluna.

Os “esquecidos” (CORREIO DO POVO, 25/03/1921), que Roque Callage transporta para A *Cidade*, mantêm um traço em comum, uma similaridade que permite correlacioná-los: todos fazem parte da sociedade porto-alegrense, quer contribuindo economicamente, quer se aproveitando das margens, das sobras que o sistema social lhes oferece. José de Souza Martins (2015) coloca estas pessoas que vivem à margem da sociedade, mas ainda assim interagindo com ela, no patamar de “sub-humanidade”, incorporada através de vários subterfúgios, mas principalmente pelo trabalho precário; uma “sub-humanidade” oriunda de insuficiências e privações, desdobradas para fora da esfera econômica. Estes excluídos da sociedade de Porto Alegre durante a Primeira República, principalmente nas décadas de 1920 e 1930, não são vistos pelo cronista como párias, como cidadãos de segunda categoria (ao menos nada indica isso nos relatos de sua coluna), mas cidadãos que, ora necessitam de auxílio dos órgãos competentes, seja municipal ou estadual, ora das instituições filantrópicas e de caridade.

A Rua da Praia é o lugar de excelência de Callage para ver a cidade em todos os seus aspectos, especialmente o contraste entre a Porto Alegre “rica” e a Porto Alegre “pobre”. O discurso positivista dos intendentos de Porto Alegre (José Montaury entre 1897 e 1923, e Otávio Rocha, entre 1924 e 1928, assim como de Alberto Bins, no período 1929-1937), assim como as mudanças urbanísticas e sociais implementadas pelas administrações municipais, não privilegiaram os grupos populares, que tiveram dificuldades para compreender os novos valores sociais baseados em preceitos elitistas. Se por um lado era possível encontrar o luxo dos automóveis, o *footing* e as vitrines

decoradas para o Natal, também se descortinava a imagem dos mendicantes, dos cães vadios e dos leprosos. Esse contraste entre o fausto e a miséria, exposto a um só momento no coração da urbe, como Callage escrevia, fornece um vislumbre do modo como o cronista pensava os excluídos, os marginalizados. Partindo da premissa que a alteridade apenas ocorre na comparação de “um” com o “outro”, Callage coloca de um lado a imagem de uma Porto Alegre vibrante com os automóveis zunindo pelas ruas, e do outro os cidadãos menos afortunados, os pedintes e esmoleiros que vagueiam pelas artérias da capital gaúcha em busca de parques tostões, breves alentos à sua condição de marginalizados.

Dentro da esfera do grupo composto por operários, das classes mais baixas, mas ainda assim economicamente produtivas, podem ser pinçadas algumas elucidações de Callage, assim como outras questões adjacentes a este grupo, apesar de não ser nomeadamente reconhecido pelo autor como pertencente à classe dos "esquecidos". O alto valor dos impostos prediais que impossibilitam a dignidade de sua moradia, o elevado valor dos alimentos, principalmente em produtos que o cronista considera de "primeira necessidade" (carne e pão), as precárias condições de trabalho às quais os operários de fábricas e empregados do comércio estão sujeitos, além do trabalho infantil e dos abusos referentes ao trabalho feminino em fábricas, são as principais denúncias realizadas pelo colunista. É importante perceber que este grupo não se distancia do conceito estabelecido por José de Souza Martins (2015), pois apesar de serem economicamente ativos (de um modo ou de outro), os operários, conforme Callage apresenta em uma série de crônicas, encontram-se à margem da sociedade, com insalubres condições de trabalho, moradia, transporte e alimentação.

A experiência compartilhada entre os operários não apenas quanto aos casos de moradia e de carestia de alimentos, mas também nos períodos de greves e paralizações, principalmente as de 1917, 1919 e 1929, ajuda a compreender a formação de um conjunto, que Thompson (2011) chama de “classe”, assim como Roque Callage, algumas décadas antes. Claro que a percepção do cronista não está baseada na formação da classe operária porto-alegrense através das relações de produção às quais o operariado e os funcionários das casas de comércio estão condicionados, de forma voluntária ou involuntária, mas no relato de experiências compartilhadas entre os grupos. A classe operária (AC, 25/04/1929), a classe caixeral (15/07/1926), assim como as classes comercial e profissional (01/01/1926), e mesmo os outros grupos, já

elencados neste trabalho – mendigos, crianças pobres, vítimas de enchentes, etc. –, enquadram-se na concepção de grupos marginais e excluídos de Luiz Pereira (1971), o qual delimita como características mais importantes a falta de remuneração, ou mesmo a baixa renda salarial, assim como o período instável de trabalho. Estas condições dizem respeito, principalmente e em primeiro lugar, aos pedintes nas ruas que Callage apresenta n’*A Cidade*, em segundo lugar, aos operários fabris gaúchos, às mulheres exploradas pelas fábricas, assim como às crianças submetidas ao irregular trabalho infantil, enquanto que os pontos referentes à habitação, saúde, educação, e acesso tanto a serviços públicos como sociais, são comuns a todos os grupos.

A questão da habitação é delimitada pela falta de serviços higiênicos, à superlotação, à distância de centro urbano e a parca qualidade da construção. Praticamente todos os indivíduos identificados como os “esquecidos” de Roque Callage estiveram condicionados a este elemento. Os operários, empurrados para os bairros operários, principalmente o São João e o Navegantes, onde grande parte das ruas não era pavimentada e os serviços, tanto de saneamento e higiene como de acesso e transportes, eram escassos, são os primeiros a serem apontados (AC, 16/05/1930; AC, 03/05/1929; AC, 06/11/1927). As crianças pobres, mencionadas pelo cronista como uma categoria que se encerra em si só (não há elucidicações quanto à composição de suas famílias, apenas o fato de disporem de poucos recursos financeiros), mas também sofrem e são excluídas devido à questão da habitação, visto que apenas o centro de Porto Alegre, o 1º Distrito da capital, local de moradia da população mais abastada, reunia as condições básicas de higiene, saúde, distribuição de água, e energia elétrica, assim como a qualidade da construção, conforme descrito pelo Relatório Geral de Construções, de 1926 (DECRETO, 1926). Áreas mais afastadas do centro, como os arrabaldes do Menino Deus, os já citados bairros operários, assim como a Cidade Baixa, Floresta, Caminho do Meio e todas as regiões distantes do coração da urbe, não eram contempladas com os mesmos serviços que os residentes do centro dispunham. Tal situação refletia nos valores dos aluguéis (AC, 30/11/1930; AC, 16/05/1928), exorbitantes na região central da cidade.

Os leprosos estão enquadrados no item referente à saúde, principalmente quando considerada a falta de alimentação adequada, de cuidados médicos, e os riscos de contágio e morte. Perambulantes pelo centro da cidade, na Rua da Praia o cronista encontra estes “representantes de todas as deformações físicas da humanidade. Cegos.

Paralíticos. Sem braços. Sem pernas. E regular número de morféticos de ambos os sexos” (AC, 11/05/1930, p. 4). O leprosário, clamado e exigido por Callage, infelizmente só foi erigido após sua morte, em 1940 (SERRES, 2009). A campanha do colonista pela construção de um espaço destinado aos enfermos acompanhou sua trajetória no *Diário de Notícias* durante o período de 1925 a 1930, inclusive sugerindo locais para sua constituição (AC, 08/07/1925).

A mendicância e os pedintes, os flagelados de enchentes e os suicidas também estão entre os “esquecidos” de Roque Callage, o que os enquadra na questão do acesso aos serviços públicos e sociais. Assim como os “morféticos”, os mendigos também estão “esquecidos” pelas autoridades públicas, sendo lembrados quase que exclusivamente apenas pelas instituições pias e de caridade. O serviço social, segundo a cartilha positivista no Rio Grande do Sul, delegava à iniciativa privada e de irmandades religiosas a integração das classes populares à sociedade, restando para o poder público a incumbência de administrar os conflitos que por ventura pudessem surgir (BOSI, 1994). O Asilo de Mendicidade, o Pão dos Pobres e a Pia Instituição Pedro Chaves Barcellos – citando apenas as instituições elencadas pelo cronista – ajudaram a cumprir a função de elo entre os grupos pobres (principalmente crianças pobres e idosos) e a sociedade porto-alegrense. A escola de ofícios do Pão dos Pobres talvez seja o principal exemplo (BOLETIM, 1926). As vítimas de enchentes foram personagens frequentes na *Cidade*; todos os anos os quais assinou a coluna com seu indefectível “C.”, de 1925 a 1930, as enchentes e o drama humano estiverem presentes. Os bairros com pior infraestrutura, e retoma-se aqui a questão da moradia como elemento delimitador para os grupos marginais e excluídos, são os mais atingidos, os que mais sofrem com as cheias do Guaíba e dos córregos e rios que cruzam os arrabaldes e os terrenos baixos da capital (AC, 16/09/1928; AC, 18/09/1926). Os suicidas também tiveram espaço em *A Cidade*, e se Callage não os via sob uma perspectiva “positivista”, delegando-os à caridade das instituições privadas, compadecia-se da tristeza que o ato de autoextermínio representava (AC, 03/12/1929).

As crianças pobres, já citadas no caso da falta de condições de moradia, também foram apresentadas em situações mais supérfluas, mas não menos representativas. O contraste entre as crianças pobres e as ricas durante as festividades de Natal, ajuda a compor o quadro da sociabilidade porto-alegrense do período de 1920-1930. O fato de “Papai Noel não gostar de crianças pobres” (AC, 23/12/1928, p. 3), assim como a

coluna autobiográfica sobre o mesmo assunto (AC, 25/12/1929), são elucidativos para se compreender como o cronista percebia as parcelas que eram esquecidas pelos órgãos públicos, pela caridade, ou mesmo pela simples “sorte”, na falta de outro termo.

A relação entre Roque Callage e a parcela da população que vivia às margens do sistema capitalista, os “excluídos” na República Velha, especificamente durante os anos que assinou a coluna *A Cidade*, é possível de ser compreendida quando se toma o conceito de excluídos e marginalizados de José de Souza Martins (2015) para delimitar estes grupos. Ao mesmo tempo em que se apresentam os “esquecidos” n’*A Cidade*, pode-se perceber os vestígios de formas pobres e insuficientes, às vezes mesmo indecentes, de inclusão. Não há exclusão completa destes indivíduos, eles estão integrados, mesmo que parcialmente e insatisfatoriamente, aos mecanismos de reprodução e consolidação da sociedade à qual pertencem. O limite que separa os ricos dos pobres é constantemente redefinido, exibindo de modos sucessivos e distintos o contraste mesmo dentro de um único grupo. Os proletários têm no seu trabalho sua fonte de renda, diferentemente dos mendigos, por exemplo, que vivem de esmolas. Ambos são excluídos por estarem à margem da sociedade porto-alegrense do período, por não gozarem de prerrogativas básicas de cidadania, mesmo que de forma distinta³².

José Murilo de Carvalho, em *Brasileiro: Cidadão?* (1998), relata uma história pessoal para chegar à conclusão que existem três “categorias” de cidadãos no Brasil. A primeira é constituída por o que o autor denomina de o “cidadão de primeira classe”: é o titular dos direitos constitucionais e merecedor das prerrogativas da lei; normalmente branco, com educação escolar completa e sem marcas de trabalho braçal. A segunda categoria é formada pelo trabalhador com carteira de trabalho assinada, pelo proletário; goza de relativos direitos constitucionais – alguns são violados, outros preservados, dependendo da situação – e ainda merece algum grau de respeito; são os “cidadãos de segunda classe”. A terceira categoria, aquela cujos integrantes não são considerados cidadãos, é formada pelos indivíduos que vivem de biscates, analfabetos, ou semianalfabetos.

Não é difícil transpor as três categorias de cidadãos de Carvalho (1998) para os personagens que Roque Callage descreve n’*A Cidade* durante o período de 1925 a 1930.

³² “Cidadão”, no Brasil durante a Primeira República, era considerado quem tinha a capacidade de exercer o voto durante as eleições, e delimitado assim por sua fonte de renda, escolaridade e gênero sexual (CARVALHO, 2002).

As duas últimas categorias, os “cidadãos de segunda classe” e os que não são cidadãos, são os mais próximos do que o cronista considera como “esquecidos”. Os primeiros são os operários, os empregados do comércio, as telefonistas (AC, 12/11/1930); os proletários que vivem com dificuldade em bairros sem infraestrutura, com poucos direitos civis e sociais. O segundo, constituído principalmente por pedintes e leprosos, são os indivíduos que não são beneficiados por políticas sociais, são aqueles que não possuem fontes de renda lícitas.

A exclusão pode ser considerada, a partir das crônicas de Callage, como um momento de percepção que o cronista teve sobre algumas parcelas e indivíduos da sociedade de Porto Alegre. A privação de emprego, de acesso a serviços públicos e sociais, à moradia e condições básicas de saúde, de participar do mercado de consumo, tanto de forma direta como indireta, e mesmo a privação de esperanças e liberdades, foram descritas por Roque Callage durante seu período como cronista do *Diário de Notícias*, no espaço d`*A Cidade*, em contraste com o mundanismo das crônicas voltadas para a sociabilidade, o consumo e a moda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A **POLÍTICA Social Brasileira** (1930-1964). Evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1983.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas. In: **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGUIAR, Laísa Teixeira de. **A poesia de Apolinário José Gomes Porto Alegre: recuperação e estabelecimento de texto**. Tese em História. Programa de Pós Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ANTELO, Raul (org.). **João do Rio: A alma encantadora das ruas**. São Paulo: companhia das Letras, 2013.

ARGUELHES, Delmo de Oliveira; COSTA, Ana Carolina Silva da. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. In: **Univ. Hun.**, Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 109-37, jan./dez., 2008.

ARRIGUCCI, Davi Júnior. **Enigma e comentário**. Ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na Greve de 1906, em Porto Alegre. In: **MÉTIS: história & cultura** – v. 2, n. 4, p. 181-224, jul./dez. 2003.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**. Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 1998.

BENJAMIN, Walter. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: KOTHE, Flávio (org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Obras escolhidas III**. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura, e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOUDON, Raymond. *L'idéologie. L'origine des idées reçues*. Paris, França: Fayard, 1986.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: Setor de Filologia da FCRB (org.). **A Crônica**. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. In: **Revista EconomiA**, setembro/dezembro, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: **A Espoliação urbana**. KOWARICK, Lúcio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. Brasileiro: cidadão? In: **Revista do legislativo**, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 23, p. 32-39, jul./set. 1998.

_____. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARRACHO, Túlio Glüer. **Compaixão e respeito: discursos e diferenciações de gênero em notícias de suicídio no Correio do Povo, em Porto Alegre (1925-1926)**. Monografia em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. In: **Revista do patrimônio histórico e**

artístico nacional, n.23, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **A cidade febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHEUCHE, Edson Medeiros. **Hospital Psiquiátrico São Pedro**. Linha do tempo (1874 a 1857). Disponível em <http://www1.saude.rs.gov.br/dados/1326202340912INTERNET%20%20Linha%20de%20tempo%20HPSP.pdf>. Acesso em 02/07/2017.

COSTA, Cristina. **A imagem da mulher**: um estudo de arte brasileira. Rio de Janeiro, Editora Senac Rio, 2002.

CORUJA, Antônio Pereira. **Antigualhas**: reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: ERUS, 1996.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria (orgs.). **A literatura no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global, v. 6, p. 117-43, 1997.

DE GRANDI, Celito. **Diário de Notícias**: o romance de um jornal. Porto Alegre: Lepm, 2005.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e pelos meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

DE SÁ, Jorge. **A crônica**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FERRO, Ana Paula Rodrigues; FERRO, Fábio. Crônica: gênero textual entre jornalismo e literatura. In: **Revista da Faculdade Eça de Queirós**, Ano 3, N. 11, 2013.

FORTES, Alexandre. Férias pra quê? In: **Revista de História**, 12/09/2007 [online]. Disponível: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/ferias-para-que>. Acessado em 26 de junho de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **História da Sexualidade**. V. 01. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Porto Alegre: LPM, 2015.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Sobre os interesses cognitivos, terminologia básica e métodos de uma ciência da literatura fundada na Teoria da Ação. In: **A literatura e o leitor**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
- HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- HOHLFELDT, Antônio Carlos. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. In: **E-Compós**: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. V. 7, 2006.
- HOHLFELDT, Antônio Carlos. Crônicas de Machado de Assis e romance folhetim de Almeida Garrett: duas experiências pioneiras. In: **Revista Famecos**. Mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 23, n. supl., outubro, 2016.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manuel de Mello. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. São Paulo: editora moderna, 2001.
- LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada modernizante e os infiéis no recife, 1922-1926**: higienismo, vadiagem e repressão policial. Dissertação em História. Programa de pós Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2003.
- LOPEZ, Telê Porto Ancona. A crônica de Mário de Andrade: impressões que historiam. In: Setor de Filologia da FCRB (org.). **A Crônica**. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- MACHADO, Propício da Silveira. **Roque Callage**: vida, obra e antologia. Porto Alegre. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.
- MADRUGA, Ana Paula Brasil Vaz. Cidadania em construção: a proposta do Pão dos Pobres. **Veritas**, Porto Alegre, v. 43, n. Especial, dez., 1998.
- MAHIEUX, Viviane. **Urban Chroniclers in Modern Latin America: The Shared Intimacy of Everyday Life**. Austin, Estados Unidos: Texas University Press, 2011.
- MARCHIORI, José Newton Cardoso. Introdução: **Terra Gaúcha**. Cenas da vida rio-grandense. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneiro, 1973.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2015.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a Chronica. . In: Setor de Filologia da FCRB (org.). **A Crônica**. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

MONTEIRO, Charles. A inscrição da modernidade no espaço urbano de Porto Alegre (1924-1928). Dissertação em História. Programa de Pós Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

_____. **Porto Alegre**: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MOREIRA, Maria Eunice. **Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/ICP, 1982.

MURARI, Luciana. Intelectuais e mobilização política na República Velha: a escrita militante de Alcides Maya e Roque Callage.. In: ABREU, Luciano Aronne de; Silveira, Helder Gordim da. (org.). **Política, desenvolvimento e relações internacionais no Brasil contemporâneo**. 1ed. Porto Alegre: Asterisco, 2010, p. 13-41.

_____. “Uma sucessão de quadros em Cosmorama”: cotidiano e ordenamento social na crônica de Roque Callage. In: **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v.38, n. 2, p. 343-62, jul./dez. 2012.

_____. “Um soberbo mostruário de atrações”: a vivência da rua na crônica urbana do Diário de Notícias (1925-1930). In: **Revista FAMECOS**. Mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 21, n. 1, 2014.

NASCIMENTO, Elimar. Hipóteses sobre a nova exclusão social. In: **Cadernos CHR**,

v. 21, Salvador, 1994.

NEUMANN, Rosane Márcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1937). Tese em História. Programa de Pós Graduação em História. Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: Setor de Filologia da FCRB (org.). **A Crônica**. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

NUNES, Guilherme Machado. O operariado fabril e a Lei de Férias: a greve de janeiro de 1929 em Porto Alegre. In: **Escritas**, v. 6, n.2, Araguaína, 2014.

OLIVEIRA, Aline Cristina de. Crônica: um gênero menor? Indagações acerca do texto lítero-jornalístico. In: **II Colóquio da Pós-Graduação em Letras**. UNESP, Campus de Assis, 2010.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. **O PSD no Rio Grande do Sul**: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias. Tese em História. Programa de Pós Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Estudos sobre o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Pioneira Editora, 1971.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**. Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho** (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Revolução Federalista: a memória revisitada. In: **Caderno Ponto e Vírgula**, n. 3. Porto Alegre: SMC, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Editora da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua v. 2**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os excluídos da cidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

PICCININI, Walmor. Fragmentos da história psiquiátrica no Rio Grande do Sul. In: **Revista da Associação Médica do Rio Grande do Sul**. Edição Especial, Porto Alegre, 2011.

PINHEIRO, Leandro. O pão dos Pobres e o terceiro setor. In: **Veritas**, Porto Alegre, v. 43, n. Especial, dez., 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. In: **Revista educação e Realidade**. Porto Alegre, jul./dez. 1999.

PORTO ALEGRE, Achyles. **História popular de Porto Alegre**. Para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela prefeitura municipal. Porto Alegre: PMPA, 1940.

PORTO ALEGRE, Achylles. **Palavras ao Vento**. Crônicas. Porto Alegre: Livraria Selbach de J.R. da Fonseca e CIA, 1925.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A questão social no Rio Grande do Sul: positivismo, borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna. In: **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, vol.1, n. 1, jan./jun., 2009.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950): políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 221-55, jul./dez. 2007.

RÓNAI, Paulo. Um gênero brasileiro: a crônica. In: PRETO-RODAS, Richard.; HOWER, Alfred; PERRONE, Charles (org.). **Crônicas brasileiras: nova fase**. Florida, Estados Unidos: University Press of Florida, 1994.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SCALI, Paulo. **Circuitos de rua: 1908 a 1958**. Porto Alegre: Imagens da terra, 2005.

SCHUCH, Patrice et al. População adulta em situação de rua em Porto Alegre: especificidades sócio-antropológicas. In: GEHLEN, Ivaldo, SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos (org.). **Diversidade e proteção social: estudos quantitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos**. Porto Alegre: Century, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SECRETARIA de Turismo, Desporto e Cultura do município de Guaíba. Disponível em: <http://www.guaiba.rs.gov.br/secretaria-de-turismo-desporto-e-cultura/>. Acesso em 16/12/2017.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SERRES, Juliane Conceição Primon. **Memórias de isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia Itapuã**. Tese em História. Programa de Pós Graduação em História. Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

_____. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes

anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Jandira; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Corag, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**, v. 2. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1926.

STEVENSON, Robert Louis. O estranho caso do doutor Jekyll e do senhor Hyde. In: **O clube do suicídio e outras histórias**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TANNO, Janete Leiko. A rua como espaço de socialização e lazer. São Paulo (1920-1945). In: **Patrimônio e História**, UNESP, v. 5, n. 1, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Uma Crítica ao Pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. Algumas observações sobre classe e falsa consciência. In **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas/São Paulo, Ed. Unicamp, 2001.

THORSTEMBERG, Valdéria. **A tessitura da modernidade literária**: Diário de Notícias, de Porto Alegre, no ano de 1925. Tese em Letras. Programa de Pós Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

VIANNA, Lourival. **Imprensa gaúcha: 1827-1852**. Porto Alegre: Editora do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para guardar doidos**: uma história das lutas pela construção do Hospital de Alienados e de Psiquiatria do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo:

Companhia das Letras, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo.** A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

FONTES

A CIDADE, Alcides Maya. Diário de Notícias. Porto Alegre, 24 de maio de 1931.

A CIDADE, Roque Callage. Diário de Notícias. 01 de março de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 03 de março de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 11 de março de 1925.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 13 de março de 1925.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 21 de março de 1925.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 08 de abril de 1925.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 18 de abril de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 24 de abril de 1925.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 25 de abril de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 09 de maio de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 10 de maio de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 22 de maio de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 24 de maio de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 07 de junho de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 08 de julho de 1925.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 15 de julho de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 24 de julho de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 25 de julho de 1925.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 18 de agosto de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 30 de agosto de 1925.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 15 de setembro de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 31 de outubro de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 13 de novembro de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 24 de novembro de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 26 de novembro de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 15 de dezembro de 1925.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 01 de janeiro de 1926.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1926.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 11 de março de 1926.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 24 de março de 1926.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 02 de abril de 1926.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 01 de julho de 1926.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 15 de julho de 1926.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 15 de agosto de 1926.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 18 de agosto de 1926.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 18 de setembro de 1926.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 19 de outubro de 1926.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 31 de outubro de 1926.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 02 de dezembro de 1926.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 18 de janeiro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 26 de fevereiro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 24 de abril de 1927.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 27 de maio de 1927.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 09 de julho de 1927.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 20 de julho de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 04 de agosto de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 14 de setembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 17 de setembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 04 de outubro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 02 de novembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 06 de novembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 15 de novembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 27 de novembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 29 de novembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 30 de novembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 06 de dezembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 09 de dezembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 11 de dezembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 15 de dezembro de 1927.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 08 de janeiro de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 28 de abril de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 16 de maio de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 01 de junho de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 06 de junho de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 21 de agosto de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 11 de setembro de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 16 de setembro de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 18 de setembro de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 19 de setembro de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 01 de outubro de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 21 de outubro de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 01 de novembro de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 23 de dezembro de 1928.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 12 de janeiro de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 19 de abril de 1929.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 25 de abril de 1929.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 03 de maio de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 12 de maio de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 07 de julho de 1929.

_____. Diário de Notícias, Porto Alegre, 11 de julho de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 26 de julho de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 28 de julho de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 13 de agosto de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 07 de setembro de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 11 de outubro de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 29 de outubro de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 28 de novembro de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 03 de dezembro de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 25 de dezembro de 1929.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1930.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1930.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 11 de maio de 1930.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 16 de maio de 1930.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 28 de maio de 1930.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 26 de julho de 1930.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 02 de agosto de 1930.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 06 de agosto de 1930.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 12 de novembro de 1930.

_____. Diário de Notícias. Porto Alegre, 30 de maio de 1930.

A DEMOCRACIA. Porto Alegre, 24 de setembro de 1925, p. 01.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre: 24 de janeiro de 1911.

_____. Porto Alegre: 09 de dezembro de 1927.

BÍBLIA Sagrada, Levítico, 13. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1995.

BOLETIM do Pão dos Pobres. Ano 22, n. 6, nov./dez. 1921, p.5.

_____. Ano 26, n. 1, dez. 1924 - jan./fev. 1925, p.10.

_____. Ano 27, n. 2 mar./abr. 1926, p.1.

BRASIL, Zeferino. Prefácio. In: Azurenha, Paulino de. **Semanário de Leo Pardo** (crônicas). Porto Alegre: Globo, 1926.

BRASIL, lei 3071 de 01º de janeiro de 1916. Código Civil. Artigo 233-255.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Brasil 1920, v. IV, Parte 4ª – População.

_____. Decreto N. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em 16/06/2017.

CASA DE CORRUPÇÃO, Diário de Notícias. Porto Alegre, 27 de novembro de 1927.

COMMEMORATIVE ADDRESS BY PROFESSOR M. CÉPÈDE, INDEPENDENT CHAIRMAN OF THE FAO COUNCIL (Ensaio comemorativo do professor M. Cépède, presidente independente do Conselho da FAO). Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/x5591E/x5591e0a.htm>. Aceso em 20/06/2017.

CONSTITUIÇÃO Política do Estado do Rio Grande do Sul (Edição Oficial). Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 15 de janeiro de 1929, p. 04.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre: 01 de março de 1925, p. 01. Suplemento do Cinquentenário.

_____. Porto Alegre: 01 de março de 1925, p. 01.

_____. Porto Alegre: 07 de abril de 1925, p. 01.

_____. Porto Alegre: 05 de julho de 1925, p. 01.

_____. Porto Alegre: 17 de julho de 1925, p. 01.

_____. Porto Alegre: 29 de agosto de 1925, p. 07.

_____. Porto Alegre: 18 de fevereiro de 1926, p.01.

_____. Porto Alegre: 07 de dezembro de 1927.

_____. Porto Alegre: 12 de janeiro de 1929, p.08-9.

_____. Porto Alegre: 10 de julho de 1929, p.01.

DISCURSO de Otávio rocha em banquete oferecido pelo comércio e indústria de Porto Alegre à futura administra de Porto Alegre. Porto Alegre, A Federação, 24 set. 1924, p.1.

ESTATÍSTICA demográfica-sanitária da cidade de Porto Alegre – ano 1931. Arquivos Rio-grandenses de medicina, 1931.

IBGE. Censo Demográfico 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LEIS, decretos, atos e resoluções. Período de outubro de 1924 a abril de 1925. Porto Alegre, A Federação, 1925.

MACHADO DE ASSIS, José Maria. **Obras completas**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 15 de setembro de 1862, v. 1, 1955.

O PROBLEMA BRASILEIRO DA LEPRO. In: Archivos Rio-grandense de Medicina, Faculdade de Medicina de Porto Alegre, n.º 8 e 9, agosto e setembro, 1928.

PORTO ALEGRE. Decreto N. 115, de 15 de dezembro de 1927. In: Leis, Decretos, Actos e Resoluções. Administração do intendente Octavio F. da Rocha. Porto Alegre: A Federação, 1927.p. 48.

_____. Ato N. 96 de 11 e junho de 1913. Regulamento Geral de Construções. In: Atos, decretos, leis e resoluções. Porto Alegre, A Federação, 1914.

_____. Decreto N. 3356, de 16 de agosto de 1924.

_____. Decreto N. 3550, de 29 de dezembro de 1925.

_____. Decreto N. 3.902, de 14 de outubro de 1927.

_____. Lei N. 180 de 19 de dezembro de 1927. In: Leis, decretos e atos. Porto Alegre: A Federação, 1927.

PROTEÇÃO AOS MENDIGOS DA RUA E ASSISTÊNCIA PÚBLICA AOS INVÁLIDOS MENDIGOS, A Federação. Porto Alegre, 24 de janeiro de 1911, p.11.

RELATÓRIO e projeto de orçamento apresentado ao Conselho Municipal de Porto Alegre pelo intendente Otávio Rocha em 15 de outubro de 1925. Porto Alegre, A Federação, 1925, p. 62.

RELATÓRIO DO INTENDENTE DE PORTO ALEGRE, 1926.

RELATÓRIO DA DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO (1926-1927) apresentado ao exmo. sr. dr. Otávio Rocha pelo diretor interino eng. Acylyno Carvalho. Porto Alegre, A Federação, 1927, p. 39.

REVISTA EGATEA. Porto Alegre: 1918.

REVISTA MÁSCARA. Porto Alegre, v.7, n.8, 1925.

REVISTA TERRA GAÚCHA. Porto Alegre, 1931.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto N. 17496, de 30 de outubro de 1926. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17496-30-outubro-1926-526647-republicacao-87458-pe.html>. Acesso em 26/05/2017.

ROQUE CALLAGE: homenagem que lhe presta um grupo de amigos ao comemorar-se o primeiro aniversário de sua morte. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1932.

SESSÃO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1912. In: Anais do Conselho Consultivo

Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: A Federação, 1912.

SESSÃO DE 01º DE DEZEMBRO DE 1916. In: Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, A Federação, 1916, p.64.